

Conflitos em África Guerras do Esquecimento: Causas e Natureza dos Conflitos na África Subsahariana

PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA¹

Na última década do século XX verificaram-se importantes mutações na configuração política e económica do sistema internacional, as quais representam grandes desafios para o continente africano. Com efeito, as sociedades africanas estão hoje condicionadas por fortes pressões no sentido da sua abertura à democracia e à economia de mercado – pressões essas que se projectam em tensões sociais e conflitos.

A transição política foi, em parte, fruto da pressão ocidental, exercida através de condicionalismos políticos que acompanham a cooperação económica. Na sua generalidade, ainda que com algumas excepções, a transformação formal no sentido da criação de sistemas multipartidários e regimes democráticos não correspondeu à formação, na prática, de uma cultura política e de lógicas democráticas.

A transição económica, por seu lado, com a adopção do modelo neoliberal e a aplicação generalizada de Programas de Ajustamento Estrutural, impulsionou a privatização da economia e a contenção das despesas, provocando uma escassez de recursos orçamentais e um afunilamento e controlo do acesso a cargos estatais. Este facto veio a ter repercussões quer num natural enfraquecimento da capacidade dos órgãos do poder central do Estado, quer no aumento da conflitualidade decorrente do exercício do poder, na medida em que este deixou de poder sustentar as redes clientelistas que asseguravam, em parte, a sua legitimidade. O contexto em que se dá a democratização é, portanto, propiciador de tensões sociais, na medida em que ela é realizada através de um Estado enfraquecido, com grande dificuldade em garantir a segurança dos cidadãos e o controlo sobre a totalidade do território.

Após uma época de esperança relativamente ao futuro do continente africano, de crença num «renascimento africano» simbolizado por novos líderes emergentes (como Yoweri Museveni no Uganda, Meles Zenawi na Etiópia, ou Isaias Afewerki na Eritreia), verificou-se a partir da segunda metade dos anos 90 um ressurgimento do pessimismo, justificado

¹ Investigadora, IEEI

pelo falhanço do modelo de desenvolvimento até então prosseguido e pelo revés sofrido pelos processos de transição democrática encetados nos primeiros anos da década.

A face mais visível deste pessimismo está ligada à proliferação de conflitos violentos intra-estatais, que marcam agora as dinâmicas sócio-políticas de muitos países africanos.

Esta conflitualidade é caracterizada, em primeiro lugar, por uma grande complexidade, quer no que respeita à diversidade dos actores implicados (não apenas os Estados), quer relativamente aos diferentes níveis em que se manifesta o conflito (pessoal, local, nacional, regional), aos vários interesses envolvidos ou à multiplicidade das suas causas profundas. Os conflitos que actualmente grassam no continente africano possuem também uma natureza diversa e não generalizável (partilha territorial/étnica, domínio do Estado central, controlo de recursos minerais, jogos de poder regional), embora possamos identificar alguns elementos gerais comuns, que importa referir.

Ao nível económico, destaca-se a existência de situações extremas de miséria e de desigualdade social. As estatísticas indicam que a África Subsahariana está claramente a perder a batalha, nomeadamente pela diminuição do ritmo de crescimento nos últimos anos (apenas 2,5% em 1999, muito aquém do que seria necessário para reduzir o *gap* relativamente aos países mais ricos), pela deterioração progressiva dos termos de troca ao nível comercial, pela proliferação de redes de negócios ilegais, pelo alastrar de epidemias como o HIV/SIDA, etc. Apesar da pobreza não poder ser considerada causa directa de conflitos, ela constitui certamente um factor catalisador de tensões, tanto mais que se encontra habitualmente ligada à apropriação da riqueza, dos recursos e do aparelho de Estado por uma pequena elite, bem como à injustiça, à ilegalidade e a violações dos direitos humanos.

Verificamos também que todos os conflitos têm como elemento central a luta pelo poder (político, económico e/ou simbólico), num contexto comum de enfraquecimento ou, mesmo, desagregação do poder central do Estado, o que favorece o aparecimento de contra-poderes que encontram na violência o meio mais eficaz de desafiar e exprimir desacordo face ao poder estabelecido.

A competição pelos recursos e os interesses de grupos económicos em presença assumem, neste quadro, um papel importante, com a existência de alianças, declaradas ou implícitas, entre companhias multinacionais, homens de negócios locais e senhores da guerra. A ligação entre a exploração de recursos mineiros – em particular os diamantes – e o

financiamento da guerra é hoje bem conhecida em vários países africanos, como Angola, a República Democrática do Congo, a Libéria ou a Serra Leoa.

Por outro lado, a manipulação de factores étnicos, religiosos ou regionais pelas diversas facções em conflito enquanto instrumentos de prossecução dos seus objectivos aumenta consideravelmente a complexidade dos conflitos e a dificuldade de analisar as suas causas principais.

A gestão das situações de instabilidade e insegurança que, em muitas regiões de África, se traduzem na existência de conflitos violentos, assume-se, assim, como um desafio ao desenvolvimento e à própria sobrevivência das populações. No entanto, a maior visibilidade dos actores locais na evolução dos conflitos africanos coincide actualmente com um descomprometimento da comunidade internacional ao nível estatal, que parece decorrer da perda de interesse estratégico pelo continente africano após o fim da guerra fria. Um outro factor de ineficácia da comunidade internacional prende-se com a inexistência de um modelo de actuação coerente, prevalecendo actualmente a separação entre questões económicas e sociais, por um lado, e questões políticas e de segurança, por outro.

Os esforços de resolução pacífica através de mediação externa, de desarmamento das partes, cessar-fogo e partilha de poder, têm-se revelado, na sua maior parte, infrutíferos, sendo muitas vezes a «paz» conseguida pela vitória militar de uma das partes (como foi o caso, por exemplo, da Frente Patriótica Ruandesa no Ruanda, ou das milícias de Sassou Nguesso no Congo-Brazaville). Um desconhecimento das causas profundas e da natureza do conflito, a aplicação de receitas gerais, a ausência de processos suficientemente sedimentados que permitam a construção de uma relação de confiança entre as partes e a convicção dos beligerantes de que os ganhos provenientes da continuação do conflito são maiores do que os da via negocial, são alguns dos factores que têm conduzido à assinatura meramente formal de acordos, os quais são depois sistematicamente violados, representando a descredibilização dos próprios processos de paz.

Não é invulgar que a derrota do inimigo, seja pelas armas, pelas urnas ou pela via negocial, permaneça um objectivo central para as partes em conflito, sendo que a tomada do poder implica normalmente a exclusão total daquele que perde e a consequente perda de todos os benefícios económicos e políticos. Neste sentido, na maior parte dos conflitos africanos, os contendores defrontam-se militarmente pela obtenção da totalidade do poder, desde o controlo do aparelho de Estado ao usufruto da exploração das eventuais riquezas do país,

numa lógica de «guerra de predação», expressa na máxima “*the winner takes it all*”, que explica em parte a transformação de conflitos pessoais em conflitos nacionais e até regionais de luta pelo poder.

Neste contexto, este *dossier* propõe-se analisar de forma sucinta a situação em vários países da África Subsaariana que se encontram actualmente envolvidos num conflito ou numa fase de pós-conflito, referindo em especial as suas causas e antecedentes, as suas principais características, os diversos interesses em presença e as tentativas de resolução pacífica.

África Oriental

O CONFLITO ETIÓPIA-ERITREIA

Contextualização e antecedentes

O território que hoje constitui a Etiópia ocupa uma área total de 1.127,127 km² e está situado no cruzamento de dois mundos: ao nível cultural, o árabe e o africano e, no âmbito religioso, o cristão e o muçulmano. Possui actualmente cerca de 60 milhões de habitantes, distribuídos por 76 grupos étnicos, conforme dados do censo de 1984. Já o território eritreu ocupa apenas 121,320 km², possuindo menos de 4 milhões de habitantes, mas tendo também uma diversidade étnica considerável (9 grupos étnicos).

A Etiópia é um caso único em África, na medida em que se constituiu como unidade política autónoma e geograficamente delimitada muito antes da colonização, com base num território designado Abissínia. Esta era bastante mais pequena e culturalmente homogénea do que a actual Etiópia e expandiu-se através de um processo de subjugação política e exploração económica das populações circundantes. Apesar de o espaço ser partilhado com outras comunidades de menor importância, existiam três grupos étnicos e regionais dominantes: os Amhara, os Tigrai e os Oromo.

Entre 1763 e 1855, a instituição imperial entrou em crise e a Etiópia reduziu-se a uma mera expressão geográfica, sendo depois restaurada quando um rebelde do norte do território se coroou a si próprio imperador e reunificou uma boa parte do território que historicamente fazia parte da Abissínia. Após o seu suicídio, em 1863, no seguimento da derrota face ao exército britânico, sucedeu-lhe o Imperador Yohannes, originário da região Tigrai, que veio devolver ao trono imperial toda a sua glória e autoridade. No entanto, Yohannes foi morto em 1889, numa batalha contra os Mahdists sudaneses, e substituído por Menelik, o qual favorecia sistematicamente os membros da sua etnia – Amhara –, rompendo o tradicional

equilíbrio entre as três nacionalidades. Os Tigrai, parte integrante do coração histórico da sociedade abissínia, viram-se afastados dos centros de poder, desenvolvendo um ressentimento que se expressou, por exemplo, na colaboração com os italianos depois da invasão de 1936, ou na revolta armada contra o Imperador Haile Selassie da Etiópia quando este foi devolvido ao trono pelo exército britânico na Segunda Guerra Mundial².

Apesar de terem estado separados durante quarenta anos (de 1896 a 1936), os Tigrai, que falam a língua tigrinya, voltaram a viver unidos durante várias décadas.

A Eritreia foi uma colónia italiana entre 1889 e 1941, mas a conquista italiana de Etiópia efectuou-se apenas em 1936³. Posteriormente, os dois territórios passaram a ser administrados pelos britânicos durante pouco mais de dez anos (de 1941 a 1952). Os destinos a dar ao território eritreu foi objecto de várias discussões. A Itália requeria a devolução do território com o estatuto de colónia ou administrado sob mandato da ONU; os Estados árabes defendiam a concessão da independência; e alguns britânicos pretendiam uma divisão do território entre a Etiópia (as áreas cristãs e a costa) e o Sudão (a parte noroeste do território).

A opção adoptada pelas Nações Unidas em 1950 (através da Resolução 390 A) envolvia o estabelecimento de uma federação com a Etiópia e exigia a retirada da administração britânica até 15 de Setembro de 1952. Face a estes constrangimentos, os britânicos realizaram eleições em Março de 1952 para a formação de uma assembleia representativa de 68 membros, divididos equitativamente entre cristãos e muçulmanos. Este órgão aprovou a Constituição provisória apresentada pela ONU e depois ratificada pelo imperador, passando a constituir a Assembleia Eritreia três dias antes da proclamação da federação. Segundo a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a estrutura federal constituída pelo governo imperial teria a seu cargo os assuntos externos, defesa, comércio, transportes e finanças, enquanto os assuntos domésticos (incluindo a polícia, administração local e estrutura judicial) seriam geridos pela referida Assembleia Eritreia segundo o modelo parlamentar.

No entanto, em 14 de Novembro de 1962, é esta Assembleia que vota por unanimidade a mudança de estatuto da Eritreia para província da Etiópia. A dissolução da federação vai suscitar descontentamento e o consequente aparecimento de movimentos que se opõem à anexação.

² O imperador Selassie impôs o seu domínio a vários senhores feudais das regiões vizinhas entre 1916 e 1930, mas foi obrigado a exilar-se após a ocupação da Etiópia pelas autoridades italianas entre 1936 e 1941. Com a libertação do país pelas forças aliadas em 1941, Haile Selassie voltou da Grã-Bretanha e governou o país até 1974.

³ A Itália tinha já tentado invadir o país no século XIX, mas foi derrotada pelas forças etíopes em Adwa, em 1896.

Em Junho de 1970, a Eritrean Liberation Front (ELF), que desenvolvia já a sua luta desde o final de 1961, sofre uma cisão, com a emergência de uma nova facção: a Popular Liberation Forces (PLF), de inspiração marxista e que vem a formar a Eritrean People's Liberation Front (EPLF), liderada por Osman Salah Sabbe. As divisões no seio da Eritreia expressam-se numa guerra civil, entre 1972 a 1974.

Na Etiópia, o Imperador Haile Sellassie tinha que enfrentar uma crise de falta de alimentos (que, nesses mesmos anos, provocou mais de 200 mil mortes), bem como uma série de motins, greves e manifestações de descontentamento, que precipitaram a demissão do Primeiro Ministro e, posteriormente, o derrube do imperador através de um golpe de Estado perpetrado por oficiais do exército. Encorajados pelo colapso do regime imperial e aproveitando a confusão subsequente, os movimentos de guerrilha eritreus conseguiram estender o seu controlo a vastas áreas do território.

Na segunda metade dos anos 70, a Etiópia esteve a braços com revoltas em várias partes do país, tendo de enfrentar, para além dos rebeldes eritreus, a Tigrean People's Liberation Front (TPLF), formada em 1975 na região do Tigrá, a Oromo Liberation Front (OLF), activa no sul do país, a Somali Abo Liberation Front (SALF), enraizada sobretudo nas áreas rurais, ou a Afar Liberation Front (ALF), que lutava pelos direitos do povo Afar.

O Coronel Mengistu Haile Mariam vem preencher o vazio de poder e, com apoio maciço da União Soviética, instala um regime ditatorial na Etiópia, que durou de 1977 a 1991, mas que não conseguiu dominar as revoltas no Tigrá ou na Eritreia. Em 1987, os dois movimentos controlavam já cerca de 90 por cento das respectivas regiões.

A Eritrean People's Liberation Front (EPLF) e a Tigrean People's Liberation Front (TPLF) foram temporariamente aliadas contra o regime vigente, mas as relações entre os dois movimentos permaneceram hostis, com a existência de combates esporádicos entre 1983 e 1985. Na base da discórdia estavam percepções ideológicas diversas sobre a União Soviética e a natureza do imperialismo, bem como razões ligadas às suas características e natureza. Por um lado, o movimento eritreu considerava a TPLF como um parceiro menor, por se considerar a si própria mais antiga, melhor organizada, com mais recursos financeiros e uma sólida rede de apoiantes internacionais. Por seu lado, a TPLF considerava-se o verdadeiro representante da identidade do povo tigrá.

Em 1988, os dois movimentos celebraram um acordo secreto no qual ficou estabelecido que a TPLF assumiria o poder em Addis Abeba e realizaria um referendo sobre a possível independência da Eritreia. Este acordo foi renovado depois do alargamento da TPFL na

coligação multiétnica denominada Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front (EPRDF), em 1989, e após a ocupação de Asmara pela EPLF. O derrube do regime comunista de Mengistu na Etiópia, em Maio de 1991, deu origem à formação de um governo de transição liderado por Meles Zenawi da TPLF e dominado pela coligação de movimentos rebeldes EPRDF, o qual governou o país até à realização de eleições, em 1995. O referendo relativo à Eritreia teve lugar a 25 de Abril de 1993 e o novo regime etíope reconheceu imediatamente a independência da antiga província, com as fronteiras estabelecidas pela colonização italiana. Os movimentos de libertação eritreus (o ELF e o EPLF) juntaram-se na People's Front for Democracy and Justice (PFDJ), liderada por Isaiás Afewerki, a qual continua actualmente a ser dominante na vida política do país.

Estes dois acontecimentos, ou seja, o colapso do regime de Mengistu e a independência da Eritreia, foram também uma vitória dos tigrái, que passaram a dominar os dois regimes. As relações entre a Etiópia e a Eritreia deixaram, portanto, de ser uma questão internacional para se tornarem num assunto «familiar». No entanto, isto não significa a inexistência de diferenças importantes, já que 40 anos de colonialismo italiano e 39 de luta política (e, depois, também militar) permitiram a formação de uma sub-identidade dos membros desta comunidade que estão em território eritreu, diferente da identidade tigrái mais abrangente e dos tigrái que habitam a região etíope de Tigrái.

Os sistemas políticos adoptados pelos dois países diferem consideravelmente, com a Eritreia a optar por um regime de partido único, apostado na unificação de um país com uma grande diversidade étnica e religiosa, enquanto a Etiópia instaurou desde Agosto de 1995 um complexo sistema de «federalismo étnico» entre os mini-Estados que compõem o país⁴. Na Etiópia, foi consideravelmente favorecida a província do Tigrái, o que conduziu, por um lado, a uma autonomia considerável da província e, por outro, a uma situação em que o Primeiro Ministro Meles Zenawi enfrenta a hostilidade da população Oromo e Amhara e, ao mesmo tempo, tem de manter satisfeita a sua base política local de apoio no Tigrái.

⁴ A Etiópia é actualmente uma federação de nove Estados, gerida por duas assembleias federais: a legislativa, denominada Council of Peoples' Representatives (CPR) e um pequeno senado com funções de supervisão, o Federal Council (FC). Tal como a Constituição da antiga União Soviética, a Constituição federal eritreia permite a secessão de regiões individuais ou grupos linguísticos. Neste sentido, existem já cinco grupos (os Oromo, Amhara, Tigrayan, Somali e Afar) que se designaram Estados regionais.

Caracterização e análise

O colapso da aliança entre os líderes etíope e eritreu, com a emergência súbita de um conflito fronteiriço entre os dois países em 6 de Maio de 1998, constituiu uma surpresa para muitos observadores.

Na base da disputa estavam as acusações lançadas pela Etiópia de que as forças armadas eritreias tinham invadido o triângulo Yirga (na região de Badme), considerado território etíope. Por seu lado, a Eritreia denunciava a existência de um plano de guerra etíope e incursões no seu território desde Julho de 1997.

A Eritreia reclamava também a soberania sobre esta faixa fronteiriça de 400 quilómetros, baseada na Carta das Nações Unidas e da OUA, que reconhecem as fronteiras herdadas do período colonial. Em 30 de Maio, o Presidente Isaiás Afeworki declara que a retirada das suas tropas das áreas ocupadas em 12 de Maio era «moralmente impensável e fisicamente impossível». As duas partes intensificaram então os combates, nomeadamente através de ataques aéreos. A Eritreia lançou bombas sobre Melkelle (a capital da província do Tigrai) no dia 5 de Junho e, dois dias depois, a Etiópia repetia a mesma acção em Asmara.

A fronteira entre a Eritreia e a Etiópia foi fixada em 15 de Maio de 1902 através de um tratado celebrado entre o governo italiano, que tinha colonizado a Eritreia, e o Imperador Etíope Menelik II, chefe de um dos poucos Estados africanos independentes da altura. Grande parte da fronteira foi definida pela divisão dos cursos de água, mas existe também uma zona que estabelece uma linha imaginária entre dois rios, a qual se manteve difusa após a ocupação da Eritreia pela Etiópia em 1962. Ao longo dos últimos cem anos, a região de Badme tem sido administrada alternadamente a partir da capital eritreia (Asmara) ou por Mekele, a capital da província etíope de Tigrai.

O recente conflito desenrolou-se não só na área de Badme mas também em outras duas frentes: as zonas de Tsorona-Zalambessa e de Bure, sobre as quais o Tratado de 1902 contém várias ambiguidades, nomeadamente no que respeita à designação dos rios, à medição de distâncias, etc.

Para resolver os problemas de definição fronteiriça foi estabelecida em Novembro de 1997 uma comissão bilateral, que se reuniu por diversas vezes em Asmara ou Addis Abeba

Apesar de se ter exprimido principalmente numa disputa inter-estatal fronteiriça clássica, este conflito contém outros elementos importantes ao nível cultural, político e económico, que estão na base da deterioração das relações entre os dois países.

As causas do conflito são, na verdade, bastante mais complexas e dificilmente identificáveis. Se o móbil de um conflito pode ser normalmente a luta por ganhos económicos, pelo derrube de um regime, por razões étnicas ou religiosas, ou outras, neste caso não encontramos quaisquer motivações étnico-religiosas, qualquer desejo de derrube mútuo, para além de que o conflito tem consequências contraproducentes quer ao nível económico, quer no plano geopolítico relativamente às relações com a região e com os Estados Unidos, aliado comum.

Podemos identificar, por um lado, a existência neste conflito de uma componente cultural e simbólica importante, ligada ao nacionalismo e ao domínio etíope sobre a Eritreia, que sempre foi encarado por este país como uma expressão de colonialismo contra o qual lutou desde 1961 até à sua independência, em 1993.

Por outro lado, esta guerra está intimamente ligada à história da Abissínia e às dinâmicas políticas do povo tigrái. A rivalidade entre os dois movimentos políticos e as redes de influência locais desempenharam aqui um papel importante, pelo que a disputa fronteiriça se desenrolou em grande parte com base em rivalidades nesta região, como se fosse um assunto familiar, entre tigrái. A Eritreia foi a primeira a invadir mas na sequência de diversas provocações levadas a cabo pelo governo regional em Mekelle, capital da província etíope do Tigrái. Tudo isto levou o Presidente Isaías Afewerki a declarar, em Junho de 1998: «Avaliar este conflito em termos de dinheiro e recursos é ridículo. O que tem importância é a tradição, o prestígio e o orgulho».

No entanto, a causa mais objectiva do conflito está ligada a questões económicas, que remontam a Novembro de 1997, quando a Eritreia decidiu pôr em circulação a sua própria moeda (o nakfa), com o objectivo de conquistar maior margem de manobra nos negócios com outros países. No final da guerra pela secessão, em 1991, os dois países tinham decidido criar um regime mútuo de comércio livre, no qual se concedia à Etiópia livre acesso aos portos eritreus para assim assegurar a ligação ao mar. Após a independência, a Eritreia continuou a utilizar a moeda etíope (o birr), emitida pelo Banco Central da Etiópia, beneficiando assim de uma política monetária prudente e acertada. A abolição unilateral da união monetária tornou consideravelmente mais cara para os importadores etíopes a utilização dos portos de Massawa e Assab, reflectindo-se no preço dos bens alimentares. Para além disso, a Eritreia insistiu numa paridade de um para um relativamente à moeda etíope, contrariando todas as premissas da teoria monetária. A realidade económica acabou por fazer os reajustamentos necessários, originando uma queda do nakfa que levou Addis Abeba a exigir que todas as transacções comerciais entre os dois países fossem efectuadas

em dólares americanos. Asmara recusou devido à escassez das suas reservas em moeda estrangeira e as discussões sobre problemas monetários não pararam de agravar-se. O resultado final foi a deterioração progressiva das relações entre os dois países, numa espiral de retaliações que acabou por degenerar num conflito armado com implicações para toda a região.

A consequência mais imediata do conflito foi a expulsão dos cidadãos etíopes residentes na Eritreia (na sua maior parte trabalhadores no porto de Assab), num total de aproximadamente 27 mil, e a deportação de cerca de 30 mil eritreus da Etiópia.

Em ambos os países as reacções foram maioritariamente de apoio à guerra. Na Etiópia, curiosamente, as principais demonstrações de apoio não vieram dos apoiantes governamentais, mas da expressão de um nacionalismo etíope frustrado, defendido pelos oponentes do regime vigente. Com efeito, o referendo sobre a independência eritreia foi encarado por todas as forças da oposição como uma traição, nomeadamente pela All Amhara People's Organization (AAPO), pela Coalition of Ethiopian Democratic Forces (CODEF) e pela Southern Ethiopian Peoples Democratic Coalition (SEPDC). O nacionalismo ligado a um sentimento anti-eritreu foi fundamental para unir os movimentos políticos da oposição. Mesmo os partidos que criticavam o regime etíope por violações de direitos humanos ou por défice democrático, especialmente os que pertenciam à anterior elite governante Amhara, puseram de lado as diferenças para apoiar o seu país contra uma «agressão externa». Na Eritreia, as manifestações contra o «imperialismo etíope» realizadas em Asmara reflectiam o receio de perda da independência recentemente conquistada.

Ao nível regional, o Sudão encontrou-se praticamente em guerra com as duas partes. Tanto a EPLF como a EPRDF receberam assistência militar do regime islâmico sudanês entre 1989 e 1991, mas quando Khartum começou a utilizar os problemas étnicos e religiosos nos dois países para subverter os novos governos, ambos reagiram contra esta ameaça. Os dois regimes forneceram então apoio à National Democratic Alliance (NDA) que engloba os movimentos de oposição sudaneses, e ajuda militar ao Sudanese Peoples Liberation Army (SPLA) que luta no sul contra o poder central islâmico. No final de 1995, a Eritreia e o Sudão acusaram-se mutuamente de abrigarem e treinarem os respectivos movimentos rebeldes. Addis Abeba acabou por iniciar negociações secretas com Khartum e os voos da Ethiopian Airlines para a capital sudanesa, suspensos desde o envolvimento sudanês no assassinato do Presidente Hosni Mubarak, em 1995, foram reatados. O conflito com a Eritreia contribuiu, portanto, para tentativas de normalização das relações entre a Etiópia e o Sudão. Em Maio de 1999, através da mediação do Qatar, também a Eritreia decidiu

restabelecer as relações diplomáticas com o Sudão e os dois países comprometeram-se a não tentar impôr as suas opções ideológicas no exterior.

A situação na Somália também foi influenciada por este conflito, já que a Etiópia optou por dar apoio à Somali National Alliance (NDA), liderada pelo General Aydeed, em troca de algum controlo sobre o movimento fundamentalista Al-Ittihad, que opera na região de Ogaden e que é acusado de vários ataques bombistas em Addis Abeba.

A Eritreia procurou o apoio da Liga Árabe e do Egipto, recebendo deste último uma resposta positiva, já que a possibilidade da existência de uma guerra a médio prazo com a Etiópia, sobre o controlo das águas do Nilo, parece plausível e exige a procura de aliados na região.

O conflito teve também repercussões na questão Afar, um povo sem país, que está dividido pela Etiópia, Eritreia e Djibuti e se encontra em conflito com os seus respectivos governos. Apesar disto, os Afar que vivem na Etiópia aliaram-se taticamente à EPRDF, numa tentativa de ganharem tempo e extraírem equipamento militar a Addis Abeba antes do retorno à guerra.

Esforços de paz

A natureza das causas do conflito entre a Etiópia e a Eritreia torna muito difícil a sua solução duradoura. Se os interesses materiais podem ser negociados, parece bastante mais complicado negociar tradições divergentes, prestígios em competição e orgulhos feridos. Mas, por outro lado, a experiência tem mostrado que a existência de interesses comuns é suficientemente forte nesta região para ultrapassar outras divergências, pessoais, culturais ou identitárias. A EPRDF e a EPLF têm relações estreitas e uma história em comum, ambos os países possuem uma ligação importante com os Estados Unidos e os dois Presidentes representam a nova geração de líderes que pretende ilustrar um suposto «renascimento africano».

A primeira tentativa de mediação externa surgiu apenas cinco dias depois da invasão do território etíope pela Eritreia, em 12 de Maio de 1998, quando o Presidente ruandês Paul Kagamé se deslocou a Addis Abeba, sendo seguido pela sub-secretária de Estado norte-americana para os Assuntos Africanos, Susan Rice. O plano de paz sugerido era constituído por quatro pontos, nos quais se previa o compromisso de ambas as partes em resolver esta e outras eventuais disputas por meios pacíficos; o envio de uma pequena missão de observação a Badme e a retirada incondicional das forças eritreias daquela região; uma

delimitação precisa da fronteira entre os dois países; e a desmilitarização da zona fronteiriça.

A reunião da Organização de Unidade Africana (OUA) realizada em Ouagadougou, de 8 a 10 de Junho desse ano, concluiu pelo apoio ao plano de paz americano-ruandês. Esta decisão estava, todavia, condenada ao fracasso já que o Presidente eritreu Isaiás Afewerki tinha considerado este plano largamente favorável à posição etíope.

Também o mundo árabe, em particular a Líbia, o Egipto e a Arábia Saudita, desenvolveu esforços para a resolução do conflito. A Líbia apresentou mesmo uma proposta, aceite pela Eritreia mas recusada pela Etiópia, na medida em que não apelava à retirada das tropas eritreias do triângulo Yirga.

Nos dias 18 e 19 de Junho, uma delegação da OUA, liderada por Salim Ahmed Salim e pelos presidentes do Burkina Faso, do Ruanda e do Zimbabwe, visitou as duas capitais, numa tentativa renovada de convencer os dois governos a aceitarem o plano de paz concebido pelos Estados Unidos e pelo Ruanda.

No final de Junho, um cessar-fogo foi acordado, depois de 600 pessoas terem já sido mortas e cerca de 300 mil estarem desalojadas no lado etíope da fronteira. No entanto, as negociações estavam longe de terminar e a paz de ser conseguida. A tensão permaneceu entre os dois regimes através de uma intensa guerra de palavras e de um claro esforço de rearmamento das duas partes.

Apesar de os Estados Unidos terem mantido uma discreta actividade diplomática e de a OUA ter realizado várias reuniões de mediação, as negociações de paz foram totalmente interrompidas com o ressurgimento e a intensificação do conflito, a 12 de Maio de 2000. Foi nesta data que a Etiópia lançou uma grande ofensiva, invadindo as terras baixas da região oeste do território eritreu. Em menos de duas semanas, o exército etíope chegou a uma centena de quilómetros da capital, Asmara, e a Eritreia anunciou a retirada de todas as posições ocupadas durante o conflito fronteiriço desde 1998. Seguiram-se apelos à paz por parte dos Estados Unidos, da ONU e da OUA. O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu a 17 de Maio decretar um embargo à venda de armamento aos dois beligerantes

Depois de mais de 120 mil mortes registadas ao longo de dois anos de conflito, as negociações indirectas para o estabelecimento do plano de paz começaram a 30 de Maio em Argel, enquanto os combates prosseguiam no terreno. Este plano tinha sido concebido pela OUA e aceite em princípio pelos dois países em 1999, mas nunca chegara a ser

assinado em virtude das divergências relativamente aos aspectos técnicos da sua aplicação. O Acordo de Paz foi finalmente assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países no dia 18 de Junho de 2000, sob os auspícios da Organização de Unidade Africana.

Nos seus 15 pontos, este acordo prevê, para além da cessação imediata das hostilidades, o envio para o terreno de uma força internacional de interposição entre os dois beligerantes com a missão de supervisionar o cessar-fogo, o recuo das tropas etíopes e vigiar uma zona temporária de segurança na Eritreia. Addis Abeba deverá retirar as suas tropas de todos os territórios que não estavam sob sua administração antes de 6 de Maio de 1998.

O acordo deixa, no entanto, por esclarecer alguns aspectos importantes. Por exemplo, ambas as partes afirmam aceitar as fronteiras coloniais, mas a dúvida permanece, uma vez que foram estabelecidas várias linhas fronteiriças diferentes desde que a Eritreia foi declarada como colónia italiana até à independência do território. Por outro lado, o novo acordo não equaciona devidamente o problema da fome e subnutrição que continuam a ameaçar toda a região, que se acentuou nesta fase do pós-guerra e que atingiu especialmente a Eritreia, cuja área fértil do sudoeste foi totalmente destruída pelo conflito. A situação é agravada pelo facto de os doadores internacionais – muitos dos quais consideraram esta guerra completamente despropositada e sem sentido – se mostrarem pouco dispostos a contribuir com os montantes e bens necessários para colmatar a situação. A própria situação económica da Eritreia parece bastante complicada, na medida em que o país não possui quaisquer recursos internos, dependendo essencialmente dos impostos e remessas dos emigrantes. O porto de Assab, responsável por 1/5 das receitas eritreias, deixou de ser utilizado pela Etiópia, que passou a preferir o Djibouti para assegurar o acesso ao mar.

O CONFLITO NA SOMÁLIA

Contextualização e antecedentes

A Somália está situada ao longo do Golfo de Aden, em frente à península arábica, com a qual sempre desenvolveu contactos culturais e comerciais privilegiados. A sociedade somali possui uma identidade muito específica e peculiar, sendo em muitos aspectos distinta quer das sociedades «africanas» em geral, quer das sociedades «árabes».

Apesar de falar a mesma língua, o somali, e de pertencer à mesma religião, a corrente sunita do Islão, o povo somali encontra-se fortemente dividido segundo um sistema genealógico baseado na estrutura de clã. Podemos identificar seis clãs principais, quatro dos quais nómadas (Darod, Hawiye, Issaq e Dir) e dois predominantemente agrícolas (Digil e Rahawayn). O facto de se verificar uma segmentação profunda entre clãs não esconde, no entanto, uma homogeneidade cultural considerável, de tal forma que, em 1960, a Somália era descrita como um dos poucos Estados mono-étnicos de África, sendo a existência de um «povo somali» uma realidade inquestionável. Já a existência de um «Estado somali» é uma noção bastante ambígua, quase uma abstracção formal.

O território que hoje constitui a Somália foi durante séculos constituído por pequenas unidades políticas dispersas, cujas fronteiras foram significativamente alteradas com a dominação colonial. O povo nómada somali ficou então espalhado por cinco territórios:

- a Somalilândia francesa, hoje o Djibuti, independente desde 1977;
- a Somalilândia inglesa, que se tornou independente em Junho de 1960;
- a Somalilândia italiana, que esteve temporariamente sob administração britânica (1941-48), tendo-se juntado em 1960 à Somalilândia inglesa para formar a República da Somália;
- o nordeste do Quénia (Northern Frontier District), que tentou sem sucesso a separação de Nairobi aquando da independência do Quénia, em 1963;
- o território de Ogaden, conquistado pelo império etíope entre 1887 e 1895 e actualmente parte integrante da Etiópia.

Apenas o protectorado britânico e o sul pertencente à Itália se uniram, constituindo a República da Somália a 26 de Junho de 1960. A recuperação dos três territórios que permaneciam sob outra administração (França, Quénia e Etiópia) tornou-se então um desígnio nacional, como ilustram aliás as cinco estrelas brancas representadas no fundo azul da bandeira escolhida na altura da independência, simbolizando as cinco partes do povo somali. Este objectivo levou mesmo à recusa de assinar a Carta da Organização de Unidade Africana, devido ao princípio aí estabelecido de intangibilidade das fronteiras herdadas do período colonial.

Os anos que se seguiram à independência foram confusos e conflituais devido, por um lado, à existência de duas tradições políticas coloniais distintas e quase antagonistas (britânica no norte do território e italiana no sul) e, por outro lado, à multiplicidade de partidos políticos representantes de grupos de interesses específicos baseados na

segmentação clânica. Após as eleições, a maioria destes pequenos partidos juntou-se à Somali Youth League (SYL), o partido nacionalista de base alargada que tinha ganho as eleições, por forma a beneficiarem do sistema estatal. O sistema de partido único era, portanto, um aglomerado de facções distintas (mais de 60) que se tinham agrupado por conveniência política.

Em Outubro de 1969, o General Mohammed Siad Barre toma o poder através de um golpe de Estado e transforma o país durante mais de duas décadas numa ditadura «islâmico-socialista», tendencialmente centralizadora e de partido único (o Somali Revolutionary Socialist Party), com forte apoio da União Soviética. A ênfase na reunificação do povo somali levou o regime a tirar grandes benefícios deste auxílio, nomeadamente em termos militares, já que os potenciais inimigos (Etiópia, Quénia e França) eram na altura, e num contexto alargado de Guerra Fria, aliados estreitos dos Estados Unidos.

Por outro lado, as relações com os países da região deterioraram-se progressivamente, em virtude de um apoio à revolta das comunidades de etnia somali existentes nos países vizinhos, nomeadamente o movimento nacionalista no Djibuti e o Western Somali Liberation Front (WSLF) na região etíope de Ogaden. A invasão de território etíope pelas tropas somalis em 1977 motivou mesmo a perda do apoio do Bloco de Leste, já que as autoridades soviéticas decidiram tomar partido pelo regime da Etiópia, enviando tropas para expulsar o exército somali, como de facto aconteceu em 1978. Esta derrota militar teve consequências desastrosas para o regime de Siad Barre, na medida em que a dependência relativamente ao exército (abalado moral e fisicamente) e à ideologia de uma «unidade somali» (também simbolicamente derrotada) originou uma profunda crise política, militar e ideológica, agravada economicamente pela falta de apoio externo.

A ausência de uma base sócio-cultural de apoio ao regime levou Barre a trocar a opção falhada de promoção da unidade por um aproveitamento das divisões entre clãs para consolidar o seu poder. Esta estratégia foi despoletada por uma ameaça aparentemente de base clânica, ocorrida em 1978, quando um grupo do clã Majerteen tentou organizar um golpe de Estado, violentamente reprimido pelo exército. Todo o clã foi responsabilizado pelo acto e o noroeste do país tornou-se numa área de instabilidade, tendo muitos dos seus membros fugido para território etíope, de onde passaram a conduzir acções de guerrilha (a Somali Salvation Democratic Front - SSDF) apoiadas pelo regime de Mengistu na Etiópia e pelos seus aliados comunistas.

O regime de Barre favoreceu especialmente a população do sul do país, nomeadamente os Darod do qual o próprio Presidente fazia parte⁵, excluindo não só o clã Majerteen como todas os outros grandes clãs, nomeadamente os Hawiye e os Issaq do norte, que constituíam 80 por cento da população da antiga Somália Britânica.

A questão dos refugiados provenientes da província de Ogaden após a derrota frente ao exército etíope-soviético veio agravar ainda mais o frágil equilíbrio entre clãs. Os Ogadeen, considerados apoiantes do regime, foram instalados no norte e muitos deles armados para garantirem a segurança dessas povoações, o que deu origem a tensões sociais importantes com a população local Issaq. Por outro lado, os refugiados foram utilizados como recurso económico, na medida em que a exploração do auxílio internacional se tornou numa política nacional.

O descontentamento do clã Issaq levou alguns exilados na Grã-Bretanha a criarem em 1981 o Somali National Movement (SNM), uma frente de guerrilha também de base étnica que passou a operar a partir de território etíope.

Em 1988, Mengistu Haile Mariam, da Etiópia, a braços com o movimento para a independência eritreia, decide retomar as relações com a Somália por forma a libertar tropas etíopes ainda envolvidas em combates resultantes do conflito de 1978. A paz entre Addis Abeba e Mogadisho implicou o compromisso de acabar com os apoios mútuos aos respectivos movimentos de oposição, o que originou imediatamente uma ofensiva desesperada do SNM contra as principais cidades do norte da Somália. O conflito entre clãs atingiu então elevados níveis de intensidade, com a população Issaq a apoiar o SNM e várias milícias de clãs fiéis ao regime a combaterem ao lado do exército nacional.

É também no final dos anos 80 que surgem outros movimentos de oposição ao regime, fundamentalmente com base clânica. É o caso do United Somali Congress (USC), liderado pelo embaixador somali na Índia, o General Mohamed Farah Aydeed, que passou a constituir o braço armado do clã Hawiye, também fortemente discriminado pelo regime. Também os membros do clã Ogadeen, temendo serem destruídos juntamente com o regime, organizaram uma frente de oposição, denominada Somali Patriotic Movement (SPM).

Em resultado da proliferação de movimentos de oposição a Siad Barre, no final de 1990 o governo controlava apenas 10 a 15 por cento do território, estando o restante entregue às

⁵ Siab Barre confiava particularmente em três clãs, todos parte do grande clã Darod: os Marchan, da parte do seu pai, os Ogadeen, da parte da sua mãe, e o clã do norte, Dolbahante. O sistema de clientelismo ficou então com a alcunha de MOD (Marchan-Ogadeen-Dolbahante).

diversas guerrilhas: o SNM no noroeste, a SSDF no nordeste, o USC no centro e o SPM no sul. Em Janeiro de 1991, várias unidades dos diferentes movimentos convergiram para a capital, derrubando o regime de Siad Barre.

O facto teve consequências muito diferentes para as duas antigas colónias que se tinham unido para formar a República Somali em 1960. Enquanto a ex-Somália italiana explodia em confrontos violentos entre os diversos clãs, a ex-britânica Somalilândia tomou o caminho da paz e da independência com apenas alguma turbulência política inicial. O SNM declarou a independência da Somalilândia em 18 de Maio de 1991, assumindo o controlo militar e a governação do novo «Estado».

Mais de metade do território somali foi, no entanto, devastado pela luta de dois dos clãs mais poderosos pelo poder central. Em Outubro de 1990, a facção «interna» do USC⁶, o SPM e o SNM tinham assinado um acordo no qual se comprometiam a não negociar com o regime de Barre e a não empreender qualquer acção para criar uma nova liderança política sem se consultarem mutuamente. Apesar disto, na confusão do golpe de Estado, um líder da facção externa do USC, Ali Mahdi Mohamed, foi proclamado «Presidente» pelos seus associados, o que foi imediatamente contestado pelo SPM, o SNM e o General Aydeed. A USC desagregou-se então em duas organizações distintas, uma apoiante de Ali Mahdi (do sub-clã Abgal) e outra adepta do General Aydeed (do sub-clã Habr Gidir). Foi o conflito violento que se desenrolou pelo controlo da capital entre estes dois grupos rivais de clãs próximos (entre Novembro de 1991 e Fevereiro de 1992) que trouxe a Somália para as emissões televisivas de todo o mundo. Os beligerantes utilizaram artilharia pesada nas ruas de Mogadisho, sem qualquer reserva relativamente à população civil, aos prisioneiros de guerra ou ao pessoal médico. Registaram-se pelo menos 14.000 mortes, sem que, três meses depois, se verificasse vantagem de qualquer das partes beligerantes, encontrando-se a cidade dividida entre uma zona norte, controlada por Ali-Mahdi, e uma zona sul, sob controlo do General Aydeed e seus aliados.

Os combates tinham enfraquecido consideravelmente a USC, pelo que as forças pró-Siad Barre do movimento SNF⁷, sob a liderança do General Mohamed Said Hersi 'Morgan', puderam lançar uma ofensiva a partir do norte, chegando à capital em Abril de 1992. Isto obrigou a um realinhamento de alianças, uma vez que levou os dois líderes da USC a uma

⁶ Desde o início de 1989 que o USC estava separado numa vertente moderada externa (baseada em Itália) e uma vertente militar interna do movimento (com sede na Etiópia).

⁷ O SNF não era, ao contrário dos outros movimentos, uma organização criada para lutar contra a ditadura, mas antes uma frente que se formou após a queda do regime de Barre para combater as novas forças. Incluía, portanto, nas suas fileiras vários membros do anterior governo.

reconciliação forçada para enfrentar a nova ameaça, ainda que temporariamente. As forças afectas ao anterior regime foram derrotadas, mas a situação em termos humanitários era cada vez mais grave, de tal forma que, em meados de 1992, mais de 1,5 milhões de somalis estavam deslocados, quer internamente (na Somalilândia, na capital ou no sul), quer nos países vizinhos (Etiópia, Iémen e Quénia), a grande maioria sofrendo as consequências da fome e da má nutrição.

Após esta vitória, o General Aydeed formou uma federação no quadro da sua facção do USC, denominada Somali National Alliance (SNA)⁸ e englobando diversos movimentos, como o SPM de Omar Jess, o Southern Somali National Movement (SSNM)⁹, o Somali Democratic Movement (SDM)¹⁰, a Somali African Muki Organization (SAMO)¹¹ e a Somali National Union (SNU). Foi este conjunto de forças que teve de enfrentar uma contra-ofensiva do General 'Morgan' em Setembro de 1992, a qual teve mais uma vez consequências humanitárias desastrosas, motivando então a intervenção internacional (a qual acabou por durar mais de dois anos).

Caracterização e análise

O conflito na Somália tem essencialmente origem na própria natureza da sociedade somali, com uma organização tradicional baseada na divisão de clãs e sem qualquer tipo de bases «nacionais» que permitam a existência e consolidação de estruturas estatais. A própria noção de Estado enquanto entidade hierarquicamente superior ao clã é estranha à cultura somali.

Esta realidade explica-se em parte pelo carácter nómada do povo somali, grandemente influenciado pelo ambiente geográfico e climático que o rodeia. O facto de existir um movimento constante na procura de água e de boas pastagens impossibilita qualquer forma de acumulação económica, sem a qual não é possível existirem locais de habitação permanente e também estruturas políticas distintas que se possam constituir em «Estado». Por outro lado, o nomadismo implica tensões derivadas da competição pelo controlo das pastagens ou de outros recursos, pelo que os laços familiares são os únicos com que um indivíduo pode verdadeiramente contar, o que explica a enorme importância do sistema genealógico e de linhagem nestas sociedades. Na sociedade tradicional somali, os conflitos

⁸ Em resposta ao «presidente» Ali Mahdi também criou a sua federação, denominada *Somali Salvation Alliance* (SSA), incluindo as facções que, no seio dos movimentos referidos, o apoiavam.

⁹ Este movimento tinha sido criado em 1991 sob o patrocínio do General Aydeed para apoiar o Coronel Omar Jess na sua luta contra as forças da SNF.

¹⁰ O SDM foi criado em 1989 não só contra o regime de Siad Barre, mas também para proteger os camponeses dos clãs Digil e Rahanweyn do sul da Somália da acção de outras milícias.

¹¹ Esta é uma frente essencialmente defensiva, criada pela população negra do sul da Somália que habita nos vales Juba e Wabi Shebelle.

regulares entre grupos eram geridos através de mecanismos e regras (shir) baseadas no próprio sistema de linhagem (jiffo), os quais previam, por exemplo, rituais de reconciliação e pagamentos de compensações entre grupos.

Com a independência, a existência de um Estado somali começou por ser encarada, por um lado, como uma entidade estrangeira que representava a continuação directa do Estado colonial e, por outro lado, como um instrumento para a recuperação da «unidade somali» através da reconquista dos territórios divididos pela colonização.

A ditadura de Siad Barre entrou em declínio a partir do momento em que este objectivo deixou de ser plausível, deixando o Estado, que nunca tinha tido qualquer base social ou cultural, sem qualquer razão de existir a não ser os benefícios que daí poderiam advir para as diferentes facções. O Estado, que tinha existido artificialmente durante trinta anos, desagregou-se a partir do momento em que os recursos financeiros externos que o tinham sustentado diminuíram, ao mesmo tempo que aumentava a oposição de base clânica (não-estatal) ao regime. Assim, se existem registos antigos de luta entre clãs, foi o vazio de poder deixado pelo colapso do regime de Barre no início da década de 90 que mergulhou o território somali num novo tipo de guerra sem limites ou regras, com níveis sem precedentes de violência e destruição.

Actualmente, existem mais de 30 milícias lideradas por «senhores da guerra» que lutam pelo controlo de parcelas do território ou pelo poder central. O Estado não tem qualquer expressão real e há vários anos que não existe qualquer governo central, exército, poder legislativo ou judicial.

Apesar de os movimentos ou organizações políticas em luta serem normalmente considerados de base clânica (apoiam-se no recrutamento no seio do seu clã), não incluem todos os membros do clã. Antes representam uma parte mais extremista e combativa de cada clã, constituindo também um ponto de fixação para combatentes muito jovens denominados de mooryaan (sem posses). Da mesma forma, as personalidades que chefiam estes movimentos também não são líderes de clã¹², mas sim verdadeiros «senhores da guerra», produto da desintegração do Estado desde 1978 e expressão da anomia de uma sociedade em que os valores tradicionais foram desaparecendo e os valores modernos não se conseguiram implantar. Foi a violência interclânica, espalhada e usada por líderes como Ali Mahdi e Mohamed Farah Aydeed, aliados a outros «senhores da guerra» regionais que tinham também as suas próprias alianças locais baseadas no clã (como Omar Jess, o

¹² Os clãs eram normalmente desprovidos de liderança, funcionando de acordo com um sistema próprio, por alguns considerado democrático, por outros anárquico. Em alturas de guerra podiam emergir temporariamente líderes.

General Mohamed Said Hersi, o Coronel Yussuf Abdullahi, etc.), que acabou por destruir o tipo de Estado que chegou a existir, arrastando consigo uma violência verdadeiramente catastrófica em termos humanitários.

Após a retirada das forças internacionais, o território somali não voltou, no entanto, a testemunhar esse tipo de explosão violenta, verificando-se apenas alguns combates esporádicos entre milícias ou ataques banditistas. As razões para este estado de não-violência residem na interação de diversos factores ligados aos recursos económicos e às formas de autoridade política e militar local. Por um lado, o fim da intervenção internacional enfraqueceu consideravelmente as diversas facções, que tiveram de escolher entre a opção de continuar a combater entre si, com custos humanos e financeiros consideráveis, ou estabelecerem alguma forma de ordem mutuamente aceitável que lhes permitisse fazer negócio e levar a cabo actividades lucrativas. Com a estabilização da situação no noroeste do território e o fim do controlo fronteiriço realizado pela Etiópia na região de Ogaden, começou a desenvolver-se uma rede de comércio importante entre as várias áreas somalis, a que se juntavam as exportações de bens alimentares para os países do Golfo e as remessas dos refugiados no estrangeiro (a maior parte na Europa e na América do Norte). Com estas actividades surgiu também um novo tipo de homem de negócios, ou seja, muitos dos «senhores da guerra» tornaram-se eles próprios «empresários», verificando-se uma mudança de percepção relativamente à necessidade de uma certa estabilidade. Assim, pela primeira vez desde 1991, os políticos somalis já não competem hoje pelo controlo político de uma entidade estatal nacional, mas sim pela influência política e económica ao nível local, trocando a lógica da guerra pela lógica dos negócios (embora a componente de milícia ainda exista).

Esta competição, associada à ausência de uma administração central, tem aberto espaço para a existência de iniciativas de autonomia regional, especialmente a partir da segunda metade da década de 90. É o caso, por exemplo, dos clãs Majerteen, que foram gradualmente organizando uma administração independente nas regiões de Bari, Nugaal e Mudug, decretando a autonomia de Puntland¹³ em meados de 1998 e elegendo Abdullahi Yussuf Ahemed como Presidente. Também os Digil e os Rahanweyne decidiram instaurar a sua administração autónoma nas antigas províncias de Bay e Bakool.

A República da Somalilândia (no noroeste) tinha já celebrado a independência em 1991, conseguindo restaurar a partir de 1993 as condições mínimas de segurança no seu

¹³ "Punt" era a palavra utilizada pelos marinheiros do antigo Egipto para designar a costa somali.

território, nomeadamente através da realização de vários shir. Numa destas iniciativas, Muhammad Ibrahim Egal foi eleito, em 1993, Presidente do novo «Estado», continuando o processo de reconciliação através de métodos tradicionais, do diálogo constante com os clãs e a sociedade civil. Em 1997, a nova Assembleia Nacional adoptou uma Constituição. Estes progressos não permitiram ainda o reconhecimento internacional do novo Estado, o que constitui hoje o maior obstáculo a vencer.

Puntland ou a Somalilândia estabeleceram um tipo de organização bastante diferente do que no Ocidente se considera um Estado ou administração regional, já que não criaram qualquer autoridade num nível superior aos clãs, mas antes se basearam neles (os Majerteen num caso, e os Issaq noutro), assegurando um equilíbrio entre os vários sub-clãs no seio da administração, ela própria minimalista. A existência do clã não é negada ou manipulada, mas antes reconhecida como um facto básico da sociedade somali.

Estes casos de autonomia levam a pensar se será exequível continuar a insistir na viabilidade de uma entidade estatal segundo o modelo ocidental e na integridade territorial da Somália, como tem sido feito até agora pela comunidade internacional. No entanto, o apoio a estas pequenas unidades de administração autónoma comporta também alguns riscos, nomeadamente o de sustentar a existência e o poder de «senhores da guerra» num novo quadro de actuação.

Esforços de paz

O envolvimento das Nações Unidas no conflito somali teve início em Janeiro de 1992, com a aprovação pelo Conselho de Segurança da Resolução 733, que apelava a um cessar-fogo, a um embargo de armamento e à abertura de corredores humanitários. O agravamento dos combates entre as duas facções do USC e as forças do anterior regime levou à adopção da Resolução 751 (24 de Abril de 1992), que criou a United Nations Somalia Mission (UNOSOM) com a finalidade de enviar 50 observadores militares para monitorar um cessar-fogo acordado entre as partes em Março desse ano. A constatação de que o número de observadores era insuficiente e o seu mandato extremamente limitado conduziu à Resolução 775 (de 28 de Agosto) que previa, para além do número de efectivos, a criação de quatro «zonas de intervenção», sem especificar porém de forma clara o conteúdo deste intervenção.

Em 25 de Novembro de 1992, os Estados Unidos anunciam a sua intenção de lançar uma operação militar de larga escala na Somália, em colaboração com as Nações Unidas. Para além de um imperativo humanitário, a intervenção deveria permitir também aos norte-

americanos recuperar uma imagem algo deteriorada durante a guerra do Golfo e testar à escala real a eficiência da sua força de reacção rápida.

As divergências entre as Nações Unidas e os EUA tiveram início logo no que respeita à missão da força internacional. Os EUA defendiam o carácter puramente humanitário da missão enquanto a ONU pretendia incluir uma função de desarmamento.

Apesar dos aspectos técnicos terem sido cuidadosamente preparados, a inexistência de uma estratégia geral para a Somália e um desconhecimento das causas e natureza do conflito vieram a revelar-se determinantes na intervenção. As forças da ONU e dos EUA, agrupadas na United Nations International Task Force (UNITAF)¹⁴, foram para o terreno sem uma ideia precisa da situação existente e das dificuldades que poderiam ter de enfrentar. A ideia de que o conflito somali era causado simplesmente por um bando de adolescentes com armas automáticas e fracamente organizados levou a «Operação Restaurar a Esperança» a basear-se em pressupostos errados, marcados pelo optimismo infundado de que os grupos desestabilizadores seriam rapidamente neutralizados, os bens alimentares distribuídos em segurança e o Estado progressivamente restaurado.

Se é verdade que a rápida distribuição da ajuda alimentar permite considerar a missão um sucesso em termos humanitários, a abordagem não-política de um problema eminentemente político acabou por contribuir para a perpetuação do conflito. O facto de não existir uma agenda política de longo prazo (equacionando devidamente toda a complexidade do conflito e dos actores envolvidos) levou a que a força de intervenção internacional actuasse ao sabor do imprevisto e se revelasse incapaz de lidar com os chefes dos movimentos em luta.

A preocupação principal dos Estados Unidos, principal financiador e fornecedor de tropas para a UNITAF, parecia ser a de cumprir a missão sem grandes incidentes, assegurar a distribuição da ajuda humanitária sem quaisquer contactos aprofundados com a população local e voltar a casa o mais depressa possível. Esta perspectiva colidia com a das Nações Unidas, que continuavam a considerar o desarmamento como um elemento essencial para a restauração da segurança.

O desconhecimento das causas e características profundas do conflito está patente também nas iniciativas de paz entretanto desenvolvidas. Se o abraço entre Ali Mahdi e o General Aydeed em frente às câmaras da estação televisiva CNN apenas dois dias após a chegada da força internacional nos parece caricato, também as «Conferências de Reconciliação»

¹⁴ Esta força internacional foi criada pela resolução 794, de 3 de Dezembro de 1992.

entretanto promovidas tentaram conseguir demasiado depressa e com a metodologia errada um acordo para o qual as partes não estavam preparadas. Nestas conferências, realizadas em Janeiro e Março de 1993 em Addis Abeba, as formas de resolução de conflitos e construção da paz praticadas tradicionalmente pelos somalis foram ignoradas, verificando-se a imposição de uma solução que não tomava em consideração a representatividade dos participantes ou as suas reais motivações.

Por outro lado, os «senhores da guerra» somalis perceberam rapidamente como tirar partido destas iniciativas em benefício próprio, ou até como utilizarem a UNITAF como fornecedora de equipamento (através de roubos) ou fonte de financiamento para as suas actividades (por exemplo, os guardas, motoristas e outro pessoal era seleccionado das facções armadas locais).

Apesar da diminuição considerável do contingente norte-americano na força internacional, o Conselho de Segurança votou favoravelmente a Resolução 814 que, no final de Março de 1993, veio criar a UNOSOM2, com um mandato mais alargado e ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

No entanto, vários factores contribuíram para que esta missão não conseguisse atingir os objectivos que se propunha. O principal está relacionado com uma tomada de posição parcial relativamente aos beligerantes, já que houve um favorecimento claro da facção de Ali Mahdi relativamente ao movimento do General Aydeed, explicada sobretudo pelas diferenças na personalidade e forma de actuação dos dois líderes. Vários incidentes agravaram a tensão entre Aydeed e a força internacional, como a proibição da ronda de consultas e negociações encetadas por Aydeed ou ainda a morte de 24 soldados paquistaneses da UNOSOM durante uma tentativa de ocupação da rádio e dos armazéns de munições daquela facção. A Resolução 837 do Conselho de Segurança veio autorizar operações militares contra os responsáveis por ataques armados às forças da ONU, convertendo assim a força internacional em mais uma das partes em conflito, obrigada a combater para impor a supremacia. Ali Mahdi e Aydeed passaram a considerar a UNOSOM respectivamente como aliada e inimiga.

Curiosamente, é neste contexto que se verifica o retorno das tropas norte-americanas ao conflito, numa jogada destinada a marcar posição a nível internacional com custos financeiros reduzidos. No entanto, os combates em Mogadisho intensificaram-se ao longo de todo o verão de 1993. A 3 de Outubro, um ataque às posições do General Aydeed na capital resultou no abate de um helicóptero de combate norte-americano. O piloto foi feito

prisioneiro, o corpo de outro membro da tripulação arrastado pelas ruas de Mogadisho e várias bandeiras dos Estados Unidos foram queimadas, conforme foi transmitido nas televisões de todo o mundo. A decisão do governo norte-americano foi a retirada imediata das suas tropas.

Apesar deste incidente e da diminuição dos contingentes da maior parte dos países europeus, o mandato da UNOSOM foi sendo progressivamente estendido no tempo¹⁵ até 31 de Março de 1995. O fim da operação foi determinado pelo facto de a força internacional ser constituída exclusivamente por tropas de países do Terceiro Mundo¹⁶ com pouco interesse na situação somali, a que se somou a pressão levada a cabo pelos Estados Unidos, alegando razões financeiras.

Ao nível político, a situação também não tinha registado grandes melhorias. O sistema de conselhos distritais tinha-se revelado mais um instrumento utilizado em benefício próprio pelos membros das várias milícias, enquanto o acordo de paz assinado em 24 de Março de 1994, em Nairobi, não passou de mais uma expressão formal de um compromisso inexistente.

Após a retirada de todas as forças internacionais (no final de Fevereiro de 1995), a divisão entre clãs permaneceu um factor central da sociedade e do conflito somali, mas não se voltou a registar qualquer conflito de grande intensidade. A missão da ONU teve, portanto, o mérito de pôr fim aos combates em 40 por cento do território e de ter criado uma paz relativa que veio posteriormente a dar alguns frutos.

Desde o fracasso da intervenção, os esforços internacionais para negociar a paz na Somália têm sido desencadeados essencialmente pelos países da região, no quadro da Intergovernmental Authority on Development (IGAD), tendo já produzido uma série de acordos de cessar-fogo, a maioria dos quais imediatamente desrespeitados. A partir de 1996, começou a ser adoptada uma nova abordagem nas negociações de paz, baseada na coexistência e cooperação regional, possivelmente conduzindo à criação de um Estado federal composto por várias administrações regionais autónomas e de base clânica. Esta foi a tendência que se evidenciou na Conferência de Paz realizada no Cairo em Dezembro de 1997, apoiada também, a partir desta altura, pela ONU.

¹⁵ Resolução 878, de 29 de Outubro de 1993; Resolução 923, de 31 de Maio de 1994; Resolução 946, Resolução 954 de 4 de Novembro de 1994.

¹⁶ Os maiores contingentes pertenciam à Índia e ao Paquistão, mas estavam também presentes tropas da Malásia, Bangladesh, Marrocos, Egipto, Nigéria e Zimbabué.

A 2 de Maio de 2000 teve início no vizinho Djibuti uma Conferência de Reconciliação (a 13^a) com o objectivo de restaurar um Governo central na Somália e construir a paz. Quase mil delegados, entre políticos, chefes de clãs e representantes da sociedade civil, reuniram-se sob iniciativa do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, e com o patrocínio das Nações Unidas, com o objectivo de designar um parlamento, um presidente e um governo para o país. Após uma negociação difícil relativamente à distribuição dos 245 lugares no Parlamento¹⁷ (a Transitional National Assembly - TNA), este iniciou os trabalhos em meados de Agosto. Um novo Presidente, Abdulkassim Salat Hassan, tomou também posse em 27 de Agosto.

Apesar de permanecerem muitas divergências quanto ao tipo, composição e funções que o novo governo irá desempenhar, o ambiente geral é de cansaço relativamente à situação de guerra e de optimismo face aos resultados desta ronda negocial.

O CONFLITO NO SUDÃO

Contextualização e antecedentes

O Sudão é o maior país africano, ocupando 2.505,810 km², nos quais habitam cerca de 34,5 milhões de pessoas (segundo estimativa de 1999), com uma diversidade étnica e linguística considerável.

As suas fronteiras actuais foram sendo desenhadas ao longo do século XIX por uma série de conquistas militares levadas a cabo pelo regime otomano, através das invasões turco-egípcias que, de 1821 a 1885 (período conhecido pelos sudaneses como Turkiyya), começaram a estabelecer as fundações daquilo que viria a constituir o território do futuro Sudão. Este objectivo foi efectuado quer unificando as numerosas comunidades tribais existentes no norte, quer estendendo as fronteiras para sul na procura de mão-de-obra escrava.

Entre 1885 e 1898, um líder religioso radical e politicamente revolucionário, Mohamed Ahmed, conseguiu iniciar um movimento contra o regime imperial do Cairo e a dominação turco-egípcia, que apelidava de «maus muçulmanos» e de agressores estrangeiros, tomando o controlo sobre o norte do território em nome de um Islão «puro». No entanto, a luta

¹⁷ Inicialmente esta Assembleia deveria ter 225 lugares, mas ficou depois acordado que o Presidente Ismael Omar Guelleh do Djibuti iria nomear mais 20, por forma a incluir algumas personalidades que tinham sido excluídas do processo de selecção.

passou a desenvolver-se também contra o exército britânico, que tinha ocupado o Egito em 1882.

O território acabou por estar sob administração conjunta do Egito e da Grã-Bretanha desde 1899 (confirmada pelo tratado de 1936), embora a soberania britânica começasse a ser contestada pelas autoridades egípcias a partir do final da segunda Guerra Mundial. O período colonial não implicou qualquer reestruturação social profunda, como em outras áreas do continente africano, não interferindo grandemente com o Islão ou com as culturas nativas da região sul. Mas acabou por contribuir indirectamente para o aumento das diferenças económicas entre o norte e o sul (90 por cento do investimento colonial foi feito na parte norte do território) e para uma maior rigidez das identidades culturais, na medida em que a chamada Southern Policy ou Closed Door Policy – destinada a proteger as comunidades do sul dos seus vizinhos do norte e, especialmente, as colónias vizinhas da expansão islâmica – proibia qualquer penetração da cultura islâmica e árabe nessa região. O isolamento do sul impediu qualquer assimilação ou maior homogeneidade cultural, que de outra forma poderia ter existido.

Em 12 de Fevereiro de 1953, os governos egípcio e britânico assinaram um acordo que conferia a auto-determinação sudanesa, estabelecendo um período de transição de três anos. As primeiras eleições parlamentares foram realizadas no final desse mesmo ano, tendo-se registado uma vitória esmagadora do National Unionist Party, pró-egípcio. O primeiro governo sudanês tomou posse a 9 de Janeiro de 1954, data que marcou o início do programa de «sudanização», isto é, de um processo de substituição dos estrangeiros que ocupavam cargos militares e políticos por sudaneses, completado em Agosto de 1955. Este processo veio acentuar as diferenças sociais e geográficas já existentes entre o norte, maioritariamente árabe e muçulmano, e o sul do território, negro e de tradição cristã. As divergências originaram motins das unidades militares sudanesas situadas no sul, mesmo antes da independência, a qual foi formalmente declarada a 1 de Janeiro de 1956.

O fim do colonialismo britânico significou, para os sudaneses do sul, o início do domínio árabe, expresso desde logo em medidas para arabizar os sistemas administrativo e educacional, restringir o número de Igrejas cristãs, etc.

Nas eleições parlamentares de 1958 o Umma Party conseguiu a maioria e formou um novo governo, derrubado oito meses depois pelo comandante das forças armadas, Ibrahim Abboud. Abboud dissolveu o parlamento, suspendeu a Constituição, declarou a lei marcial, nomeou-se a si próprio como Primeiro Ministro e instalou um regime ditatorial que durou

até 1964. O ensino da língua árabe tornou-se obrigatório, foram construídas inúmeras mesquitas e a conversão ao Islão passou a constituir um pré-requisito fundamental para o acesso a qualquer cargo administrativo. Os missionários cristãos, que até à altura asseguravam todo o sistema educativo no sul do país, foram expulsos com base em acusações de incentivo à revolta e ameaça à integridade territorial sudanesa.

Com o fim da ditadura militar de Abboud, a gestão do país ficou entregue a um conselho supremo de Estado, que tentou iniciar um processo de reconciliação, através da chamada Khartum Round Table Conference, em Março de 1965, sem quaisquer resultados. A nível interno, a guerra civil provocada pela revolta de vários movimentos de guerrilha no sul do país contra a dominação do norte árabe prosseguiu com forte intensidade. Tal não impediu que a posição pró-árabe se tivesse visto reforçada, particularmente após a guerra israelo-árabe de 1967.

Em 1969, e após vários anos de instabilidade política, uma facção radical do exército, liderada pelo Coronel Gaafar Muhammad al-Nimeiry, tomou o poder em Cartum. Nimeiry tornou-se em 1972 o primeiro Presidente eleito do Sudão.

Inicialmente, o novo regime procurou o apoio da União Soviética e da Líbia, mas após algumas tentativas de golpe de Estado (em 1971 e 1976), alegadamente com a conivência destes dois países, Nimeiry passou a privilegiar o Egipto, os Estados Árabes mais conservadores e o Ocidente em geral como fonte de apoio político e económico¹⁸. A nível interno, encetou uma série de reformas políticas e económicas que lhe conferiram grande legitimidade e apoio, principalmente durante a década de 70. O líder sudanês não conseguiu, no entanto, dominar de forma duradoura os focos de instabilidade, tanto internos como externos. Por um lado, o assassinato do Presidente egípcio Anwar al-Sadat, fortemente apoiado pelo Sudão nas negociações de paz com Israel, aumentou consideravelmente a vulnerabilidade do país face ao regime líbio. Por outro, o grande influxo de refugiados, provenientes da Eritreia, Uganda e Chade provocou uma diminuição nos recursos disponíveis e um agravamento das tensões sociais, já bastante visíveis em consequência de uma crescente oposição do sul não-muçulmano ao regime central¹⁹.

¹⁸ A aproximação de Nimeiry aos Estados Unidos teve como resultado a concessão de ajuda humanitária, económica e até militar. O Sudão foi o primeiro país árabe a restabelecer relações diplomáticas com os EUA após a Guerra dos Seis Dias no Médio Oriente e, em 1978, foi o único Estado árabe a apoiar os Acordos de Camp David entre o Egipto e Israel. Nimeiry realizou uma visita oficial aos Estados Unidos em 1976, sendo nessa altura encarado como um mediador afro-árabe e um elemento de ligação importante entre África e o Médio Oriente.

¹⁹ Os rebeldes do sul do Sudão tinham conseguido, ao longo da década de 60, reunificarem-se e desenvolverem alguns contactos externos para obtenção de armamento e apoios diversos, nomeadamente com Israel.

Em 1972, as políticas de reconciliação de Nimeiry resultaram nos Acordos de Addis Abeba, que vieram garantir a autonomia da região sul, prevendo, por exemplo, a existência de uma assembleia e de um corpo executivo eleito, de um orçamento próprio, a absorção gradual das forças de guerrilha (conhecidas na altura como Anya Nya) no exército ou o reconhecimento do inglês como língua oficial do sul. O acordo tinha sido, porém, uma forma muito rápida, pouco negociada ou consolidada, de alcançar a paz, sendo encarado pela elite árabe como uma traição.

O compromisso de desenvolvimento económico, social e cultural da região sul não foi cumprido e as relações começaram a deteriorar-se, particularmente após a descoberta de petróleo no sul, já que os benefícios da sua exploração seriam desigualmente distribuídos. Também outros projectos económicos, como a construção do Canal Jonglei (de 330 km), destinado a aumentar a quantidade de água disponível para irrigação, viriam beneficiar exclusivamente as populações do norte, sem ter existido qualquer consulta às comunidades do sul. Os combates reemergiram com forte intensidade em 1983, quando o Presidente sudanês decidiu dissolver a administração regional do sul e dividir a região em três territórios distintos, contrariando os acordos de Addis Abeba. A mudança de estratégia política do Presidente, em função do descontentamento da elite árabe, significou a islamização progressiva do regime, tendo como resultado a imposição da sharia (a lei islâmica) a todo o território, o que contribuiu também para o agravamento do conflito.

Embora tenha sido reeleito em Abril de 1983, Nimeiry não resistiu à deterioração das relações com a Líbia e às pressões internas das facções árabes mais radicais, tendo sido derrubado por um golpe militar em Abril de 1985. Mais uma vez, a mudança de poder verificou-se entre as elites árabes do norte do território.

O novo governo, liderado pelo primeiro-ministro Sadiq al-Mahdi, acabou por ser legitimado nas urnas no ano seguinte, numa eleição onde a violência apenas permitiu a votação em metade das províncias do sul.

O governo teve de enfrentar várias dificuldades relacionadas com a insuficiência de bens alimentares, com uma crise de dívida externa comprometedora do desenvolvimento económico e, principalmente, com as acções de guerrilha do Sudanese People's Liberation Army (SPLA). Esta força militar constitui o braço armado do Sudan People's Liberation Movement (SPLM), criado em 1983 pelo Tenente-Coronel John Garang, com o objectivo de lutar pela incorporação do sul numa nação democrática que reconhecesse os direitos e igualdade de todos os cidadãos. Garang fazia parte do governo de Nimeiry e tinha nessa

altura sido enviado para o sul do país com a finalidade de neutralizar um motim de cerca de 500 soldados que se recusavam a ser transferidos para o norte. Preferiu, no entanto, encorajar a revolta e tornou-se no líder da contestação ao regime de Cartum, absorvendo as anteriores guerrilhas Anya Nya.

Durante 1988, a guerra atingiu uma intensidade invulgar, com as forças governamentais a recorrerem à formação de milícias, muitas das quais provenientes do sul e descontentes com a violência do SPLA, à medida que avançava no terreno. As derrotas militares obrigaram o governo de Sadiq al-Mahdi a fazer concessões políticas, admitindo mesmo o levantamento da lei islâmica, o que foi encarado pelos mais radicais como uma traição à identidade árabe-islâmica.

Em 30 de Junho de 1989, a National Islamic Front (NIF) liderada pelo Brigadeiro Omar Hassan al-Bashir, com o apoio de Hassan al-Turabi, líder espiritual, assume o poder central e o país passa a ser gerido por um Revolutionary Command Council for National Salvation, constituído por 15 membros. A NIF constituía a ilustração sudanesa de um fenómeno muçulmano mais alargado, ligado ao ressurgimento do Islão político radical. Para Turabi, o Sudão seria o coração da revolução islâmica.

Numa fase inicial, o novo regime concentrou todos os seus esforços na supressão de toda a oposição política e na consolidação do poder interno no norte do país. Para atingir este objectivo, a NIF suspendeu todos os direitos e instituições democráticas, criou um serviço secreto central e comités populares locais fieis ao regime, para além de ter legalizado as milícias no quadro das Popular Defence Forces (PDF). Esmagando qualquer sinal de revolta contra o regime, a NIF assegurou também, através de uma substituição sistemática de cargos, o controlo sobre a vida política e económica do país.

O conflito com o rebeldes do sul (que o regime designou de jihad) volta a ganhar importância quando a NIF se apercebe do momento de fraqueza do SPLA, provocado quer pelo colapso de Mengistu na Etiópia, em Maio de 1991 (o que obrigou os rebeldes a evacuarem as suas bases naquele território), quer pela divisão do movimento em duas facções rivais. As forças governamentais encetam então uma campanha militar de neutralização dos rebeldes do sul do território até à obtenção de uma vitória que se traduzisse na imposição da sua visão ideológica da sociedade. No início da década de 90, a NIF abriu mesmo as portas a vários grupos rebeldes de outros países, incluindo grupos islâmicos radicais do Médio Oriente, que pudessem ajudar à realização deste objectivo.

Para além disto, o apoio a Saddam Hussein na guerra do Golfo e a adopção de uma posição fortemente anti-americana contribuiu também para afastar o regime sudanês de outros regimes muçulmanos moderados, como o Egipto ou a Jordânia.

A nível internacional, o regime sudanês foi ficando progressivamente isolado, devido às violações dos direitos humanos e às conhecidas ligações com as redes terroristas, sendo mesmo considerado pelos EUA como um dos Estados párias, juntamente com a Líbia e o Irão. Turabi foi sempre olhado com grande desconfiança pela comunidade internacional por ser um defensor do islamismo mundial e por pretender transportar para o exterior a sua ideologia fundamentalista.

A pressão internacional acabou por levar o regime muçulmano a dar alguns passos no sentido do multipartidarismo, incluindo a dissolução do governo militar, mas a decisão de manter a maioria dos antigos ministros revelou a superficialidade das mudanças. Também as eleições presidenciais e legislativas de 1996 foram largamente contestadas pela oposição.

A partir de 1999, o presidente Bashir encetou tentativas para pôr fim ao isolamento internacional do Sudão. A Eritreia foi o primeiro país a restabelecer relações diplomáticas com Cartum (tendo mesmo assinado um acordo de cooperação), ao que se seguiram praticamente todos os países da região e os Estados do Golfo. Também os Estados Unidos voltaram a nomear pessoal para a sua embaixada no país, após três anos de ausência. Estes apoios vieram reforçar a posição do General Bashir e permitiram-lhe um espaço de manobra interno importante.

Recentemente, rivalidades pessoais entre o presidente Omar al-Bashir e Hassan al-Turabi, o ideólogo islamista e militar do regime e presidente da Assembleia parlamentar, resultaram na dissolução deste órgão (Dezembro de 1999), na demissão voluntária do Governo (Janeiro de 2000) e na declaração do estado de emergência. A luta pelo poder entre os antigos aliados continuou durante meses, com acusações e acções mútuas de desestabilização. Em Maio deste ano, o Presidente suspendeu Turabi das funções de secretário-geral do National Congress (NC), o partido no poder, acusando-o de conspiração contra o regime, enquanto Turabi anunciava a exclusão de Bashir e dos seus colaboradores mais próximos do NC, acusando-os de trair os valores islâmicos para recuperar a credibilidade internacional.

Caracterização e análise

A guerra civil no Sudão dura há 17 anos e já provocou, desde 1983, mais de um milhão de mortos e 4,5 milhões de deslocados, para além das inúmeras violações dos direitos

humanos – raptos de crianças, recrutamento forçado, torturas, expulsão do povo Nuer das suas terras, o uso da fome como instrumento de combate, etc.

Da análise deste conflito ressalta, em primeiro lugar, o choque de dois mundos cultural e religiosamente distintos. Esta divergência identitária está presente na generalidade dos países situados na faixa do Sahel, mas tem sido especialmente dramática no Sudão, dado o seu passado histórico, político e cultural. O norte do país, árabe e maioritariamente muçulmano, economicamente mais desenvolvido, tem dominado e marginalizado as populações da região sul, negras e de religião cristã ou animistas. Este facto foi agravado com a subida das elites árabes ao poder em 1989, e a subsequente transformação de todo o país numa república islâmica.

A natureza deste conflito está, assim, ligada às interacções entre a cidadania e a identidade nacional e cultural: ser sudanês implica ser árabe, significa ser fiel ao Islão²⁰ ou, pelo contrário, assenta na existência de um Estado secular, como advogam as populações do sul? O que está em causa não é, portanto, uma mera confrontação religiosa, mas sim a imposição de um modelo de sociedade, de uma identidade político-cultural que encontra na religião o seu simbolismo e força estruturante e que é, actualmente, política e economicamente dominante.

Mais recentemente, o conflito adquiriu uma nova dimensão, resultado de um descontentamento generalizado face a um regime que não respeita a diversidade cultural. Este desrespeito traduz-se não só pelo aumento considerável do número de efectivos das forças rebeldes, mas também pela existência, principalmente desde 1996, de aliados opositores do regime na região norte, maioritariamente provenientes das faixas leste e oeste do território, habitadas por muçulmanos não-árabes.

Se oficialmente o SPLA tem lutado por um Sudão unido e democrático que confira autonomia efectiva às várias regiões, na prática ele tem sido essencialmente um movimento do sul que parece poder agora contar com a solidariedade de outros movimentos, com novos recursos e com maior capacidade de coordenação. Em 1997, realizaram-se vários ataques coordenados com a National Democratic Alliance (NDA), um movimento político de oposição mais amplo que inclui um antigo primeiro-ministro, Sadiq el-Mahdi, e vários líderes de partidos políticos entretanto exilados²¹. Muitos soldados dissidentes do exército

²⁰ No Sudão existem cerca de oito milhões de não-muçulmanos.

²¹ As principais forças políticas presente na NDA são: o *Umma Party*, o *Democratic Unionist Party*, o *Beja Congress*, o *Sudan National Party*, as *Sudan Alliance Forces*, o *Communist Party* e o *Sudan Federal Party*.

sudanês agruparam-se também na Sudan Alliance Forces, actuando principalmente no nordeste do território.

Verifica-se, assim, um desenvolvimento progressivo da oposição ao autoritarismo do regime islâmico, que ultrapassa a simples dicotomia norte-sul.

Por outro lado, o descontentamento face à perpetuação do conflito e às atrocidades cometidas pelos dois principais protagonistas conduziu ao surgimento de um novo elemento a ter em conta: a existência de vários grupos que se revoltam contra o regime em Cartum, mas que também não apoiam a forma autoritária de actuação de John Garang ou as tendências cada vez mais secessionistas do SPLA. Por exemplo, o povo Nuer da parte leste no alto Nilo já por várias vezes iniciou negociações com a Etiópia para tentar recomeçar a guerra contra o regime islâmico de forma independente do SPLA.

A resposta do regime sudanês à revolta no sul tem consistido num discurso oficial de abertura para a paz ao mesmo tempo que procura tirar partido das divisões no seio dos rebeldes para realizar acordos com alguns destes movimentos, muitos dos quais de pequena dimensão e com uma base de apoio étnica. Com efeito, desde 1991 que os rebeldes do sul do Sudão se encontram divididos em três facções principais: o SPLA Torit, liderado por John Garang; o SPLA Bahr-al-Ghazal dirigido por Carabino Kuany Bol; e o South Sudan Independence Movement de Rick Machar. Embora esta divisão enfraqueça a rebelião (na medida em que se verificam combates intensos entre os diversos movimentos), continua a existir unidade relativamente ao fim geral a prosseguir, ou seja, a luta contra a dominação do norte árabe-islâmico e contra o regime de Cartum.

O surgimento de novos aliados na oposição ao regime conduziu a uma mudança de atitude do governo sudanês, notória a partir de meados de 1998, altura em que foi promulgada uma nova Constituição, que permite o multipartidarismo. Foram também desenvolvidos esforços para incluir algumas personalidades do sul na administração e para abrir caminho à reconciliação com políticos exilados que desempenhavam um papel importante na oposição a Cartum. No entanto, este novo alinhamento político, expresso numa aparente «liberalização», deve ser encarado com reservas, na medida em que nenhuma das decisões tomadas compromete a base religiosa da legislação, a hegemonia política do movimento islâmico e o domínio da minoria árabe-islâmica sobre o sul e os muçulmanos não-árabes das faixas leste e oeste do território. Neste sentido, Turabi desenvolveu o conceito de *tawalli as-Siyassi*, a «política da fidelidade» – fidelidade aos princípios islâmicos presentes na natureza do regime desde 1989. Um exemplo da aplicação prática deste conceito é o

significado atribuído ao multipartidarismo – uma pluralidade de partidos islâmicos em que há uma passagem de um partido único para um partido dominante.

Alianças regionais e internacionais

As solidariedades regionais e internacionais têm também desempenhado um papel importante na evolução do conflito.

Se a NIF tem acusado a Etiópia, o Uganda, a Eritreia e a Tanzânia de ajudar os rebeldes, também o governo sudanês tem oferecido o seu território como base para a acção de revoltas islâmicas, como, por exemplo, no Alto Egipto, ou de movimentos de guerrilha na Etiópia.

Bashir tem tentado, no entanto, levar a cabo uma política de reaproximação ao regime egípcio, com alguns resultados. Se tivermos em conta a hostilidade e as humilhações impostas por Cartum ao Cairo (desde ataques verbais ao apoio a terroristas, à confiscação de propriedades egípcias no Sudão, etc.), verificamos que apenas uma motivação política muito forte pode estar na base desta aproximação. Com efeito, ao Egipto interessa a existência de um Sudão unido e de um aliado num eventual conflito com a Etiópia sobre as águas do rio Nilo.

Esta solidariedade é, porém, bastante instável e susceptível de redefinições consoante a evolução da situação interna dos dois países. Instável é também a relação com a Etiópia e Eritreia. Se, até há algum tempo atrás, parecia evidente um apoio destes dois países aos rebeldes do sul (expresso, aliás, nas negociações do IGAD, em 1998), com o surgimento de um conflito entre aqueles dois Estados, parece ter havido uma melhoria das relações entre Cartum e Addis Ababa.

As relações com o Uganda são de hostilidade, principalmente porque o Sudão tem acusado Yoweri Museveni de fornecer apoio logístico e militar aos rebeldes do SPLA, enquanto este aponta o regime islâmico de Cartum como o principal patrocinador de alguns movimentos de guerrilha que têm vindo a desestabilizar o norte do Uganda, como é o caso do Lord Resistance Army (LRA) ou a West Nile Bank Front (WNBF). O regime ugandês admitiu já publicamente ser do seu agrado a independência do sul do Sudão, funcionando como zona tampão entre o Uganda e o Norte de África arabizado.

Relativamente aos aliados do regime islâmico sudanês, são bem conhecidas as ligações entre Cartum e outros governos islâmicos fundamentalistas e acusados de actos terroristas, como a Líbia²², o Irão e o Iraque.

Este facto tem sido fundamental na política norte-americana face ao Sudão, desde a subida da NIF ao poder e, especialmente, desde o fim da Guerra Fria²³, que se caracteriza por tentativas de isolamento do regime, incluindo o auxílio militar (fornecimento de equipamento «não-letal» como rádios, uniformes, tendas, etc.) aos rebeldes do sul do país. Esta componente é igualmente importante na relação que os Estados Unidos têm desenvolvido com os vários países da região, nomeadamente com o regime etíope e ugandês, no contexto da *Horn of Africa Initiative*. Muito recentemente, o Sudão não conseguiu ser aceite como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, graças a uma forte e bem sucedida campanha diplomática dos Estados Unidos.

Esforços de paz

São as próprias condições e extensão do território que tornam altamente improvável uma vitória militar de qualquer das partes no conflito sudanês. Os beligerantes estão exaustos e há um impasse quase total no terreno, o que, ao invés de melhorar a situação das populações, contribuiu ainda mais para um agravamento das condições de vida. Sendo incapazes de se atacarem mutuamente, os contendores utilizam a população civil como arma de guerra, quer roubando as provisões alimentares (caso do SPLA), quer impedindo que estas cheguem às áreas controladas pela guerrilha (governo).

Os esforços consideráveis no sentido de levar ajuda humanitária às populações em situação mais grave têm estado muito condicionados pela vontade das partes em conflito. A Operation Lifeline Sudan, coordenada a partir de Nairobi, tem fornecido desde 1989 o enquadramento geral para a realização de acções de ajuda das Nações Unidas e de mais de 30 ONGs, tornando-se na maior operação de ajuda aérea alguma vez realizada. Em 1998, o SPLA declarou um cessar-fogo de três meses para permitir a abertura de corredores humanitários até à província de Bahr al Ghazal, assolada pela fome.

Ao nível político, o falhanço dos acordos de 1972 negociados pelo regime de Nimeiry representou um revés fundamental na erosão da confiança entre as duas partes, que não

²² A aliança com Khadafi não tem sido, no entanto, linear, já que varia consideravelmente consoante os interesses e a situação interna líbia. A cooperação entre os dois regimes foi particularmente estreita no início da década de 90, quando a Líbia era o principal fornecedor de armas e apoiante militar contra a revolta no sul do Sudão, em troca de liberdade de acção para derrubar Hissein Habre no Chade.

²³ Durante o conflito leste-oeste, o Sudão era estrategicamente muito importante no contexto da política dos Estados Unidos para a região, sendo inclusivamente um aliado importante contra o regime comunista de Mengistu na Etiópia.

conseguiu ser restaurada pelos esforços de diálogo promovidos pelo governo de Sadid al Mahdi entre 1986 e 1988. Em 1986, o SPLA e vários partidos políticos sudaneses reuniram-se na Etiópia para assinar a «Declaração Koka Dam», que apelava à abolição da lei islâmica e à convocação de uma conferência constitucional. Em Novembro de 1988, o SPLA e o Democratic Unionist Party (o segundo maior partido da coligação governamental) acordaram um plano de paz que previa, para além de um cessar-fogo, o fim da lei islâmica e dos pactos militares com o Egipto e a Líbia. Este plano foi aprovado pelo primeiro-ministro, mas abruptamente interrompido com a subida ao poder da NIF, em 1989, empenhada na islamização de um Sudão unido. Este objectivo esteve subjacente às negociações de paz promovidas pelo governo logo após a sua tomada de posse (em Agosto e Dezembro), pelo que as reuniões serviram apenas para endurecer posições.

Em 1992, após a ofensiva governamental, o regime de Cartum, confiante numa rendição dos rebeldes, concordou na realização de negociações de paz que tiveram lugar em Abuja, de 26 de Maio a 4 de Junho. No entanto, contrariamente ao que esperava o governo sudanês, os representantes do sul aproveitaram a ocasião para se reunificaram a favor da secessão. Com a recusa governamental em admitir a hipótese de discutir a autonomia do sul, as negociações foram inconclusivas, tal como as que se realizaram um ano depois no mesmo local.

A nível internacional, a pressão sobre as partes beligerantes tem aumentado significativamente nos últimos anos, já que, por exemplo, praticamente todos os doadores congelaram a ajuda ao Sudão. Em Agosto de 1993, os Estados Unidos colocaram o Sudão na lista negra de apoiantes do terrorismo internacional e, em Março de 1994, a União Europeia decretou um embargo de venda de armas ao país. Após o alegado envolvimento do regime sudanês na tentativa de assassinato do Presidente egípcio Hosni Mubarak, também o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu sanções políticas e diplomáticas ao Sudão, que ainda estão em vigor.

A Intergovernmental Authority on Development (IGAD), com um grupo de contacto formado por representantes do Quénia, Uganda, Etiópia e Eritreia, tem desenvolvido esforços desde 1994 para negociar um acordo entre as partes beligerantes, sendo a principal responsável pelo actual processo de paz. Só no ano de 1994 foram realizadas 4 rondas negociais (em Janeiro, Março, Julho e Setembro), a última das quais foi suspensa ao fim de 24 horas, no seguimento de declarações polémicas da delegação governamental.

Em 1995 foi criado um grupo de apoio ocidental a esta iniciativa – os Amigos do IGAD – constituído por diplomatas europeus e consultores regionais e incluindo países como os Estados Unidos, a Suécia, a Itália ou a Holanda, com a função de desenvolver alguns esforços diplomáticos para a construção da paz e, principalmente, de ajudar à reconciliação e reconstrução após a assinatura de um eventual acordo de paz. No início de 1997 este órgão foi renomeado de IGAD Partners Forum Committee.

Entre Abril de 1996 e Setembro de 1997 foram assinados uma série de acordos entre o governo de Cartum e vários grupos armados de pequena dimensão do sul, os quais lutavam simultaneamente contra o regime islâmico e contra o SPLA. Estes acordos não constituíram, no entanto, qualquer base realista para um futuro entendimento entre o norte e o sul. Alguns deles não passavam de verdadeiras milícias ao serviço do governo, muitos deles mudavam constantemente de posição em função dos seus interesses mais imediatos.

O processo de paz tem sofrido inúmeros avanços e recuos, com ambas as partes a utilizarem as rondas negociais mais para ganharem tempo e obterem vantagens tácticas do que para chegarem a um compromisso genuíno e duradouro. O objectivo é melhorar a sua posição ao nível político e diplomático (interna e internacionalmente), na esperança de conseguirem através da paz exactamente os mesmos fins que estão a tentar atingir através da guerra. Para além disso, a sucessão de acordos falhados leva a que a via militar continue a ser encarada pelos beligerantes como um meio mais eficaz de defender a sua identidade e assegurar a sobrevivência da sua comunidade política

Actualmente, porém, e apesar de não haver acordo relativamente a uma data, é provável que se inicie uma nova fase nas negociações, imposta pela existência de novos factores relativos às condições internas das partes em conflito. Por um lado, o regime sudanês sente-se cada vez mais isolado política e economicamente no âmbito internacional e a instabilidade militar impede-o de explorar de forma satisfatória os recursos petrolíferos que possui. Por outro lado, apesar da ideia de libertação face à dominação do norte islâmico continuar tão forte como antes, os rebeldes encontram-se politicamente divididos por divergências étnicas e exauridos por uma guerra que se arrasta sem resultados concretos. Os países vizinhos que apoiavam a rebelião encontram-se, eles próprios, envolvidos em conflitos inter-estatais (caso da Etiópia e Eritreia) ou em intervenções no exterior do seu território (como, por exemplo, o envolvimento ugandês no conflito da República Democrática do Congo). Em Dezembro de 1999, os governos do Uganda e do Sudão comprometeram-se mesmo a terminar com o apoio que mutuamente forneciam aos respectivos movimentos rebeldes.

O alargamento da rebelião aos opositores do norte levanta novas questões que têm de ser devidamente equacionadas, num eventual acordo de paz. As recentes divisões no seio do regime podem vir a ser determinantes, já que o afastamento de Turabi abriu caminho não só a uma maior abertura externa mas também a uma possível reconciliação interna com personalidades políticas do norte exiladas, (como Sadiq al-Mahdi, líder do Umma Party, e Muhammad Osman Mirghani, líder do Democratic Unionist Party).

Por outro lado, é necessário ter em atenção que continuam a existir divergências, aparentemente irreconciliáveis. O tipo e extensão das concessões a fazer em nome da paz permanece uma fonte de discórdia no seio das próprias partes em conflito. Parece, porém, cada vez mais claro que, após todo o esforço de guerra já realizado, os rebeldes nunca aceitarão um acordo que não inclua a opção da independência da região sul.

A iniciativa de paz do IGAD conseguiu já que todas as partes, incluindo o governo, aceitassem uma Declaração de Princípios na qual se afirma a separação entre o Estado e a religião, o direito à autodeterminação e a hipótese de realização de um referendo sobre o futuro do sul do país. Este facto constitui, por si só, um avanço considerável na aproximação de posições, se se partir do princípio de que se trata de um compromisso genuíno.

No entanto, a ideia de separatismo deve ser, na opinião de alguns, totalmente afastada da agenda. Esta é a posição do Egipto. Preocupado essencialmente com o controlo das águas do rio Nilo, o Cairo defende a manutenção da unidade sudanesa, tendo avançado recentemente, em conjunto com a Líbia, com um novo plano de paz. Inicialmente foi tentada uma fusão com o processo de paz do IGAD, por forma a ganhar credibilidade, mas posteriormente a iniciativa líbio-egípcia estabeleceu como prioridade a reconciliação do regime islâmico com os seus principais opositores no norte do país. A posição do SPLA, em especial do seu líder John Garang, relativamente a este plano, tem sido dúbia e hesitante. Inicialmente parecia improvável que Garang pudesse aceitar a negociação de um plano de paz que não faz qualquer referência à autonomia da região sul. Mas em Maio deste ano, contrariando todas as previsões, o Coronel retirou-se do processo de paz do IGAD e deslocou-se simultaneamente ao Cairo para promover o plano líbio-egípcio. A credibilidade pessoal do líder do SPLA tornou-se a partir de então uma questão importante, quer para a sua base de apoio, quer para os negociadores do IGAD.

África Central

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Contextualização e antecedentes

Quando estalou o conflito violento no Leste do então Zaire, em Outubro de 1996, poucos previram ou acreditaram que, em pouco mais de meio ano, o poder em Kinshasa pudesse mudar de mãos. O «grande Timoneiro» permanecia ainda firme, após décadas de governação em que tinha habilmente conseguido ligar a estabilidade da nação ao seu poder pessoal, de tal forma que muitos consideravam ser ele a única base de manutenção da integridade territorial e de contenção da tendência para a desagregação do Estado.

O facto de Mobutu ter conseguido manter a unidade territorial e, mesmo, ter ajudado a formar uma certa identidade nacional zairense é ainda mais admirável se tivermos em consideração as características do território em si. As forças centrífugas dominam a geopolítica zairense: as regiões activas ficam na periferia, assumindo a forma de vários centros alicerçados em identidades regionais fortes, pouco solidárias entre si e, acima de tudo, distantes de Kinshasa, uma capital ela própria descentrada.

Isto faz com que a maioria das regiões seja geográfica, económica, social e culturalmente mais próxima dos países vizinhos do que do próprio centro de poder. É este o caso do Kivu, montanhoso e sem vias de comunicação ou transporte com o resto do ex-Zaire, mas com fácil acesso aos Grandes Lagos e à África do swahili; do imenso Alto Zaire, sob a influência do Sudão e do Uganda e com grupos nilóticos importantes em contraste com o mapa bantu que constitui o resto do país; do Noroeste do território, muito ligado etnicamente à República Centro-Africana; ou ainda do Katanga/Shaba, com estreita conexão à África Austral, nomeadamente em termos económicos.

Foi esta «ficção de unidade» que Mobutu conseguiu manter e consolidar durante a sua governação, através de estratégias internas que, combinadas com um apoio externo considerável durante o período da guerra fria, enquanto bastião de contenção do comunismo, lhe permitiram a manutenção do poder²⁴.

²⁴ Mobutu mostrou saber tirar partido da ordem mundial vigente, beneficiando durante anos de uma convergência entre os seus fins de política externa regional e os objectivos estratégicos dos EUA para a África Austral, o que lhe trouxe assistência ao nível da segurança, ajuda económica e apoio político do Ocidente. Enquanto o comunismo esteve activo em África, Mobutu contou com a tolerância dos Estados Unidos, da Bélgica e da França relativamente à sua política de repressão e corrupção, em troca de algumas retribuições – a colaboração com a CIA no sentido de usar o país como fio condutor do apoio à UNITA em Angola, ou o facto de Mobutu ter sido o primeiro líder africano a reestabelecer laços com Israel após a Guerra dos Seis Dias e a mandar tropas para o Chade num esforço de contenção do expansionismo líbio.

Os objectivos de solidificação da base de poder e eliminação dos potenciais opositores ao regime foram conseguidos essencialmente através de uma centralização do poder, do culto pessoal²⁵ e de uma hábil manipulação da elite política e militar do país, em parte por meio da concessão de negócios e privilégios (principalmente aos membros do seu grupo étnico e regional, mas também a todos os que lhe eram leais), em parte pela exclusão dos principais, ou potenciais, opositores. Pertencer à oposição significava, na prática, ser excluído das oportunidades de enriquecimento pessoal ou da vida social e, por vezes, o exílio ou mesmo a morte.

A estratégia de favorecimento político e sócio-económico foi combinada com outra, brilhantemente conduzida na altura, de fomento das divisões no seio dessa mesma elite, de modo a poder exercer mais eficazmente o seu controlo. A estratégia de «dividir para reinar» – que se manifestou, por exemplo, na criação de uma complexa rede de forças de segurança sobrepostas e competidoras (consequentemente, neutralizadoras) entre si e de uma rotação constante nos altos cargos, de modo a impedir o surgimento de uma liderança forte –, revelou-se, no entanto, contraproducente a médio e longo prazo, na medida em que introduziu elementos perigosos para a manutenção do próprio regime e sua defesa em caso de crise. A criação de novos factores de tensão ou o exacerbar dos já existentes teve manifestação prática no favorecimento de determinadas etnias e numa actuação questionável relativamente à cidadania de diversos grupos populacionais residentes no seu território, desenvolvendo uma política de aproveitamento das divisões regionais e étnicas para a consolidação do seu poder pessoal.

Os anos 90 foram determinantes para a desagregação do regime devido a vários factores. Em primeiro lugar, com o fim da guerra fria e a consequente diminuição da importância estratégica do ditador zairense para o Ocidente, surgiram as pressões para a democratização. Mobutu aceitou, apenas em teoria, as novas regras do jogo, minando o processo de transição para neutralizar quaisquer desafios à sua liderança. Esta estratégia traduziu-se na repressão violenta das manifestações contra o seu governo, na tentativa de controlar e manipular as deliberações da Assembleia²⁶, no fomento da desconfianças relativamente às novas forças políticas e, em suma, num jogo de confrontação política com Étienne Tshisekedi, primeiro ministro de transição e líder da União Sagrada, a coligação de

²⁵ Para a população, Mobutu projectou-se a si próprio como o «Messias», o «Libertador», o «Guia», visando criar um culto de personalidade através da glorificação das suas palavras e actos, da exaltação da autoridade, da política de *authenticité* conduzida nos anos 70 enquanto africanização da vida zairense, e da recordação constante da instabilidade nos primeiros anos de independência, sendo que as alternativas eram «Mobutu ou o caos». O Presidente chegou mesmo a afirmar que *não existia Zaire antes dele e não iria continuar a existir depois dele*.

²⁶ *Conférence Nationale Souveraine*, criada em Agosto de 1991 com a missão de forjar uma nova Constituição e supervisionar todo o processo de reformas políticas.

150 partidos da oposição. A não-transferência de poderes para o governo de transição acabou por levar a uma situação insustentável, com a existência de dois governos paralelos e rivais, nenhum dos quais podendo desenvolver e manter algo próximo do grau de legitimidade necessário para governar o Zaire de forma efectiva²⁷.

Em segundo lugar, uma situação económica deplorável que fez do Zaire, no início dos anos 90, o quarto país mais pobre do mundo, apesar de ser também uma das maiores reservas mundiais de diamantes, cobre e cobalto, de possuir a segunda maior floresta tropical do globo e um dos solos mais férteis de África. A impaciência acrescida de credores e doadores manifestou-se, por exemplo, na expulsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1994. O facto veio afectar de forma decisiva a possibilidade do país contrair empréstimos no plano internacional e a capacidade de Mobutu sustentar internamente as lealdades compradas. O descontentamento era evidente na população em geral, estendendo-se também às Forças Armadas Zairenses (FAZ), tendo-se registado vários motins, distúrbios e pilhagens devido ao não pagamento de salários ou ao pagamento com novas moedas não aceites nos mercados e nas lojas.

Isolado do exterior e mergulhado no caos interno, Mobutu chegou a experimentar uma certa recuperação do seu prestígio ao nível internacional, em resultado do genocídio e da guerra civil no Ruanda²⁸ que, com as conhecidas consequências no que concerne a migrações populacionais, colocaram o dirigente zairense na posição de aliado insubstituível, quer para o desencadear de acções humanitárias, quer até como base de instalação para a controversa Operação Turquesa, realizada pela França em 1994 no Ruanda.

No entanto, a estratégia de acender ou exacerbar conflitos de modo a demonstrar que só ele podia garantir a paz e unidade do país, acabou por desencadear tensões que se viriam a revelar de uma dimensão inesperada. Estas tensões estão associadas à questão da nacionalidade dos zairenses de origem ruandesa residentes no Kivu (concedida e retirada várias vezes por Mobutu) e com as consequências do conflito hutu/tutsi no Ruanda e no Burundi, que se traduziram numa pressão demográfica considerável numa região com um equilíbrio étnico e social já por si bastante frágil.

Os habitantes de origem ruandesa instalados no ex-Zaire desde há séculos (como os Banyamulenge, cujo nome vem dos montes Mulenge, no Kivu Sul) ou vindos em vagas

²⁷ Sobre o início da década de 90 e o processo de transição democrática, ver: Metz, Steven; “*Reform and Security in Zaire*”; Strategic Studies Institute, US Army College, Junho de 1996. “Zaire I: Dual Control”, *Africa Confidential*, vol 34 No8, 16 de Abril de 1993. “Deux ans de blocage politique”, *Le Monde* 30 de Janeiro de 1993. “What goes down can come up, after all”, *The Economist*, 15 de Abril de 1995.

²⁸ A população do Ruanda é composta por cerca de 15% de tutsis e 85% de hutus. Os confrontos étnicos de 1994 levaram à morte de cerca de 800 mil ruandeses, na sua maioria tutsis.

sucessivas ao longo de todo o século XX, têm desempenhado um papel preponderante na região (mesmo nas zonas onde não constituem o principal grupo étnico). Na verdade, a maioria dos latifundiários desta região, que herdaram ou se apropriaram das propriedades dos antigos colonos belgas, eram tutsis e essa condição de «senhor da terra» pesou bastante na hostilidade que uma boa parte do campesinato local nutre em relação aos membros daquela etnia. A acção das autoridades zairenses também contribuiu para aprofundar esse sentimento.

O Kivu foi desde sempre uma zona de grande imigração. Antes da colonização, constituía um caminho natural das populações em busca de terras menos povoadas onde fosse fácil apascentar o gado. Durante a era colonial, nos anos 20 e 30, os próprios colonizadores belgas trouxeram ruandeses para trabalhar nas suas plantações. Finalmente, fruto dos sucessivos êxodos pós-independências, em resultado da revolução hutu de 1959 no Ruanda e da posterior instauração de um regime repressor da etnia minoritária tutsi, que se refugiou nos países vizinhos, nomeadamente no Uganda e no Zaire.

Esta tensão latente conduziu a violência étnica esporádica no Kivu Norte desde a década de 60, a qual se agravou nos anos 90 (registaram-se vários incidentes contra a comunidade tutsi em 1993, Julho de 1994 e finais de 1995), tendo a situação sido grandemente afectada com a chegada de milhares de refugiados à região, essencialmente hutus, depois da vitória da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) na guerra civil do Ruanda. Este fluxo veio desestabilizar profundamente a região, já que os refugiados, pretendendo encontrar terras que lhes permitissem a sobrevivência e a fixação, aliaram-se à população hutu local contra os tutsis zairenses, de tal forma que no início de 1996 os Banyarwanda hutus locais (imigrantes mais antigos do Kivu Norte), associados às milícias hutus ruandesas Interhamwe que se encontravam infiltradas nos campos de refugiados, empreenderam verdadeiras acções de terror com a conivência das autoridades, do exército zairense e das populações locais Hunde, Tembo e Nyamga, abatendo centenas de milhares de cabeças de gado e expulsando os pastores tutsis que habitavam a região há décadas.

Conflitos do mesmo tipo ocorreram em Setembro de 1996 no Sul do Kivu, encontrando no entanto maior resistência por parte dos Banyamulenge (cerca de 250 a 400 mil na região), um povo de tradição guerreira, cuja participação nas fileiras da FPR contra o regime de Juvénal Habyarimana, durante a guerra civil ruandesa, tinha gerado o descontentamento do regime zairense e levantado a questão da lealdade dos tutsis zairenses em geral.

A 8 de Outubro de 1996, as autoridades locais do Kivu Sul ordenaram aos Banyamulenge que abandonassem o território zairense, sob pena de serem tratados como rebeldes. A reacção foi inevitável, tendo sido apoiada pelo Ruanda e pelo Burundi, dois países onde os respectivos regimes tutsis estavam preocupados com a existência de forças rebeldes hutus a operarem desde aquele território. Com efeito, os militares das Forças Armadas Ruandesas (FAR) leais ao regime hutu deposto, bem como os elementos das milícias extremistas hutus, instalados no Zaire em consequência de um aproveitamento inteligente da protecção oferecida pela operação militar francesa, mantiveram-se nos campos, que lhes forneciam alimentação e lhes permitiam o rearmamento, sem que os responsáveis do genocídio tivessem sido separados dos refugiados. Por outro lado, no Burundi, o isolamento diplomático provocado pelas sanções decretadas pelos países da região ao novo regime de Pierre Buyoya²⁹ veio reforçar a intransigência das várias facções da guerrilha hutu (principalmente as *Forças de Defesa da Democracia* - FDD de Léonard Nyangoma), com bases estabelecidas em território zairense.

A ameaça crescente que estes grupos representavam para o Ruanda e para o Burundi, com a multiplicação de incursões nos seus territórios, levaram os exércitos maioritariamente tutsis destes dois países a reforçar a defesa dos banyamulenge (armando-os e treinando-os). Os dois países chegaram a intervir directamente na neutralização das forças rebeldes hutus, apesar de numa fase inicial o terem negado. Este foi também o móbil do apoio do Uganda à rebelião zairense, já que o regime de Yoweri Museveni foi importunado pela insegurança nas suas fronteiras com o Zaire e o Sudão, devido igualmente à acção de vários movimentos de guerrilha.

Os tutsis zairenses também contaram, a partir de certa altura, com o apoio de partidos da oposição e movimentos secessionistas que subsistiam desde os anos 60 nas províncias do Leste do Zaire (tradicionais focos de rebelião), bem como dos militares zairenses, dissidentes de um exército mal pago e onde as funções de comando estavam reservadas aos oficiais da etnia Ngbandi de Mobutu.

O objectivo, limitado, de neutralizar os campos de refugiados hutus ou de reagir à política de exclusão de Mobutu, rapidamente se tornou no desejo de derrubar o regime em

²⁹ O domínio dos tutsis prevaleceu no Burundi desde a independência (em 1962) até à realização das primeiras eleições democráticas em 1993, que resultaram na vitória de Melchior Ndadaye, um hutu. Este foi assassinado apenas alguns meses depois, dando origem a um período de grande instabilidade que só terminou com a tomada de poder por Pierre Buyoya, um tutsi que já tinha governado o país entre 1988 e 1993

Kinshasa, uma aspiração partilhada pelo conjunto dos «rebeldes» agrupados na Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL)³⁰.

Do lado governamental, as milícias hutus (Interhamwe, ex-FAR e FDD), as milícias zairenses (os Mai Mai e os Bagilima, compostas por elementos não ruandeses da população do Kivu, originários principalmente dos grupos étnicos Hunde, Tembo, Nande, Nyanga e Kogo), alguns mercenários (sérvios, russos, sul-africanos), diversas forças de segurança descoordenadas e em competição (por exemplo, a Divisão Especial Presidencial, a Guarda Civil e o Serviço de Acção e Informação Militar) e as FAZ (mal equipadas e raramente pagas, mais eficazes em pilhar do que em combater), foram incapazes de resistir à ofensiva da AFDL que, com o apoio dos países vizinhos já referidos e aproveitando o vazio de poder deixado em Kinshasa pela ausência de Mobutu do país, conquistou cidade após cidade, formando alianças com as elites e homens de negócios locais e contando com o apoio de uma população cansada e ávida de mudança. A mensagem veiculada era simples: o apelo à população para que se sublevasse contra o sistema repressivo que tinha levado o país ao caos financeiro e ao empobrecimento progressivo do povo, e para que lutasse contra a tirania e a corrupção, pela liberdade e pela vida, o que só poderia ser feito, diziam, pelo derrube de Mobutu.

As intenções do regime ruandês, se permaneceram durante algum tempo dúbias, ficaram totalmente esclarecidas após o retorno de milhares de refugiados ao Ruanda, em Novembro de 1996. O objectivo fundamental de desmantelamento desses campos – pelo perigo que representavam devido ao retorno da população civil através de corredores humanitários garantidos pela comunidade internacional, e pela dispersão de muitos hutus no interior do Zaire, para lá da região montanhosa do Kivu, onde teriam poucas hipóteses de acção ou mesmo de sobrevivência – tinha sido atingido, pelo que todos os esforços deveriam passar a concentrar-se na reconstrução do país e na estabilização interna (já que a questão da ocupação de terras desses refugiados por tutsis após a vitória da FPR era, e continua a ser, um assunto bastante delicado). No entanto, o Ruanda afirmou que a ameaça permanecia e a ofensiva continuou. Os combates revelaram que alguns milhares de homens disciplinados, bem armados e dispostos de apoios logísticos mínimos, conseguiam derrotar um exército indisciplinado, mal pago e desmotivado, chegando mesmo a cumprir o seu objectivo máximo, com a tomada do poder central pela AFDL, em Maio de 1997.

³⁰ Esta Aliança era formada por quatro componentes fundamentais: o *Partido da Renovação Popular* (PRP) de Laurent Kabila; a *Aliança Democrática do Povo* (ADP) formada por banyamulenges e tutsis do Kivu Norte e liderada por Déogratias Bugera; o *Movimento Revolucionário para a Libertação do Congo-Zaire* (MRLZ) liderado por Masavu Ningaba; e o *Conselho Nacional de Resistência para a Democracia* (CNRD) de Kissele Ngandu.

A governação de Kabila³¹ e a eclosão do conflito em Agosto de 1998

A confluência de vários aspectos perversos da governação de Mobutu, com o apoio dos países vizinhos, e o descontentamento da população determinaram o sucesso meteórico do movimento liderado por Laurent-Desiré Kabila³². O simples facto de este representar uma ruptura com o passado fez com que, tanto ao nível interno como internacional, as expectativas iniciais fossem consideráveis.

No entanto, a situação em que o país se encontrava representava um obstáculo gigantesco à governação. As instituições estatais não funcionavam senão por meio de uma rede política informal de clientelismo; a heterogeneidade do exército e das forças de segurança existentes colocava grandes problemas em termos de reorganização futura³³; a economia estava arruinada, com uma dívida externa cujo montante representava 200 por cento do PIB e 10 vezes as exportações anuais; a moeda nada valia³⁴ e a inflação tinha já atingido em 1994 os 24000 por cento.

Não obstante estes factos importantes, torna-se necessário referir que as primeiras medidas do Governo de Kabila foram a suspensão dos partidos políticos, a interdição das manifestações, a restrição da liberdade dos media e a proclamação dos «novos valores zairenses», incluindo a mudança do nome do país para República Democrática do Congo, fazendo lembrar a política de *authenticité* de Mobutu.

As fraquezas da AFDL eram evidentes, nomeadamente a não existência de qualquer programa ou estratégia bem definida para o novo Congo, a inexperiência política e a divisão no seio do movimento, cujo único factor de união era a vontade de derrubar Mobutu.

³¹ Para uma análise aprofundada da governação de Kabila desde 1997 a 1999, ver International Crisis Group; *How Kabila lost his way: The performance of Laurent Désiré Kabila's Government*. ICG Congo Report N.º3, Maio 1999

³² Laurent Kabila nasceu na província do Katanga, tendo estudado filosofia política numa Universidade francesa. Regressou ao Zaire logo após a independência e tornou-se membro da Assembleia do Katanga Norte, apoiando o primeiro Chefe de Governo, Patrice Lumumba, cujo assassinato motivou a retirada de Kabila e o começo das suas actividades de oposição ao regime então estabelecido. Foi o responsável pela rebelião nas planícies de Ruzizi, de onde, aliás, lançou a ofensiva contra Mobutu no final de 1996. Foi também aí que encontrou Che Guevara, o revolucionário boliviano que lhe veio oferecer o seu apoio em 1965. Dois anos depois, Kabila fundou um novo grupo rebelde, o Partido Revolucionário do Povo (PRP), que iniciou as suas operações perto do Lago Tanganyica. Em 1970, o grupo instalou uma «zona libertada» nas montanhas Kizi do Kivu, com quintas, escolas e clínicas, resistindo aos ataques das forças governamentais cerca de duas décadas. As tropas de Mobutu forçaram Kabila a retirar-se para o exílio na Tanzânia em 1977. Desenvolveu depois fortes laços com Yoweri Museveni, que tomou o poder no Uganda em 1986, e com Paul Kagamé, o líder da Frente Patriótica Ruandesa (FPR). Após 1988, Kabila desapareceu da praça pública, o que levou alguns a declarar a sua morte, emergindo em Outubro de 1996 como o líder ideal para a rebelião no leste do Zaire. Ver “Is Kabila Mr. Nice Guy?”, *Mail & Guardian*, 2 de Maio de 1997

³³ Ver Braeckman, Colette; “Pragmatic Rule in Congo-Kinshasa”, *Le Monde Diplomatique*.

³⁴ Existem várias «zonas monetárias», isto é, zonas que usam moedas diferentes, e apenas o dólar é aceite pela grande maioria da população. No entanto, Kabila aboliu recentemente a sua circulação.

Os vencedores pareceram ignorar, desde o início, a intensidade da mobilização democrática que animou a população nos últimos anos, bem como todo o processo de transição que já estava em curso³⁵ ou, ainda, a importância dos mecanismos da economia informal para a sobrevivência das populações. Kabila também não soube equacionar de forma adequada desafios fundamentais no que respeita aos partidos políticos da oposição, ao relacionamento com a sociedade civil ou à reorganização das forças militares.

A amálgama de exilados que regressaram para desempenhar as funções de nova elite governante não tinha qualquer experiência administrativa e de gestão. Existiam igualmente divisões importantes entre as várias facções da Aliança, quer ao nível étnico, quer no domínio da ideologia política (um exemplo é o entendimento nem sempre cordial entre tutsis banyamulenges e veteranos do Katanga)³⁶.

Os sinais de intransigência e de desrespeito pelos direitos humanos sucederam-se, com alegações de massacres a refugiados hutus ruandeses e consequente relutância de Kabila em permitir a entrada dos investigadores da ONU para averiguação desses actos³⁷.

Quanto à comunidade internacional, houve inicialmente a esperança de que Kabila fosse um dos novos líderes africanos (como, naquela altura, eram considerados Issaias Afweri da Eritreia, Meles Zenawi da Etiópia ou Yoweri Museveni, no Uganda), dispostos a procurar «soluções africanas para problemas africanos» e já libertos do «complexo do colonizador» que afectou toda uma geração de políticos em África, que substituíram a ideologia esquerdista da juventude pelo pragmatismo económico e que, no plano político, são capazes de reconhecer a necessidade de governos representativos sem aceitar a imposição de uma concepção ocidental de democracia. Em suma, líderes que tentam construir sistemas e tomar medidas que sirvam os interesses da maioria da população, através de políticas reformistas e dinâmicas³⁸.

No entanto, o passado de Kabila já não abonava em seu favor. Durante décadas, ele tinha governado como um déspota uma pequena parte do Leste do ex-Zaire, oprimindo a população local Babembe e Bavira e usufruindo pessoalmente dos lucros da exploração mineira. Como Presidente da RDC, a sua actuação não tem sido muito diferente, pelo que

³⁵ Um exemplo ilustrativo é o de Etienne Tshisekedi, líder do principal partido da oposição, cuja opinião não foi sequer tomada em conta, tendo sido não só afastado do cargo de Primeiro Ministro, para o qual havia sido eleito pelos delegados da Assembleia Nacional, mas também de toda a cena política, apesar da larga base popular de apoio com que contava, após décadas de oposição ao regime. Ver “Kabila’s Choice”, *The Economist*, 17 de Maio de 1997; e Braeckman, Colette, “Comment le Zaire fut Libéré”, *Le Monde Diplomatique*, Julho 1997.

³⁶ Ver Wrong, Michela; “La division, enemy number one of the Alliance”. *Courrier International*, 22 de Maio de 1997.

³⁷ “Kabila sends a message to the World: Buzz off”, *The Economist*, 27 de Setembro de 1997.

³⁸ Ver Leymarie, Philip; “Sous le Choc de la révolution congolaise”, *Le Monde Diplomatique*, Julho 1997. Holman, Michael, WRONG, Michela; “Un nouveau continent se dessine sur les rives du Zaire”, *Courrier International*, 12 de Junho de 1997. “How new a Man is Kabila?”, *The Economist*, 24 de Maio de 1997.

as expectativas iniciais rapidamente se desvaneceram e as relações com as grandes potências doadoras se foram deteriorando, face à pressão das organizações de direitos humanos. Kabila acabou por procurar apoio junto dos regimes sudanês, líbio (dois patrocinadores do fundamentalismo islâmico em África), chinês e norte-coreano, em troca de concessões essencialmente económicas³⁹, gerando ainda mais descontentamento no Ocidente.

A actuação da Kabila no sentido de se tornar cada vez mais independente dos seus patrocinadores externos acabou por traduzir-se numa escalada de tensão com o Uganda e o Ruanda. A sua ambição de liderança regional e a recusa em cooperar em projectos económicos conduziu a um afastamento entre Kinshasa e Kampala. Por outro lado, Kabila negligenciou os interesses destes países, sobretudo no que respeita à segurança das suas fronteiras, uma vez que os rebeldes hutus e os movimentos de guerrilha ugandeses continuaram a lançar ataques desestabilizadores aos respectivos regimes sem que Kabila tivesse tomado uma posição ou medidas firmes para a sua neutralização.

Também as medidas económicas, como a revisão de contratos mineiros ou a proibição do uso de moeda externa nas transacções diárias, foram encaradas por estes países como uma traição, na medida em que esperavam continuar a receber benefícios do seu compromisso militar.

O descontentamento de Kigali agravou-se ainda mais com a política deliberada de exclusão dos tutsis levada a cabo por Kabila, quer no sentido de os tornar uma presença externa indesejada à sociedade, quer ao nível político, ao remodelar por várias vezes a sua equipa de governação, promovendo katangueses e marginalizando os tutsis.

As tentativas de separação dos antigos aliados culminaram com o anúncio, a 27 de Julho de 1998, do fim da presença militar ruandesa no Congo através da expulsão dos ruandeses das Forças Armadas Congolesas (FAC). O novo exército, ainda não consolidado⁴⁰ e com salários em atraso, dividiu-se, levando à sublevação de uma das facções, composta por banyamulenge e antigos mobutistas, e apoiada pelo Ruanda e o Uganda.

³⁹ São exemplos a cedência aos interesses florestais malásios, a concessão de exploração de cobalto a uma empresa chinesa, ou a permissão de explorar urânio no Katanga concedida à Coreia do Norte em troca do fornecimento de 350 instrutores militares. Braeckman, Colette; “Carve-up in the Congo”, *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 1999.

⁴⁰ O novo exército incluía cerca de 70.000 membros das ex-Forças Armadas Zairenses (FAZ) que tinham anteriormente lutado por Mobutu, 3.000 a 4.000 banyamulenge, preocupados principalmente com a segurança das suas casas no leste do Congo, cerca de 2.000 outros membros da AFDL, 20.000 «cagogas» (jovens soldados que se tinham juntado à AFDL à medida que esta avançava no terreno em direcção a Kinshasa), e 6.000 a 8.000 ex-tropas katanguesas que se tinham juntado a Kabila desde Angola. Shearer, David, “The Conflict in Central Africa”, *Survival*, The IISS Quarterly, International Institute for Strategic Studies, Reino Unido, Verão de 1999.

Caracterização e Análise

Os interesses regionais envolvidos

A República Democrática do Congo constitui hoje o maior campo de batalha da história africana, onde se desenrola um conflito caracterizado, acima de tudo, pela complexidade, quer no que concerne à multiplicidade dos actores envolvidos, quer no que respeita aos diferentes níveis a que se desenrola – local (a luta por terras e benefícios económicos no Leste do Zaire); nacional (a luta entre o governo de Kinshasa e os rebeldes pelo controlo do poder central); e regional. O conflito chega a envolver mesmo níveis mais incontrolláveis e que envolvem multinacionais, empresas de segurança privada e senhores da guerra locais.

A complexidade manifesta-se desde logo pela divisão das forças rebeldes. Tal como a rebelião congoleza ocorrida em Agosto de 1998 foi o resultado de profundas divisões entre as facções da AFDL, também grandes disputas irromperam entre as novas coligações de rebeldes, étnica e politicamente diversas. Com efeito, no primeiro semestre de 1999 o movimento anti-Kabila cindiu-se em três facções:

- O *Mouvement pour la Libération du Congo* de Jean-Pierre Bemba (ex-mobutista), operando na região do Equador e formado por um grande número de tropas da antiga Guarda Presidencial que pretendem retomar o poder, e que é apoiado pelo Uganda.
- O *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* de Kisangani (RCD-Kisangani), liderado por Ernest Wamba dia Wamba⁴¹, operando no Alto Zaire e também apoiado pelo Uganda.
- O *Rassemblement Congolais pour la Démocratie* de Goma (RCD-Goma), liderado por Émile Ilunga e Bizima Karaha, operando no Kivu e no Kasai Oriental, com o apoio do Ruanda.
- Existem ainda outros grupos rebeldes de menor importância, como a *Union des Nationalistes Républicains pour la Libération*, constituída por cerca de 1500 mobutistas do Equador e Alto-Congo, que lutaram com as forças de Pascal Lissouba durante o conflito no Congo-Brazaville; ou ainda um outro grupo formado por membros da etnia bakongo do Norte de Angola e faixa oeste do território congolês.

Esta divisão está também ligada às divergências entre os principais apoiantes externos destes movimentos, os regimes de Kampala e de Kigali. Enquanto o Uganda mostra sinais de cansaço face a uma intervenção cujo custo tem representado um esforço financeiro

⁴¹ Professor na Universidade de Dar es Salaam, amigo próximo de Julius Nyerere, Wamba dia Wamba, que esteve preso durante o regime de Mobutu, é o pai do actual movimento rebelde RCD, formado em Agosto de 1998, três semanas após as forças ruandesas e ugandesas, apoiadas pelos elementos amotinados do exército congolês, terem tentado derrubar Kabila numa grande ofensiva. No entanto, sendo apologista de uma democratização do regime, Wamba depressa se distanciou dos aliados mobutistas e dos apoiantes ruandeses, conduzindo a uma cisão do RCD.

considerável (defendendo que a guerra deve ser conduzida essencialmente pelos próprios congolese e com apoio público), o Ruanda continua a encarar o seu envolvimento como uma questão de sobrevivência do regime, não mostrando sinais de pretender acabar com os combates. As rivalidades económicas bem como as diferenças tácticas em termos de avanço no terreno tiveram também um papel determinante nesta divisão⁴².

À multiplicidade de grupos rebeldes que lutam pelo controlo do poder em Kinshasa, junta-se a existência de uma rede de alianças regionais que se constituem e desfazem à medida da conveniência dos protagonistas, de tal forma que assistimos ao envolvimento de seis exércitos africanos: do *Ruanda, Burundi e Uganda*, apoiantes dos rebeldes, de *Angola, Namíbia e Zimbabwe*, que operam ao lado do Governo zairense.

Forças envolvidas no conflito (Maio 2000)

	Nº de Efectivos
Do lado governamental	
Angola	2000
Zimbabwe	7000 a 1100
Namíbia	2000
Milícias Hutu e ex-FAR	5000 a 25000
Guerrilheiros Mai Mai	-
Katangueses	5000
FAC	-
Do lado dos rebeldes	
Ruanda	10000
Uganda	8000 a 10000
Burundi	-

⁴² Após o domínio da faixa leste do território, o Ruanda pretendia conquistar o Kasai e o Katanga enquanto o Uganda defendia o avanço pelo Nordeste. Ver "Uganda and Rwanda: Old friends, new war", *The Economist*, 21 de Agosto de 1999.

RDC-Goma	10000 a 15000
RDC-Kisangani	3500
MLC	10000

A diversidade das forças em presença revela a existência de motivações e jogos de interesses variados, que importa tentar destrinçar.

Apoiantes das forças governamentais

Em Agosto de 1998, o rápido avanço das forças rebeldes foi contido apenas pela intervenção dos já referidos países vizinhos, que vieram em auxílio de Kabila e das forças armadas congoleesas, demasiado heterogêneas, divididas e ainda ineficientes.

Para além destes, existem ainda alguns grupos armados, com alguma importância em termos militares, que defendem o Governo zaireense, dos quais se destacam:

– Os *gendarmes katangueses* ou Frente de Libertação Nacional do Katanga (FLNK), composta por exilados (principalmente em Angola) que tentaram sem sucesso a secessão da região katanguesa logo após a independência. Apesar de ter estado ao lado da AFDL em 1996-97, este grupo tem actualmente poucas ligações ao Governo de Kinshasa, o que torna o seu apoio algo incerto. Por um lado, a sua actuação prende-se mais com um apoio ao governo de Angola para neutralização das eventuais bases da UNITA em território congolês; por outro, estão fortemente descontentes com os benefícios decorrentes desse auxílio, tanto a nível económico como político (pois a equipa de Kabila é essencialmente constituída pelos katangueses da etnia Balubakat, tradicionalmente rival dos Lundas que compõem a FLNK). O antigo líder da ala política do movimento juntou-se mesmo aos rebeldes e lidera actualmente o RCD-Goma.

– Os guerrilheiros Mai Mai, pertencentes às etnias Hunde, Nande, Nyanga e Tembo do Leste do Zaire, que se juntaram logo em 1996 às autoridades congoleesas, devido à crescente pressão demográfica e consequentes problemas de partilha de terras que se verificam naquela região. No actual conflito, estas milícias, que acreditam ser invulneráveis às balas, actuam com as forças de Kabila e com as milícias hutus contra o que consideram ser uma RCD dominado por tutsis. No entanto, também os Mai Mai têm objectivos

específicos e perfeitamente delimitados em termos geográficos, não havendo notícias do seu envolvimento em combates fora do Kivu.

– As milícias hutus Interhahamwe e membros das antigas forças armadas ruandesas (ex-FAR) que, apesar do massacre de um número indeterminado de refugiados hutus durante o avanço da AFDL em 1996-97, se reagruparam em apoio ao Presidente congolês com o objectivo de combaterem as forças rebeldes conotadas com os tutsis e com o actual regime ruandês.

– Alguns destacamentos sudaneses e líbios que, após a aproximação de Kabila aos dois regimes, vieram em seu auxílio com tropas e contribuições financeiras, encarando o seu envolvimento no conflito como um meio de escapar ao isolamento internacional.

Relativamente ao apoio popular, se é certo que Kabila conseguiu, numa primeira fase, gerar um certo sentimento anti-ruandês e anti-ugandês (em suma, anti-tutsi) na generalidade da população – que considerava o envolvimento destes países como uma invasão estrangeira –, com o passar do tempo as coisas mudaram. É evidente a diminuição da popularidade do Presidente, havendo hoje grandes dúvidas sobre se o Governo continua a poder contar com a população para defender a capital dos rebeldes, se tal vier a ser necessário.

O apoio externo tem, portanto, assumido grande importância ao nível político-militar, de tal forma que, em algumas regiões oficialmente sob controlo governamental, são o Zimbabwe e Angola quem detém o poder efectivo.

O objectivo principal da acção interna e externa das tropas *angolanas* é a neutralização do Movimento do Galo Negro de Jonas Savimbi. Tal como intervieram, em Novembro de 1997, no Congo-Brazaville, contribuindo decisivamente para a deposição de Pascal Lissouba (cujo regime funcionava como uma das bases de abastecimento da UNITA), as tropas angolanas também agiram em 1996-97 contra o então Governo de Kinshasa (durante muitos anos aliado de Savimbi), fornecendo tropas e apoio logístico à AFDL. Com o emergir de um novo conflito, o regime angolano, irritado com a ofensiva lançada pelo Ruanda e o Uganda sem qualquer aviso ou consulta, trocou a aliança com este dois países pelo apoio a um aliado mais próximo, e possivelmente mais útil para a neutralização da UNITA. A inexistência de um governo forte na R.D. do Congo ou uma eventual desagregação do país facilitaria a utilização do território congolês pelas forças de Savimbi. Pode-se mesmo afirmar que as últimas perdas estratégicas da UNITA estão estreitamente ligadas ao facto de já não contar com a R.D. Congo como intermediário de venda dos seus diamantes para o mercado internacional ou como base de aprovisionamento militar.

Hoje, perante o enfraquecimento da UNITA, na sequência da ofensiva lançada pelas FAA no final de 1999, é menor o interesse estratégico de Luanda no apoio a Kabila – e crescem as divergências entre Kabila e José Eduardo dos Santos relativamente a questões importantes⁴³. Mesmo assim, Luanda continua a ter motivações económicas fortes para apoiar Kabila, já que este apoio tem gerado acordos altamente favoráveis para a Sonangol, a empresa nacional de petróleo de Angola, permitindo a exploração de uma área de mais de 1000km na bacia do Congo.

Também a actuação da *Namíbia*, cujo esforço de guerra tem sido considerável em comparação com o tamanho da sua população e forças armadas⁴⁴, tem como móbil alguns interesses económicos – por exemplo, no que respeita ao fornecimento de bens e à participação em companhias de extracção diamantífera⁴⁵. Igualmente importante é o apoio ao governo angolano contra a UNITA – que tem sido acusada de ajudar a insurreição namibiana –, bem como as estreitas ligações com o regime do Zimbabwe, as quais remontam à época em que o regime do *apartheid* na África do Sul se esforçava por asfíxiar os movimentos de libertação.

Em Abril de 1999, a Namíbia, o Zimbabwe, Angola e a R.D.Congo celebraram oficialmente um pacto de defesa mútua em caso de agressão externa.

Quanto ao *Zimbabwe*, apesar da sua participação na guerra estar a ter consequências desastrosas para a economia do país⁴⁶ e de a opinião pública interna estar cada vez mais descontente com a intervenção, o Presidente Robert Mugabe continua a insistir no apoio a Kabila, em parte para tentar desviar a atenção dos problemas internos.

Esta ligação tem subjacente questões de competição pela hegemonia na região, quer com Yoweri Museveni do Uganda, quer com a África do Sul. Neste último caso, a necessidade de afirmação passa tanto por uma rivalidade económico-comercial (por exemplo, as políticas proteccionistas sul-africanas, que lhe permitem embargar as exportações tradicionais do Zimbabwe ou o controlo dos investimentos no Zimbabwe, que passam na sua maioria por bancos sul-africanos), tanto como por questões de política externa, defesa e segurança. Directamente ligadas a esta questão estão as contradições no interior da *Southern*

⁴³ A simpatia demonstrada por Kabila a Pascal Lissouba, por exemplo, ou as conhecidas ligações à Frente Islâmica Nacional do Sudão não são bem encaradas pelo Governo angolano.

⁴⁴ O número de efectivos actualmente envolvido no conflito congolês representa entre 1/3 e metade das forças armadas da Namíbia.

⁴⁵ O cunhado do Presidente namibiano, Sam Nujoma, Aaron Mushimba, é um dos donos da empresa mineira Miba. Ver “The Wages of War”, *Africa Confidential*, vol 339 No23, 20 de Novembro de 1998.

⁴⁶ Refira-se que a participação do Zimbabwe no conflito congolês custa diariamente cerca de um milhão de dólares americanos e que motivou já o congelamento dos créditos atribuídos pelo Fundo Monetário Internacional, assim como a suspensão da ajuda por parte de outras instâncias multilaterais.

African Development Community (SADC), dividida habitualmente entre os chamados países da «linha da frente», com posições políticas mais radicais (Zimbabwe, Tanzânia – até à chegada ao poder de Benjamin Mkapa – e, sobretudo, Angola), e os países membros da SACU, sob protecção sul-africana (Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia). Apesar de a divisão estar actualmente em reajustamento, com uma aproximação de Moçambique à África do Sul e o esfriamento das relações Namíbia-RAS, é curioso verificar que o facto do Zimbabwe ser o país que controla o órgão de defesa e segurança da África Austral só mereceu contestação a partir do momento em que a África do Sul passou a desempenhar um papel importante na organização, o que conduziu a um agravamento da fractura interna.

O envolvimento de Harare no conflito congolês está ainda ligado a motivações financeiras e comerciais importantes, nomeadamente acordos comerciais com o Governo de Kinshasa no valor de mais de 200 milhões de dólares americanos, ou o facto de as grandes empresas históricas que exploram as riquezas minerais do sul do país, como o cobalto, o cobre, o ouro e os diamantes, entre outras, estarem a ser recuperadas por empresários zimbabwianos, que conseguem concessões de exploração em troca do auxílio e protecção a Kabila⁴⁷.

Apoiantes das forças rebeldes

As motivações do Uganda, do Ruanda e do Burundi prendem-se essencialmente com a necessidade de controlarem e, se possível, eliminarem a ameaça para a segurança das suas fronteiras provocada por mais de sete grupos rebeldes que operam desde o Leste do território congolês contra os respectivos regimes:

- contra Kigali, as ex-FAR e as milícias Interhamwe que participaram no genocídio ruandês⁴⁸;
- contra o regime tutsi de Bujumbura, o grupo rebelde hutu da *Frente para a Libertação Nacional* (Frolina) e as *Forças para a Defesa da Democracia* (FDD);

⁴⁷ A título de exemplo podemos referir a aquisição de 80% da Gecamines (a empresa nacional do cobre) por uma companhia zimbabwiana – a Ridgepointe; a existência de um banco dirigido por membros do partido dominante no Zimbabwe que tem o controlo e gestão do conjunto das riquezas diamantíferas retiradas da região do Katanga e do Kasai; ou o facto de a família do chefe de pessoal do Exército do Zimbabwe – General Vitalis Zvinvashe – possuir uma empresa de transportes que em 1998 conseguiu um contrato de transporte de bens para abastecimento militar à RDC. Ver “*Congo at War*”, International Crisis Group Report No2, 17/11/1998; e SHEARER, David; “The Conflict in Central Africa”, *Survival*, The IISS Quarterly. International Institute for Strategic Studies. Reino Unido: Verão 1999.

⁴⁸ A notícia de massacres de tutsis nas principais cidades, instigados até pelas autoridades locais e centrais, por um lado, e o envolvimento de extremistas hutus nas fileiras das Forças Armadas Congolesas, por outro, foram factores que contribuíram grandemente para a intervenção do Ruanda e o despoletar do conflito.

– e contra Kampala, a *Allied Democratic Front* (ADF), composta por membros da seita fundamentalista islâmica Salaf Tabliq; o *West Nile Bank Front* (WNBf), formado por elementos leais a Idi Amin Dada, que governou o Uganda até 1979; e o *Lord's Resistance Army* (LRA), liderado por Joseph Kony que pretende devolver o poder à etnia Acholi e ver o país governado segundo os dez mandamentos. Este último grupo é conhecido pelo recrutamento forçado de crianças e é fortemente apoiado pelo Sudão, cuja aliança com Kabila motivou um apoio ainda mais forte do Uganda aos rebeldes congolese⁴⁹.

No caso do Ruanda, em particular, a ideia simbólica de expansão do regime tutsi, num país com uma cultura política de minoria muito própria, é também fundamental para a compreensão do seu envolvimento no conflito congolês. Essa ideia de expansão e de «recuperação das terras que foram tiradas aos ruandeses pelo colonizador» tem expressão prática na necessidade de extensão das fronteiras para Leste, de forma a aliviar a imensa pressão demográfica com que se debate o Ruanda.

Neste sentido, não é claro se o objectivo é a instalação de um governo pró-tutsi em Kinshasa (uma vez que a subida ao poder dos mobutistas do RCD poderia ser também desfavorável para os tutsis), ou a desestabilização da R.D.Congo, por forma a não permitir a consolidação de um poder forte e estável em Kinshasa com capacidade de decisão e gestão dos poderes em toda a região dos Grandes Lagos (como aconteceu num passado ainda recente), ou ainda a desagregação e partilha do território consoante as zonas de influência. Tomar Kinshasa pode mesmo já não ser um objectivo, na medida em que há rumores de que os ruandeses se comprometeram a não atacar Mbuji-Mayi, o grande centro mineiro do Sul do país, e a deixar as tropas zimbabweanas explorarem livremente os diamantes dessa zona, em troca da entrega de hutus que estejam a combater com as forças governamentais.

A partilha de zonas de influência para um controlo efectivo sobre o território é já uma realidade: o Uganda criou uma nova província no Nordeste do Congo – Kibale-Ituri –, para a qual nomeou um governador; da mesma forma que a fronteira entre o Kivu e o Ruanda é uma mera formalidade.

A este propósito torna-se necessário salientar a importância dos interesses económicos em todo o conflito, já que é facilmente constatável a tentativa de controlo das matérias-primas existentes no Kivu, tanto agrícolas (café, chá) como, principalmente, minerais, valiosas do

⁴⁹ As relações entre o Uganda e o Sudão têm sido tensas devido ao apoio ugandês ao *Sudan People's Liberation Army* (SPLA), um grupo rebelde do sul do Sudão que desde 1983 se opõe ao regime islâmico de Khartoum, numa guerra civil que já fez mais de 2 milhões de mortos. Por sua vez, o Sudão tem apoiado os movimentos de guerrilha contra o regime ugandês, pelo que o conflito na R.D. Congo dá ao Sudão mais uma oportunidade de desestabilizar a fronteira ugandesa.

ponto de vista das indústrias de ponta (niópio, tantalite)⁵⁰ e dos mercados financeiros internacionais (ouro, diamantes).

Um número considerável de empresas, mais ou menos obscuras, que exploram estes minérios têm uma relação muito estreita com as autoridades ruandesas, designadamente a Littlerock Mining, a Sapora Mining, a Tenfields Holdings ou a Collier Ventures⁵¹. Várias companhias internacionais, como a Maryland ou a Kenrow International de Gaitherburg, têm representantes em Kigali.

Também na zona do Alto Congo, junto à fronteira com o Sudão, Kampala explora actualmente as minas de ouro de Kilo Moto e as jazidas de diamantes, o que lhe confere três vezes o rendimento anual de que o Estado ugandês costumava dispôr. O orçamento de defesa ugandês foi, entretanto, aumentado de 150 para 350 milhões de dólares americanos. Mas o que pode ser nocivo para a economia de um país é altamente rentável para as elites e suas famílias. Pensa-se mesmo que a competição económica entre comerciantes e homens de negócios ruandeses e ugandeses, nomeadamente em torno de Kisangani, terá sido um dos factores do relativo afastamento entre os dois regimes na questão congoleza, em relação à qual foram outrora fortes aliados⁵².

Desde o início da guerra no Congo, em 1996-97, várias companhias mineiras têm sido acusadas de financiar as operações militares em troca de contratos lucrativos no leste da RDC, como é o caso da *American Barrick Gold Corporation*, da *Australian Russell Resources*, da *Austrian Company Krall*, ou da *Canadian Banro American Resources*⁵³. Algumas destas empresas concluíram acordos com a Comiex, uma empresa de importação-exportação que pertencia a Kabila e que lhe permitiu financiar as suas actividades enquanto líder rebelde.

Verifica-se assim que, ligados às riquezas minerais, existem acordos não formalmente expressos entre homens de negócios locais, senhores da guerra e companhias internacionais com interesse na exploração dos recursos, alianças estas que são generalizáveis a uma parte dos intervenientes de países vizinhos, tanto do lado governamental como dos rebeldes.

⁵⁰ Os minerais existentes no Kivu são de grande importância para a electrónica, aeronáutica e medicina nuclear, uma vez que possuem uma resistência excepcional ao calor e ao frio, sendo igualmente muito raros. É o caso do niópio (África possui 15% das reservas mundiais deste mineral, 80% das quais estão no R.D.Congo) e da tantalite (em que o continente africano possui 80% das reservas, das quais 80% essencialmente no Kivu).

⁵¹ A exploração das riquezas do leste do Zaire pelos rebeldes apoiados pelo Ruanda equivale a duas vezes o orçamento anual ruandês. Ver Heitor, Jorge, «Ex-Zaire já se encontra dividido em quatro», *Público*, 9 de Novembro de 1999; e Braeckman, Colette, «Carve-up in the Congo», *Le Monde Diplomatique*, Outubro 1999.

⁵² É necessário relembrar que Paul Kagamé foi chefe da segurança militar de Yoweri Museveni e que este subiu ao poder em 1986 com claro auxílio dos tutsis, sendo ele próprio de ascendência tutsi. Da mesma forma, o Uganda teve um papel importante na subida dos tutsis ao poder no Ruanda, tendo servido de base para a Frente Patriótica Ruandesa (FPR).

⁵³ Braeckman, Colette, «Carve-up in the Congo», *Le Monde Diplomatique*, Outubro 1999.

A exploração dos recursos envolve ainda todo um conjunto de entidades económico-militares, controladas por empresas nem sempre reconhecidas, como a *Executive Outcomes*, *Lifeguard*, *Heritage Oil*, *Diamond Ox*, *Branch Energy*, e que constituem a expressão das dinâmicas não oficiais e redes mafiosas que operam hoje um pouco por todo o continente, aproveitando-se da situação de instabilidade, da cultura da violência e da destruição maciça, para a realização de negócios altamente lucrativos e para impôr as suas lógicas de actuação – isto é, contribuindo para aquilo que Patrick Chabal denomina de «instrumentalização da desordem».

Todos estes interesses constituem sérios obstáculos à ideia de reconstrução de um governo central efectivo, com legitimidade e autoridade para manter unido o território congolês.

Esforços de paz

A perspectiva de uma resolução do conflito por via militar é hoje cada vez mais improvável. A situação no terreno é de impasse, com as partes beligerantes a controlarem apenas as maiores cidades e pontos estratégicos nas regiões por si ocupadas, permanecendo vastas extensões de território sem qualquer controlo. Para além de nem o Governo nem os rebeldes possuírem um plano coerente para o futuro do país e de ambos serem bastante impopulares, há um cansaço evidente nos intervenientes externos. O Uganda e o Ruanda parecem agora contentar-se com o usufruto das áreas que controlam no Leste e Nordeste do território. Angola e o Zimbabwe estão já a diminuir os seus efectivos devido aos custos que a sua intervenção implica.

No entanto, a perspectiva de uma solução negociada é também algo incerta, dado que os esforços de paz encetados têm falhado e os acordos concluídos abertamente desrespeitados.

As conversações começaram com uma série de reuniões entre os beligerantes, realizadas nas Cataratas Vitória em Setembro de 1998, mas cujos resultados foram escassos. Houve várias iniciativas diplomáticas promovidas por líderes africanos, nomeadamente pelo Presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, nessa altura mediador da SADC para o Congo. O facto de ter sido deixada aos africanos a procura de uma solução para o conflito veio ilustrar de forma visível a incapacidade de resposta da Organização de Unidade Africana (OUA) em situações de crise, bem como a fragilidade dos processos de integração regional, nomeadamente as divisões no seio da SADC.

O primeiro acordo de paz assinado (Acordo de Sirte) foi patrocinado por Khadafi e previa, para além do cessar-fogo, a formação de uma força de manutenção da paz africana, neutral,

para actuar na região dos Grandes Lagos, com tropas da Líbia e da Eritreia. Apesar de ter constituído um passo importante para o início da cooperação entre os Estados intervenientes, o acordo excluiu os rebeldes das conversações e foi apenas assinado pelos Presidentes da R.D.Congo, do Chade (que na altura se encontrava envolvido no conflito em apoio ao governo de Kinshasa) e do Uganda. Este acordo ilustra também a falta de coordenação nos esforços de mediação, uma vez que na mesma altura que Kabila e Museveni o assinavam, os representantes do movimento rebelde RCD desenvolviam conversações de paz em Lusaka com membros do governo congolês.

Em 10 de Julho de 1999, foi assinado o Acordo de Lusaka⁵⁴. O Acordo não faz qualquer distinção entre a presença de tropas convidadas e invasoras, parecendo ignorar a Resolução 1234 do Conselho de Segurança da ONU que reconhece a agressão externa à R.D.Congo e apela à retirada das tropas estrangeiras em nome da integridade territorial do país. Muitos consideram mesmo que o acordo não passa de uma continuação da guerra por outros meios, no sentido em que pretende um enfraquecimento do poder central e atende às pretensões do Ruanda, permitindo a sua presença em território congolês com o objectivo de desarmar as milícias hutus.

O processo de formação de uma missão das Nações Unidas para o Congo, previsto no acordo, teve início em Agosto de 1999 quando o Conselho de Segurança aprovou, através da resolução 1258, o destacamento de 90 observadores para a R.D.Congo e para os países vizinhos directamente envolvidos no conflito, com o objectivo de estabelecer ligações entre as partes e preparar o terreno para os restantes elementos da força de paz. A Resolução 1279 de 30 de Novembro veio estabelecer que o pessoal previamente autorizado constituiria a Missão de Observação das Nações Unidas para o Congo (MONUC).

Com a resolução 1291 de 24 de Fevereiro de 2000, o Conselho de Segurança estabeleceu as linhas de actuação da força de manutenção da paz, alargando-a para um total de 5537 membros⁵⁵ distribuídos por quatro bases, com responsabilidade de supervisionar um possível cessar-fogo, apoiar a libertação dos prisioneiros de guerra e a assistência humanitária, assistir nas operações de desminagem e realizar várias acções relativas à consolidação do processo de paz. No entanto, dado a limitação do mandato, a força de paz irá depender largamente dos beligerantes, inclusive para a sua segurança, não existindo ainda consenso relativamente à terceira fase prevista no acordo, relativa ao desarmamento

⁵⁴ Para uma análise detalhada das condições que levaram à assinatura do Acordo, do seu conteúdo e das violações posteriores, ver International Crisis Group, *The Agreement on a Cease-Fire in the Democratic Republic of Congo: An Analysis of the Agreement and Prospects for Peace*, ICG Congo Report n°5, Agosto 1999.

⁵⁵ Este número inclui 500 observadores, cerca de 3400 tropas e 1500 efectivos de apoio.

dos «grupos armados» actualmente a operar no Congo,⁵⁶ que prevê o envio de mais 20 mil efectivos caso as fases antecedentes sejam bem sucedidas.

O acordo prevê também a abertura de um debate nacional envolvendo a oposição (movimentos armados e partidos políticos) e a sociedade civil, bem como um período de transição com a formação de um «governo de unidade nacional» onde está prevista a participação de antigos mobutistas e de apoiantes do Ruanda e do Uganda. O diálogo interno está já em evolução, embora a tarefa do mediador, o antigo presidente do Botswana Ketumile Masire, seja extremamente complicada dado os mais de 150 actores políticos envolvidos. É também questionável a utilidade de tal processo, uma vez que apenas prolonga o período de transição política já iniciado em 1990 por Mobutu e adia mais uma vez o direito da população escolher os seus líderes em eleições livres.

As violações dos acordos de paz sucedem-se, sem que a *Joint Military Commission* (JMC), constituída para supervisionar a sua implementação, tenha fundos ou meios de actuação para as evitar.

Apesar disto, os sete chefes de Estado africanos directamente envolvidos no conflito encontraram-se em Janeiro de 2000 nas Nações Unidas, em Nova Iorque, para uma sessão especial do Conselho de Segurança, convocada pelo representante norte-americano Richard Holbrooke, com a intenção de fazer respeitar o cessar-fogo⁵⁷. Os representantes africanos reafirmaram então os objectivos do Acordo e concordaram em prosseguir as negociações a um nível mínimo, não suscitando grandes esperanças quanto a uma solução a curto prazo para o conflito. Já em Abril de 2000, foi assinado mais um acordo de cessar-fogo em Kampala, prevendo a criação de um corredor entre as partes beligerantes por forma a evitar possíveis violações do cessar-fogo e a posterior retirada progressiva das tropas externas envolvidas no conflito. No início de Maio, vários delegados do Conselho de Segurança das Nações Unidas efectuaram uma missão por cinco capitais africanas envolvidas no conflito⁵⁸, para avaliar a situação no terreno e as condições de actuação da força internacional, tendo regressado sem qualquer garantia de cessar-fogo.

Apesar de Kabila ter apelado ao envio da força internacional de paz para o terreno o mais depressa possível, desde a chegada a Kisangani, a 11 de Junho, do 11º contingente

⁵⁶ Ver General Secretariat of the Council, *Conflicts in Africa: Discussion Paper on the crisis in the Great Lakes Region*. Paper prepared by the EU Special Representative for the Great Lakes Region, the Policy Unit and DG E. Bruxelas, 15 Março 2000.

⁵⁷ Esta iniciativa realizou-se no âmbito do «mês de África» que teve início a 10 de Janeiro nas Nações Unidas e onde se discutiu, para além do conflito congolês, a situação na Serra Leoa e em Angola, o processo de paz no Burundi e outros problemas comuns aos países africanos como os refugiados ou o HIV/SIDA.

⁵⁸ Lusaka, Harare, Kigali, Kampala e Kinshasa.

(essencialmente para se interpor entre as tropas ruandesas e ugandesas) que a MONUC tem enfrentado vários obstáculos à sua actuação. O Presidente congolês recusou-se a permitir a colocação dos *peacekeepers* no terreno, bem como a participar em várias conferências da SADC sobre o conflito, ou em negociar com o antigo presidente do Botswana, Ketumile Masire, nomeado pela OUA como patrocinador das conversações de paz. Recentemente, em mais uma das cimeiras da SADC destinadas a assegurar a aceleração do cumprimento do acordo de Lusaka e do protocolo de Kampala, realizada em 17 de Outubro, em Maputo, os líderes presentes⁵⁹ tentaram pressionar Kabila a ser mais flexível e comprometeram-se em fazer retroceder as suas tropas pelo menos 15 km a partir das posições que ocupavam em Abril último, por forma a abrir caminho à intervenção da ONU e reduzir o risco de violação do cessar-fogo.

Para além da intransigência das partes em conflito, uma multiplicidade de factores têm contribuído para o seu prolongamento. É o caso, por exemplo, da existência de numerosos interesses favoráveis à manutenção de uma situação de guerra, nomeadamente ao nível económico, como já foi referido. A existência de um grande número e a heterogeneidade de actores e forças envolvidas (guerrilhas, milícias, exércitos convencionais, etc.) torna qualquer processo de paz muito mais complexo e difícil, para além do realinhamento de alianças ser frequente⁶⁰. O clima de desconfiança e de oposição entre os beligerantes, materializado na convicção de que é possível atingir os objectivos por meio da violência sem necessidade de cedência efectiva na mesa das negociações, continua a ser uma constante. Também a sucessão de acordos falhados, que não resultam de uma vontade genuína e de um compromisso efectivo das partes envolvidas, mas sim de pressões internacionais, apenas contribui para o descrédito no processo de paz e para a convicção de que a guerra é o meio mais adequado de resolver divergências e prosseguir os objectivos ou interesses próprios.

A pressão internacional para a assinatura de acordos de paz (manifesta, por exemplo, em ameaças de cortes na ajuda internacional, pressões diplomáticas, etc.), não é depois acompanhada de um compromisso real e activo na procura da sua implementação/manutenção. Esta situação reflecte a tendência actual de descomprometimento da comunidade internacional relativamente aos problemas africanos.

⁵⁹ Nesta Cimeira participaram os chefes de Estado da África do Sul e de Moçambique enquanto coordenadores, do Zimbabwe, da Namíbia, do Ruanda e do Uganda.

⁶⁰ Podemos referir como exemplo o apoio dos *Interhahamwe* ao governo de Kinshasa apesar de em 1996-97 terem lutado em lados opostos, ou a assistência agora concedida pelos ruandeses e ugandeses aos mobutistas que anteriormente combateram.

A sucessão de intervenções externas falhadas no continente africano, das quais o exemplo da Somália é paradigmático, combinada com a natureza do conflito em si – uma guerra entre africanos, cujos protagonistas são novos líderes pouco receptivos à imposição de soluções exteriores⁶¹ –, torna a ausência de intervenção externa ainda mais justificável para a comunidade internacional, que apenas age em função de preocupações estritamente humanitárias. Considerando a superfície e geografia do país, a deficiência das comunicações, a complexidade dos conflitos em curso e dos actores envolvidos, torna-se claro que os efectivos que as Nações Unidas contam enviar são manifestamente reduzidos. Mas para os principais países que financiam esta força de paz, como os Estados Unidos, o número de soldados será sempre significativo em face da falta de vontade dos países e das facções envolvidas para prosseguir a paz⁶².

A comunidade internacional não está, obviamente, isenta de culpa, principalmente devido à manifesta inexistência de um modelo de actuação coerente e à dualidade de critérios para situações semelhantes⁶³, afectando grandemente a sua credibilidade. Neste sentido, podemos dizer que a actuação neste conflito tem sido, em certa medida, parcial. Kabila é actualmente um líder indesejado pelo Ocidente, votado ao isolamento internacional, mas a invasão do território congolês por países estrangeiros ainda não foi firmemente condenada. É este, em especial, o comportamento dos Estados Unidos, cujas ligações aos actuais regimes ugandês e ruandês são bem conhecidas⁶⁴.

Para além disto, tem havido uma certa incompreensão relativamente à natureza e às reais implicações dos conflitos que se desenrolam na República Democrática do Congo, já que o futuro do país é indissociável do evoluir da situação nos países vizinhos.

Do envolvimento de vários países vizinhos no conflito congolês, que lhe valeu já o epíteto de «*primeira guerra mundial africana*»⁶⁵, ressalta a clara necessidade de uma gestão e resolução ao nível regional, equacionando devidamente a situação interna desses mesmos países, nomeadamente a questão étnica que envolveu por arrastamento o próprio Congo e que

⁶¹ Os actuais líderes da região dos Grandes Lagos têm uma perspectiva muito negativa da actuação da ONU em particular e da comunidade internacional em geral, pois na mente de todos está o assassinato de Lumumba, o apoio a Mobutu durante trinta anos de governação, o abandono do Ruanda durante o genocídio, ou o «fechar os olhos» ao tráfico de armas nos campos de refugiados.

⁶² O Congo tem já um passado negro para a ONU, na medida em que custou a vida ao segundo secretário-geral da organização, Dag Hammarskjöld, bem como de 250 soldados das tropas internacionais que intervieram entre 1960 e 1964.

⁶³ Decretaram-se, por exemplo, embargos ao Burundi na sequência do golpe de Estado perpetrado por Pierre Buyoya, mas nada se fez relativamente ao derrube de Pascal Lissouba no Congo-Brazaville.

⁶⁴ Os EUA têm fornecido assistência militar a estes dois países, principalmente ao nível da formação. É também curioso notar que enquanto suspendia a ajuda ao Zimbábue por violações dos direitos humanos, os Estados Unidos desbloqueavam simultaneamente 2 biliões de US dólares para ajuda ao Uganda.

⁶⁵ Esta expressão foi utilizada pela primeira vez pela Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, numa sessão do Conselho de Segurança em Janeiro de 2000. "*Albright calls for end to africa's first world war*", CNN, 24 de Janeiro de 2000.

constitui um factor condutor e potenciador de conflitos. Existe uma manipulação clara do factor étnico, como ilustra o crescimento progressivo do sentimento anti-tutsi no Congo, promovido activamente por Kabila, como já o tinha sido por Mobutu.

O falhanço dos acordos de Lusaka está, portanto, em parte ligado ao facto de não ter sido tomado em consideração o problema da instabilidade interna dos Estados directamente envolvidos. O início de um processo de conversação e negociação simultânea com cada um deles, no âmbito de uma abordagem regional, seria uma evolução muito positiva a considerar.

O conflito alastra não só dos países vizinhos para o interior da R.D.Congo, mas também desta para o exterior, através principalmente da existência de milhares de refugiados espalhados por toda a região e que constituem um foco de instabilidade importante para os países onde se encontram e para as relações entre Estados⁶⁶.

Os acordos existentes não parecem, por enquanto, equacionar devidamente e a nível regional este e outros problemas, para além de não salvaguardam de forma alguma a integridade territorial do Congo, sendo previsível que, mesmo com o destacamento da força de paz internacional, as partes beligerantes continuem a exercer a sua influência *de facto* em áreas do território para eles consideradas estratégicas.

Conclusões

Contrariamente às previsões feitas durante os últimos anos de Mobutu, de que a era pós-mobutista seria de caos e se espalharia para os países vizinhos, verifica-se que foi em boa medida o caos desses países que transbordou as fronteiras e encontrou no vácuo de poder que constitui hoje a República Democrática do Congo o cenário ideal para prosperar. Com efeito, o conflito que agora grassa neste território é caracterizado por uma clara diminuição da importância das fronteiras formalmente existentes, substituídas agora por zonas de influência controladas por governos internacionalmente reconhecidos ou por grupos rebeldes, com interações e jogos de alianças não totalmente claros.

Os interesses dos diversos actores envolvidos são diversos e têm desempenhado um papel importante no prolongamento do conflito, de tal forma que se torna difícil prever se o

⁶⁶ Não esqueçamos que a existência de milhares de refugiados no leste do ex-Zaire contribuiu decisivamente para o agravamento da tensão e para a invasão do território pelo Ruanda, com o objectivo de atacar as milícias hutus presentes entre esses refugiados. Verifica-se actualmente uma situação semelhante relativamente aos refugiados burundeses na Tanzânia, estando as relações entre os dois Estados cada vez mais tensas devido aos ataques lançados a partir desses campos de refugiados (essencialmente hutus).

Congo, enquanto entidade estatal, voltará a reemergir ou se a tendência para a desagregação vai prevalecer.

O conflito tem mostrado também a extensão da divisão no interior da SADC, pondo em causa o processo de integração regional e a solidez do modelo seguido, pondo igualmente em evidência a inexistência de um modelo de actuação coerente por parte da comunidade internacional, desprovida de mecanismos adequados para resposta a este tipo de situações.

Quaisquer conversações de paz terão obrigatoriamente que ter em conta a situação política interna do país, os resultados de décadas de políticas económicas desastrosas e as consequências de duas guerras sucessivas. Terão que ser devidamente equacionados os problemas existentes na região do Kivu, bem como os conflitos internos dos Estados circundantes, já que enquanto estes não forem resolvidos, quaisquer acordos de paz ou acordos de cessar-fogo formalmente declarados constituirão apenas uma estratégia deliberada para ganhar tempo. Em suma, enquanto a guerra continuar a ser encarada como o melhor meio de prosseguir os objectivos de cada um das partes envolvidas e os acordos não resultarem da vontade e compromisso genuíno de todas elas, o conflito na República Democrática do Congo não terá perspectivas de uma resolução pacífica duradoura, pelo menos a curto prazo.

África Ocidental

O CONFLITO NA SERRA LEOA

Contextualização e antecedentes

A República da Serra Leoa, situada entre a Libéria e a Guiné-Conakri, cobre uma área de 72.325 km² e tem uma população de cerca de 4,6 milhões, distribuída por 18 grupos étnicos. Juntas, as duas maiores comunidades – os Temne (no Norte) e os Mende (no Sul) – perfazem quase 60 por cento da população total. A maioria das comunidades étnicas entraram no território após 1400 (incluindo 60.000 crioulos, descendentes de escravos da Grã-Bretanha, Jamaica e Canadá) e fazem parte de grupos étnicos alargados que estão espalhados pela África Ocidental.

A Grã-Bretanha utilizou pela primeira vez o território como refúgio para escravos libertados em 1787, apesar de os conflitos com os indígenas terem resultado na morte de muitos dos primeiros ocupantes. O território, gerido pela *Sierra Leone Company*, tornou-se

depois uma colónia da coroa britânica, embora as autoridades coloniais não tenham estendido a sua influência política ao interior até à última metade do século XIX e de só em 1896 ter sido constituído formalmente o protectorado. Ao longo do século XIX registaram-se inúmeras revoltas da população indígena contra a governação britânica e contra a população crioula, privilegiada, que habitava em Freetown. Apesar disto, a área costeira era caracterizada por um comércio dinâmico dominado pelos crioulos e o território possuía mesmo a única universidade de «estilo europeu» na África Ocidental – Fourah Bay College (fundada em 1827) – que atraía estudantes anglófonos de toda a região. Durante as décadas que antecederam a independência, grande parte da população isolada do interior foi trazida para a economia monetária moderna graças à descoberta de diamantes no distrito leste de Kono, em 1930, e à abertura de uma mina de ferro no distrito de Port Loko, em 1933.

A transição política entre o poder colonial e a elite local decorreu a um ritmo gradual entre 1951 e a independência, em 1961, período em que foi elaborada uma Constituição (1951) que fornecia o quadro para a descolonização, e em que os serra-leoneses eleitos começaram a tomar a responsabilidade por um número cada vez maior de ministérios. Milton Margai, médico e primeiro líder do Sierra Leone People's Party (SLPP), tornou-se primeiro-ministro logo após a independência, tendo-lhe sucedido o irmão, Albert, após a sua morte três anos mais tarde. O novo primeiro-ministro tentou estabelecer um sistema político de partido único mas acabou por desistir devido à resistência da oposição, o All People's Congress (APC).

As eleições gerais de 1967 marcam um ponto de viragem na história do país, devido aos fortes rumores de manipulação do voto e corrupção. O APC venceu as eleições e o SLPP ficou em segundo, com apenas 4 lugares de diferença. O governador-geral solicitou a Siaka Stevens, líder do APC, que formasse governo, mas o Exército, no primeiro de muitos golpes de Estado que iriam abalar a Serra Leoa, tomou o poder e formou o *National Reformation Council*. Um ano mais tarde, o próprio conselho foi derrubado por um grupo de praças, os quais convidaram Siaka Stevens, no exílio na Guiné, a voltar ao país e formar um novo governo. Em Abril de 1971, a Serra Leoa adoptou uma constituição republicana e Stevens foi nomeado Presidente da República.

Durante este período de instabilidade, cresceram também divisões políticas profundas entre as populações Mende do Sul, apoiante do SLPP, e a população mais pobre do Norte do país, que apoiava o APC. A dimensão regional tornou-se ainda mais saliente pelo facto de o novo primeiro-ministro substituir os oficiais Mende do exército pelos seus «colegas» do

Norte. No seguimento de uma tentativa falhada de golpe de Estado, Stevens estabeleceu a Unidade de Segurança Interna (Internal Security Unit – ISU), uma força para-militar constituída por jovens recrutados, na sua maioria, das áreas mais degradadas de Freetown, estabelecendo um precedente relativamente à utilização da juventude em futuros conflitos de luta pelo poder. As eleições gerais de 1973 e 1977 ficaram marcadas pela violência e pela manipulação do voto. Em 1979, Stevens acabou com a farsa eleitoral e estabeleceu um regime de partido único na Serra Leoa, com os deputados parlamentares do SLPP a aderirem ao APC. Durante a governação de Siaka Stevens a economia da Serra Leoa caracterizou-se por enormes défices orçamentais, taxas de câmbio irrealistas e uma inflação elevada, com repercussões no nível de vida da população de tal forma que a falta de comida, combustível e energia conduziu a violentas revoltas estudantis e laborais.

Em 1985, o Presidente Stevens entregou o poder ao comandante do exército Joseph Momoh, que não trouxe qualquer melhoria em termos económicos. Momoh estabeleceu um governo que provou ser tão corrupto quanto o regime anterior. Os crescentes protestos populares levaram Momoh a anunciar um retorno à política multipartidária em 1991, com eleições previstas para o ano seguinte, que nunca chegaram a realizar-se.

Em Março de 1991, a Frente Revolucionária Unida (Revolutionary United Front – RUF), sob a liderança de Foday Sankoh, entrou na província leste da Serra Leoa a partir de território liberiano. O movimento contava, portanto, com o apoio dos combatentes liberianos da National Patriotic Front of Liberia (NPFL) de Charles Taylor, bem como de mercenários do Burkina Faso. A sua tática inicial copiava o incitamento étnico presente na rebelião de Charles Taylor, com o assassinato de comerciantes Fula e Madingo. O exército regular da Serra Leoa mostrou-se incapaz de neutralizar as acções da RUF, consequência de uma política governamental que limitava grandemente o acesso a armas e equipamento por forma a prevenir potenciais golpes de Estado. A única oposição aos rebeldes, representada pelas forças para-militares do APC, também se provou ineficiente perante a tática de guerrilha da RUF, a qual conseguiu controlar a maior parte do distrito de Kailahun em apenas um mês. O Presidente Momoh tentou responder recrutando pessoas sem abrigo e vagabundos em Freetown para o exército, mas também esta estratégia se revelou ineficaz.

Em Abril de 1992, um grupo de sessenta soldados insatisfeitos da frente leste amotinaram-se e derrubaram Momoh (que fugiu para a Guiné), formando uma Junta Militar (National Provisional Ruling Council – NPRC) liderada por Valentine Strasser.

A RUF ignorou as ofertas de um cessar-fogo e de uma amnistia, feitas pelo novo governo, continuando a sua campanha violenta durante os dois anos que se seguiram e aumentando consideravelmente os seus efectivos devido, em grande parte, ao recrutamento forçado. Os relatórios de atrocidades cometidas contra civis, de actos de banditismo e assassinatos indiscriminados, quer pela RUF, quer pelo exército indisciplinado e mal pago, tornaram-se cada vez mais frequentes à medida que o caos se instalava no país. Levantou-se até a suspeição de que a RUF e o exército poderiam estar a trabalhar juntos para o prolongamento da guerra, por forma a extraírem mais benefícios da pilhagem de aldeias e da extracção ilícita de diamantes e ouro. A violência levou a que metade da população ficasse desalojada, empurrando cerca de 300.000 pessoas a atravessar a fronteira com a Guiné ou com a Libéria.

Apesar de, no final de 1992, se ter formado uma nova força contra os rebeldes – os *Kamajors*, uma milícia constituída, na sua maioria, por membros da etnia Mende –, também esta foi incapaz de obter sucessos militares. De tal forma que, no início de 1995, a RUF tinha já crescido de 3.000 para 13.000 efectivos e preparava-se para tomar Freetown. O regime do NPRC respondeu contratando a empresa sul-africana de mercenários *Executive Outcomes*, em troca de concessões diamantíferas. Esta empresa, com experiência considerável de intervenção em conflitos africanos, conseguiu, no prazo de um mês e com o envio de apenas 200 efectivos para o território, forçar os rebeldes da RUF a retirarem das suas posições nos arredores da capital e nas principais zonas diamantíferas.

Com uma situação militar favorável, o governo da Serra Leoa anunciou a realização de eleições em Fevereiro de 1996. Um mês antes desta data, Valentine Strasser foi derrubado pelo vice-presidente, brigadeiro Julius Maada Bio. A RUF, a braços com sucessivas derrotas impostas pelos mercenários da *Executive Outcomes*, anunciou um cessar-fogo e procurou a realização de conversações de paz que tiveram início em Abidjan, apenas alguns dias antes do acto eleitoral. A afluência às urnas foi baixa, devido ao receio de represálias da RUF contra os votantes, mas o objectivo de boicote total das eleições falhou. Após duas voltas, as primeiras eleições democráticas em trinta anos resultaram na recondução do Sierra Leone People's Party (SLPP) no poder e na eleição de Ahmad Tejan Kabbah, um antigo funcionário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para Presidente da Serra Leoa.

O novo Presidente encetou imediatamente negociações que se prolongaram durante quase nove meses. Apesar do ressurgimento dos ataques da RUF, as tropas rebeldes continuaram a ser incapazes de superar os mercenários da *Executive Outcomes*, pelo que Foday Sankoh

assinou finalmente um acordo de paz com o Governo no final de Novembro de 1996. O acordo de Abidjan conferiu legitimidade ao movimento e absolveu-o pelas suas actividades passadas, em troca do desarmamento e desmobilização dos seus efectivos.

Confiante no enfraquecimento militar da RUF, o Governo do Presidente Kabbah concordou na expulsão da maioria dos mercenários da *Executive Outcomes* (com excepção de um pequeno contingente responsável pela protecção das áreas diamantíferas), confiando apenas na milícia *Kamajor* e no *Economic Community Monitoring Group* (ECOMOG), a força de manutenção da paz liderada pela Nigéria, que tinha sido enviada para a Serra Leoa em 1991 pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Em Maio de 1997, um grupo de soldados ataca o principal estabelecimento prisional do país, libertando os organizadores de uma tentativa de golpe contra o Governo, juntamente com algumas centenas de criminosos. O Presidente Kabbah vê-se obrigado a abandonar o país e o Major Johnny Paul Koroma, libertado durante a ofensiva, torna-se chefe do Armed Forces Revolutionary Council (AFRC). A RUF é convidada a aliar-se ao movimento, o qual anuncia desde logo a proibição de toda a actividade política e a sua intenção de permanecer no poder até 2001. A comunidade internacional reage através da imposição de um embargo económico e militar ao regime e, em Outubro de 1997, a Junta assina o Acordo de Conakri com a CEDEAO, prevendo a restituição do poder ao Presidente Kabbah até Abril de 1998. No entanto, o acordo foi mais uma vez ignorado pelas facções em guerra, prosseguindo os combates entre a AFRC e a RUF, por um lado, e as milícias leais ao presidente deposto, por outro.

Em Fevereiro de 1998, a ECOMOG juntamente com os *Kamajors* (que tinham sido oficialmente reagrupados na Força de Defesa Civil) travaram uma batalha com a AFRC e a RUF pelo controlo de Freetown, a qual resultou na expulsão dos rebeldes da capital, embora com um elevado custo de vidas humanas. O Presidente Kabbah voltou a ocupar o seu cargo e vários líderes do golpe perpetrado pela AFRC foram julgados e executados. O próprio Foday Sankoh foi detido na Nigéria e voltou à Serra Leoa, onde enfrentava uma condenação à morte.

As Nações Unidas decidiram criar a Missão de Observação para a Serra Leoa (UNOMSIL) em 13 de Junho de 1998, com o mandato de monitorar a situação em termos militares e de segurança e o processo de desmobilização e desarmamento de combatentes nas áreas consideradas seguras, incluindo membros das Forças de Defesa Civil. No entanto, a ONU viu-se obrigada a retirar o seu pessoal durante uma ofensiva rebelde em Janeiro de 1999, na

qual cerca de 150.000 pessoas ficaram desalojadas, quase dois terços dos edifícios na parte leste de Freetown foram completamente destruídos e cinco mil pessoas foram mortas, em parte devido à utilização de civis como escudos humanos pela RUF. As forças da ECOMOG conseguiram retomar o controlo sobre a capital, mas os combates prosseguiram. O facto de cerca de 30 soldados nigerianos estarem a morrer diariamente nos combates com a RUF colocaram o Presidente Kabbah sob crescente pressão da ECOMOG no sentido de negociar com as forças rebeldes. O cessar-fogo foi finalmente acordado em 24 de Maio de 1999, após o que se realizaram conversações de paz que conduziram à assinatura de um terceiro acordo de paz, em Lomé, a 7 de Julho de 1999.

Caracterização e Análise

A dimensão interna

No seu início, a RUF parecia ter como único objectivo derrubar o governo da Serra Leoa. O seu líder, Foday Sankoh é um antigo cabo do exército que esteve preso durante sete anos por alegado envolvimento numa tentativa de golpe contra Siaka Stevens, em 1971. Apesar de ter sido treinado na Líbia, tal como Charles Taylor, foi o controlo dos recursos e do poder na Serra Leoa, mais do que o idealismo revolucionário ao estilo líbio, que inspiraram o líder da RUF. O movimento baseou-se no modelo da National Patriotic Front da vizinha Libéria, mas nunca conseguiu ganhar a mesma base de apoio popular. Isto deve-se parcialmente ao facto do regime do Presidente Mamoh não ser tão repressivo como o do líder liberiano Samuel Doe, e também por o movimento nunca ter conseguido tirar proveito do ressentimento étnico. Com efeito, não se verificava, no início da guerra, qualquer predominância de um grupo étnico específico no movimento. Os rebeldes que entraram pela fronteira liberiana englobavam grupos tão diversos como dissidentes estudantis, rebeldes da NPFL liberiana, e mercenários do Burkina Faso. A tensão étnica não constituiu uma causa da rebelião, mas antes um meio pelo qual Sankoh esperava atingir o seu único e claro objectivo de tomar o poder. No entanto, os ataques brutais à população local desarmada nas aldeias ocupadas pela RUF apenas tiveram como resultado uma exclusão da participação e apoio da população ao movimento. Se alguma vez existiu algum objectivo de converter a população local a uma causa, esse propósito rapidamente se transformou numa política de criação de um clima de terror.

A RUF revelou-se uma organização baseada no banditismo, que recorria ao recrutamento de jovens predominantemente desempregados e que tinham crescido no clima de violência e de crime das áreas urbanas ou de produção diamantífera. Muitos deles eram forçados a

juntar-se ao movimento, sendo depois drogados e obrigados e cometer várias atrocidades, incluindo o assassinato de membros da sua própria família. Muitas vezes o processo consistia em verem filmes altamente violentos, cujas cenas eram depois repetidas ao nível real em vagas de violência gratuita. A acção da RUF resultou na morte de 75.000 pessoas ao fim de 8 anos de conflito, para além de vários milhares de civis que foram capturados e sofreram mutilações de mãos, pés, orelhas ou órgãos genitais. Esta prática habitual de mutilações tornou-se na imagem de marca do movimento, suscitando a atenção internacional durante as eleições de 1996, quando os rebeldes cortaram as mãos de várias pessoas que tinham inserido os seus votos nas urnas, por forma a desencorajaram outros a votar.

Apesar de tudo, este movimento rebelde, apoiado por um fluxo de armas permanente e com oito anos de guerra no mato, tornou-se numa força experiente capaz de coordenar operações de ofensiva rápida com bastante eficácia, como provam as vitórias militares em Maio de 2000, mesmo na presença das tropas das Nações Unidas.

Os objectivos concretos das acções da RUF, que contribuem para a continuação do conflito armado, estão ligados não só à tomada do poder, mas também e principalmente ao controlo do comércio de diamantes. Neste sentido, torna-se necessário referir que o controlo de algumas áreas diamantíferas fornecia aos rebeldes mais de 150 milhões de dólares de receitas anuais, permitindo o seu rearmamento com equipamento militar moderno proveniente do leste europeu (via Ouagadougou, Burkina Faso e Libéria), por forma a poder continuar o conflito durante anos.

Apesar desta constatação, só recentemente começaram a ser tomadas algumas medidas no sentido de tentar controlar ou regulamentar o comércio ilegal de diamantes da Serra Leoa. No início de Julho de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu impor um embargo de 18 meses às exportações de diamantes da Serra Leoa, reconhecendo o papel que este recurso tem tido na perpetuação do conflito⁶⁷.

A dimensão regional e internacional

O conflito na Serra Leoa não pode ser analisado sem referência ao contexto regional, na medida em que está directamente ligado à segurança dos Estados vizinhos – Guiné, Libéria, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gana, Senegal e Nigéria.

⁶⁷ Para uma análise mais detalhada do papel dos diamantes neste conflito, ver PEREZ, Andrés, “Sierra Leone’s diamond wars”, *.Le Monde Diplomatique*, Junho de 2000

Para além do perigo de transposição das fronteiras, é necessário não esquecer as solidariedades regionais subjacentes ao próprio conflito, já que a incursão da RUF na Serra Leoa, em 1991, foi originalmente apoiada pelos rebeldes liberianos, que haviam lançado um ataque ao governo de Samuel Doe dois anos antes, bem como pelos mercenários do Burkina Faso. A recusa do Presidente Momoh em apoiar a rebelião de Charles Taylor na Libéria e o facto de ter autorizado a ECOMOG a usar Freetown como base para impedir a NPFL de obter uma vitória militar, justificam o apoio de Taylor à RUF. Este apoio traduziu-se no envio de combatentes experientes para as operações militares, no fornecimento de apoio logístico e na participação no tráfico de armamento para a RUF. É também de salientar que as relações políticas, familiares e pessoais explicam em grande parte a cooperação militar entre os regimes destes países e os movimentos rebeldes. Foram principalmente factores desta ordem que estiveram na base do apoio dos governos do Burkina Faso e da Costa do Marfim à rebelião de Taylor na Libéria e que encorajaram a Nigéria e o Gana a questionar os objectivos dos países francófonos da África Ocidental no conflito da Serra Leoa.

Por tudo isto, conclui-se que uma paz sustentável na Serra Leoa nunca será conseguida sem o envolvimento dos países da região, quer daqueles que apoiam os rebeldes (Libéria, Burkina Faso), quer dos apoiantes do Presidente Kabbah (Nigéria, Guiné e Gana).

A questão da divisão e desconfiança entre países francófonos e anglófonos está bem presente e constitui um obstáculo sério à imparcialidade e transparência que o processo exige. Apesar de esta ser actualmente uma preocupação clara da CEDEAO, a ECOMOG continua a ser uma força predominantemente anglófona, levantando suspeitas dos países francófonos relativamente à utilização da missão pela Nigéria para prosseguir interesses próprios (uma vez que é este país que tem sustentado a maior parte dos custos da missão na Serra Leoa desde 1991). A existência de problemas na integração dos vários contingentes na ECOMOG (com tropas também do Gana, Guiné e Mali), a predominância ou quase exclusividade da Nigéria na estrutura de comando e o mandato praticamente ilimitado conferido pela CEDEAO, fazem aumentar as críticas e contribuíram para que uma missão de resposta neutral se tornasse numa força de combate contra os rebeldes, em favor do governo. A isto juntam-se algumas suspeitas de execuções de rebeldes, com a conivência de civis, durante os combates de Fevereiro de 1999 pelo controlo de Freetown, embora um relatório da ONU tenha atribuído a principal responsabilidade pela maioria das atrocidades e violações dos direitos humanos aos rebeldes da RUF e reafirmado o apoio à ECOMOG.

É no início de Maio de 2000 que se verifica a retirada dos últimos contingentes da ECOMOG, substituídos por cerca de 8700 efectivos da ONU. actuando no quadro da UNAMSIL, ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou seja, com a possibilidade do uso da força apenas em defesa de posições estratégicas e em casos de ameaça óbvia à vida de civis. No entanto, a vulnerabilidade destas tropas era evidente para o movimento rebelde, que aproveitou o seu mandato limitado, o facto de estarem mal treinadas, insuficientemente armadas e pouco coesas, para tomar de assalto diversas posições no terreno e capturar várias centenas de capacetes azuis.

Estes acontecimentos trouxeram novamente a debate as questões da eficácia e utilidade das intervenções internacionais, tal como são actualmente concebidas. A obrigação moral de intervir em nome da democracia e dos direitos humanos contrasta com as condições limitadas da intervenção: como manter uma paz que não existe e, especialmente, como fazê-lo sem combater no terreno, sem capacidade efectiva de agir para proteger a população e prender os culpados? Uma força de *peace-keeping* seria eventualmente adequada numa situação em que exista um acordo de paz credível e o cessar-fogo seja respeitado, mas não em casos de conflitos prolongados e reincidentes, cujas causas não foram eliminadas e onde se exige uma acção de *peace-enforcement*, com capacidade financeira e logística para permanecer no terreno o tempo que for necessário.

Esforços de paz

O acordo de paz assinado a 7 de Julho de 1999 entre o Presidente Ahmad Tejan Kabbah e os rebeldes da RUF e os seus aliados da junta militar (no poder entre Março de 1997 e Março de 1998) previa que os rebeldes depusessem as armas em troca da participação num governo de unidade nacional e de uma amnistia geral. O Artigo 9 do Acordo de Lomé, que prevê o perdão dos rebeldes por todos os actos cometidos durante a prossecução dos seus objectivos, foi bastante criticado pelas Nações Unidas e por várias organizações humanitárias (como a Human Rights Watch). Francis Okello, o representante especial da ONU, incluiu no acordo uma cláusula que exclui desta amnistia os responsáveis por graves violações dos direitos humanos.

O acordo preconizou também a criação de uma «Comissão para a Verdade e Reconciliação» (semelhante à da África do Sul) e a atribuição de quatro cargos governamentais – Energia e Minas, Comércio e Turismo, Cultura e Terra e Habitação e Planeamento do Território – aos rebeldes da RUF, embora estes esperassem a atribuição de pastas ministeriais mais importantes, como os Negócios Estrangeiros, as Finanças ou a

Justiça. A Foday Sankoh foi atribuída a liderança da comissão para a supervisão da exploração dos recursos minerais (incluindo ouro e diamantes), enquanto Koroma foi nomeado chefe de uma comissão governamental de paz, responsável pela aplicação do acordo de paz. Os rebeldes tomaram posse na coligação governamental em Outubro de 1999. A RUF foi convidada a registar-se como partido político na Comissão Eleitoral Nacional, prevendo-se simultaneamente uma reestruturação completa das forças armadas do país.

Em Outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu, através da Resolução 1270, enviar uma força de manutenção da paz com 6000 efectivos, com a tarefa de supervisionar o desarmamento, desmobilização e reintegração das facções beligerantes. Esta tornou-se na maior missão de paz das Nações Unidas em África desde a UNAVEM III em Angola. A ECOMOG continuou, numa fase inicial, a ser responsável pela segurança do governo, da capital e do aeroporto.

O comandante da RUF, Sam «Mosquito» Bockarie, mostrou-se relutante ao envio dos seus soldados aos centros de desarmamento, pelo que o número de rebeldes desarmados continuava a ser baixo, apesar dos apelos constantes feitos pelos líderes do movimento via rádio. Também o ritmo de desarmamento da milícia pró-governamental – as Forças de Defesa Civil – era bastante lento. Desde a assinatura deste acordo de paz, registaram-se inúmeras violações do cessar-fogo, que no final de 1999 se verificaram essencialmente entre as forças de Foday Sankoh e as de Johnny Paul Koroma.

Os ataques renovados da RUF à capital em Maio de 2000 e a captura de um número considerável de tropas das Nações Unidas (cerca de 500 soldados) veio comprovar a fragilidade do processo de paz.

Estes acontecimentos suscitaram desde logo o envio, por parte do Governo britânico, de 800 pára-quedista que tomam posição nas entradas de Freetown e no aeroporto para evacuar estrangeiros, impedir o avanço dos rebeldes e assegurar a permanência de um governo eleito e internacionalmente reconhecido. Após várias semanas em que a situação parecia agravar-se de dia para dia, o líder da RUF acabou por ser capturado e os capacetes azuis libertados, após a mediação de Charles Taylor. O Conselho de Segurança aprovou então o reforço do mandato e o aumento do número de efectivos da UNAMSIL para cerca de 13000, tornando-a na maior das forças da ONU em todo o globo. Também a CEDEAO aprovou o envio de 3000 tropas adicionais, mas o requerido apoio financeiro e logístico da comunidade internacional nunca se chegou a verificar.

A força das Nações Unidas tem-se debatido, contudo, com alguns problemas importantes, que contribuem para afectar a sua credibilidade. Um deles é, sem dúvida, de carácter logístico, já que a retirada do contingente indiano, que comandava a missão, deixou um vazio difícil de preencher e revelou a relutância de muitos países em enviarem tropas para conflitos violentos em África. A Grã-Bretanha, que já se tinha comprometido a permanecer no terreno para ajudar a treinar o exército da Serra Leoa, foi o único país que se mostrou disposto a responder ao apelo da ONU. Para além disto, também a coesão interna da UNAMSIL se tem revelado problemática. Muito recentemente o comandante da força internacional acusou as tropas nigerianas, principal contingente da missão, de colaborar com os rebeldes com o intuito de explorar o tráfico ilegal de diamantes.

Conclusões

A gravidade das violações de direitos humanos, mutilações, violações e assassinatos, levados a cabo pela RUF minaram qualquer legitimidade deste movimento como plataforma política.

Se, em Moçambique, a concessão de uma amnistia geral convenceu a liderança da Renamo a negociar um acordo pacífico e a integrar um novo processo democrático, o esquecimento das violações de direitos humanos cometidas durante a guerra em nome de uma reconciliação nacional pode nem sempre resultar. Com efeito, a cultura de impunidade entretanto instalada na Serra Leoa acabou por constituir um factor negativo para a resolução durável do conflito, na medida em que a cláusula do acordo de paz que estabelece uma amnistia para os rebeldes foi na prática interpretada como um elemento encorajador do prosseguimento dos objectivos por via militar.

Após os recentes acontecimentos, parece também improvável que um acordo de partilha de poder, incluindo rebeldes que provaram estar preparados para explorar os recursos do país em benefício pessoal e sem qualquer respeito pelos direitos básicos da população, seja capaz de inspirar por si só a coesão social e nacional necessária para a reconstrução do país. Por outro lado, excluir a RUF do processo de paz implicaria a forte possibilidade de ressurgimento do conflito violento, pelo que é essencial definir qual o papel que o movimento rebelde terá no futuro da Serra Leoa.

O CONFLITO NA LIBÉRIA

Contextualização e antecedentes

A formação da República da Libéria remonta a 1822, quando a *American Colonisation Society* decidiu criar este Estado com o objectivo de reenviar para África escravos americanos de descendência africana entretanto libertados e, também, africanos ilegalmente transportados para a América e interceptados. Os primeiros grupos, cerca de 50000, ficaram conhecidos como *Americo-Liberians* (apesar de muitos deles nunca terem estado em território americano) e proclamaram a independência da República em 1847. Assim, ao contrário dos outros territórios da região, a Libéria não experimentou uma colonização europeia, mas sim a emergência de uma elite a partir destes colonos, a qual, tal como os colonizadores ingleses, franceses e portugueses, manteve durante o século XIX um contacto muito limitado com os povos indígenas, que habitavam principalmente no interior.

Já no início do século XX registaram duas grandes revoltas contra o governo americo-liberiano. A primeira foi levada a cabo em 1915 pelos Kru da zona costeira de Sinoe County, no Sudeste do território, e teve origem no desvio de embarcações de comércio para Monróvia, sendo neutralizada com o auxílio dos Estados Unidos. Em 1918, verificou-se nova revolta, desta vez dos *Gola* no Noroeste de Monróvia, contra os impostos demasiado elevados. No entanto, foi só com a chegada das companhias de borracha, nos anos 20, seguidas por empresas mineiras, que uma parte significativa da população liberiana foi integrada na economia monetária, o que conduziu também a uma maior informação e consciencialização da falta de poder político e económico que a oligarquia americo-liberiana reservava às comunidades indígenas na moderna entidade estatal.

Durante a presidência de William Tolbert nos anos 70, o declínio económico contribuiu para o aumento do ressentimento contra um regime que representava apenas 2,5 por cento da população. A procura de ferro e borracha diminuiu, as despesas públicas aumentaram para valores incontrolláveis e a economia entrou em clara recessão, aumentando a pressão social. Um aumento de 50 por cento no preço do arroz, resultante da incapacidade governamental de subsidiar este produto a partir das receitas de exportação cada vez mais diminutas, conduziu à chamada «Revolta do Arroz», em Abril de 1979.

Um ano mais tarde, Samuel Kanyon Doe, de 28 anos, analfabeto e membro do grupo étnico Krahn, resolveu terminar com 158 anos de controlo americo-liberiano do país e tomou o poder através de um golpe de Estado sangrento, no qual foram executados William Tolbert e quinze políticos proeminentes.

A mudança de regime representou pouco mais do que a transferência do monopólio do poder e dos privilégios de uma elite para outra – o controlo do sistema político pelo grupo

americo-liberiano foi substituído pelo domínio do grupo étnico do Presidente, Krahn, em aliança com membros da comunidade Mandingo. Na prática, os Krahns, tradicionalmente uma das comunidades mais pobres e com menor grau de instrução na Libéria, viam agora a oportunidade de tirar partido da nova rede clientelista instalada no país pelo novo líder, por forma a obterem altos cargos institucionais, empregos nos serviços públicos, no exército e nas forças de segurança. Por outro lado, a comunidade Mandingo, tradicionalmente envolvida no comércio da África Ocidental e formalmente favorecida pelos governantes americo-liberianos, manteve a sua influência no novo regime, sendo recompensada, em troca do seu apoio, com contratos governamentais. Os membros dos restantes grupos étnicos continuaram a ter um acesso muito limitado ao sistema estatal.

O Presidente Doe apostou numa política de construção de relações estreitas com o governo republicano dos Estados Unidos. Num contexto de guerra fria, a administração Reagan estava disposta a apoiar financeiramente Doe para evitar a sua passagem para a esfera de influência soviética. No entanto, toda a assistência técnica e financeira transferida para a Libéria teve um impacto reduzido nas condições de vida da maioria da população, principalmente devido à existência de uma forte rede de corrupção e de uma gestão inadequada. O facto contribuiu para o aumento do descontentamento face à governação de Doe, que se tornou progressivamente mais repressiva e intolerante relativamente a qualquer tipo de oposição ao regime.

Um mês após as eleições de 1985 (cujos resultados foram claramente manipulados), Thomas Quiwonkpa, antigo aliado de Doe, levou a cabo uma tentativa de derrube do regime que, apesar de ter sido neutralizada pelo Presidente, representou o fim da coexistência étnica, até aí relativamente pacífica, na Libéria. A tentativa de golpe foi seguida pelo massacre de cerca de 4000 membros dos grupos Gio e Mano da província Nimba, que constituíam a base étnica de Quiwonkpa, perpetrado por membros da comunidade Krahn. Alguns dos elementos Gio e Mano pertencentes ao exército liberiano que conseguiram escapar aos massacres voltariam à Libéria quatro anos depois, integrados no movimento rebelde de Charles Taylor.

Caracterização e análise

O colapso económico e o descontentamento alargado em relação ao regime clientelista e de base étnica estabelecido por Doe, conduziram à formação da National Patriotic Front of Liberia (NPFL), uma coligação alargada de liberianos sob a liderança de Charles Taylor, que pretendiam derrubar o Presidente.

Curiosamente, Charles Taylor tinha exercido as funções de director da General Service Agency no regime de Doe, devido aos laços familiares com Thomas Quiwonkpa, na altura ainda um aliado do Presidente. Taylor teve que refugiar-se no Estados Unidos em 1983, após ser acusado de desvio de fundos (cerca de 1 milhão de dólares), acabando por estar preso durante 15 meses antes de regressar novamente a território liberiano. Este regresso envolveu contactos ao nível governamental com o Burkina Faso, a Costa do Marfim e a Líbia, países favoráveis à mudança de regime na Libéria.

O Gana, na altura sob a liderança do radical Jerry Rawlings, alojou Taylor durante a fase inicial de recrutamento e planeamento da rebelião, embora este apoio se tenha depois tornado embaraçoso para Rawlings, devido ao crescente isolamento internacional do país. O Presidente do Burkina Faso, Thomas Sankara, continuou o seu apoio à NPFL através do fornecimento de recursos financeiros, treino, transferências de armas e até tropas, enquanto o apoio da Líbia tinha subjacente a extensão da influência na África Ocidental. O regime, mais conservador, da Costa do Marfim também facilitou o transporte de armamento e o acantonamento de tropas antes da invasão, embora por motivos menos ambiciosos, relacionados com solidariedades familiares (a filha do Presidente Houphouët-Boigny tinha sido casada com o filho do Presidente William Tolbert, o qual tinha sido assassinado pelo novo regime liberiano).

As forças da NPFL, constituídas por menos de 250 efectivos armados, procederam à invasão do território Nimba (no Nordeste) a partir da Costa do Marfim, em Dezembro de 1989. As forças governamentais enviadas para a região, predominantemente constituídas por membros da etnia Krahn, interpretaram a rebelião como mais uma tentativa da população daquela região de derrubar o regime, no seguimento do golpe de Estado falhado em 1985. Esta interpretação acabou por favorecer Charles Taylor, que transformou, com sucesso, a sua revolta num conflito étnico de larga escala, através de uma aliança com as comunidades Gio e Mano contra os Krahn e Mandingo (e isto apesar do movimento ser etnicamente diverso e ele próprio um descendente misto de americano-liberianos e Gola).

As violentas represálias contra civis na região Nimba, levadas a cabo pelas tropas governamentais no seguimento da invasão, levaram a que quase um terço da população se visse obrigada a fugir para a Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim, contribuindo para aumentar significativamente o apoio à NPFL. Em Junho de 1990, o movimento contava com mais de 10000 combatentes (muitos dos quais crianças) e tinha já ocupado as principais cidades. No entanto, sem nenhum factor unificador senão o objectivo de derrubar o regime em Monróvia, as cisões no seio do movimento sucederam-se, a primeira

das quais viu sair Yormie Johnson, um dos principais comandantes militares, para formar a Independent National Patriotic Front of Liberia (INPFL).

Temendo o impacto que a rebelião poderia vir a ter na África Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) decidiu criar uma força de paz para a Libéria, a ECOMOG, que chegou ao país em Setembro de 1990. Apesar do Dr. Amos Sawyer, líder do Liberian People's Party (LPP) ter sido eleito chefe de um Governo Interino de Unidade Nacional, a NPFL, confiante na vitória militar, recusou-se a participar. Em Setembro de 1990, Doe foi capturado durante uma reunião na sede da ECOMOG e torturado até à morte pelo movimento INPFL de Johnson. Em Outubro de 1992, a ECOMOG tinha já passado de missão de *peace-keeping* para *peace-enforcement* no sentido de impedir a NPFL de chegar a Monróvia durante a operação *Octopus* de Taylor, de tal forma que se registaram fortes bombardeamentos nas zonas controladas pelo movimento rebelde. A ECOMOG ajudou também a rearmar o antigo exército de Doe, as forças armadas da Libéria (Armed Forces of Liberia – AFL) e apoiou a nova milícia ULIMO na defesa da cidade contra os ataques rebeldes. A ULIMO tinha sido formada por antigos combatentes das AFL e outros apoiantes do regime de Doe, combatendo lado a lado com as forças governamentais da Serra Leoa contra a insurreição da Revolutionary United Front (RUF) de Foday Sankoh, aliado de Charles Taylor.

Em 1994, as partes beligerantes encontravam-se fracturadas em grupos cada vez mais pequenos, principalmente devido a querelas pessoais entre os líderes rebeldes. Os senhores da guerra rivais construíam a sua base política através do alinhamento com um determinado grupo, o que acabou por conduzir a uma escalada dos combates até à violência e ao banditismo extremos, aumentando o número de comunidades envolvidas no conflito à medida que mais facções se separavam dos grupos originais. A ULIMO dividiu-se em dois movimentos, um com Alhaji Kromah liderando os Mandingo, e outro com Roosevelt Johnson chefiando os Krahn. O General George Boley, Krahn, criou o Liberian Peace Council (LPC) para lutar contra a NPFL. Outras milícias emergiram, como a Lofa Defense Force, a Bomi Defense Force, o Nimba Redemption Council, ou a Citizens' Defense Force. Enquanto os senhores da guerra tiravam partido do estado vigente de anarquia, existiam já tantas facções envolvidas no conflito, que este deixou de poder ser definido como étnico ou político. A principal motivação da guerra passou a ser pouco mais do que o controlo das indústrias de diamantes e madeira, altamente lucrativas. O recrutamento de jovens, aliciados por estes factores, ficou bastante facilitado.

A décima terceira tentativa de chegar à paz desde o início do conflito traduziu-se no acordo de paz de Abuja, assinado em Agosto de 1995, o qual estabeleceu a criação de um Conselho de Estado com seis membros, liderado por Wilton Sankawulo e Charles Taylor (vice-presidente), mas não logrou pôr fim imediato aos combates.

A violência emergiu entre a ECOMOG e elementos da ULIMO-J (leais a Roosevelt Johnson), com base em divergências sobre o desarmamento e o controlo de minas de diamantes. Também em Abril de 1996, a tentativa de deter Johnson pelo alegado assassinato de um membro da ULIMO-J conduziu ao agravamento da violência, com este a manter cerca de 600 reféns no Centro de Treinos de Barclay.

Na altura em que as milícias começaram a retirar de Monróvia, em Maio de 1996, as estimativas de oito anos de conflito apontavam para 15 a 30 mil mortos e mais de 800 mil deslocados.

Esforços de paz

Na ausência de qualquer iniciativa de paz da comunidade internacional, a CEDEAO estabeleceu, em Maio de 1990, um *Standing Mediation Committee* com o objectivo de examinar possíveis formas de terminar o conflito. O Comité não conseguiu assegurar um cessar-fogo, mas enviou uma missão de manutenção da paz, através da ECOMOG, cujo primeiro contingente chegou ao terreno em Agosto de 1990. A ECOMOG convocou uma conferência nacional para eleger um governo interino de Unidade Nacional de base civil, mas a NPFL recusou-se a participar na conferência e Taylor formou a sua própria Assembleia, em Gbarnga. Foram estabelecidos uma série de acordos com o patrocínio da CEDEAO, sempre dificultados por divisões entre os Estados francófonos e anglófonos, membros da organização. A evidente falta de neutralidade da ECOMOG, devido ao predomínio nigeriano e o seu claro apoio à AFL, constituiu também um obstáculo importante à obtenção de um acordo duradouro, sendo constantemente criticada por Charles Taylor.

O Acordo de Cotonou assinado entre o governo interino (IGNU), a NPFL e a ULIMO em Julho de 1993 constituiu a primeira tentativa de paz que equacionou cuidadosamente todas as questões fundamentais, nomeadamente no que concerne à estrutura do governo de transição, às eleições, ao repatriamento dos refugiados e à possibilidade de uma amnistia geral. No entanto, o acordo, que deveria ser supervisionado pela ECOMOG com o apoio da recentemente formada Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria

(MONUL/UNOMIL), acabou por não se concretizar devido ao surgimento de novas facções na guerra civil.

Após doze tentativas falhadas de chegar a um acordo, foi finalmente assinado o já referido Acordo de Abuja, no qual as partes beligerantes aceitaram serem integradas num governo de transição. O acordo estabelecia também um cessar-fogo imediato, o desarmamento num prazo de seis semanas e a criação de um conselho de Estado encarregue de governar o país até à realização de eleições, previstas para daí a um ano. Mais de 20000 combatentes entregaram as suas armas às forças da ECOMOG, apesar da continuação das hostilidades.

Os resultados das eleições legislativas e presidenciais, em 19 de Julho de 1997, deram uma vitória indiscutível a Charles Taylor, principalmente devido ao medo da população liberiana de que o conflito continuasse, caso a NPFL perdesse. Taylor levou a cabo uma campanha atractiva, baseada no controlo da única estação de rádio nacional efectiva e na distribuição de bens financiados pela exploração ilícita dos recursos do país. A sua vitória foi também facilitada pelo colapso da aliança de sete partidos que deveria opor-se à candidatura de Taylor, deixando apenas Ellen Johnson-Sirleaf como principal adversário. Esta última candidatura teria, eventualmente, mais facilidade em atrair a ajuda externa para a reconstrução e desenvolvimento do país, na medida em que Johnson-Sirleaf exercera funções nas Nações Unidas e no Banco Mundial. Apesar disto, Charles Taylor conquistou 75,3 por cento dos votos, enquanto Ellen Johnson-Sirleaf recebeu apenas 9,6 e Alhaja Kromah (líder do All Liberia Coalition Party), 4 por cento. Nas eleições para o Senado e para a Câmara dos Representantes, Taylor venceu também com uma maioria esmagadora. Os 500 observadores internacionais consideraram as eleições transparentes e sem irregularidades significativas.

Conclusão

O novo Presidente herdou uma situação económica desastrosa, com uma dívida externa de aproximadamente 3000 milhões de dólares e com as infraestruturas económicas praticamente destruídas. A maior parte dos recursos naturais tinham sido delapidados: os principais depósitos de ferro encontravam-se esgotados, as plantações de borracha afectadas pela exploração ilícita, e o abate indiscriminado de árvores estava a destruir progressivamente os recursos florestais. A existência de um número significativo de deslocados, pertencentes à população rural, num país com um clima favorável à agricultura, significa que as culturas de exportação, como o café e o cacau, e até os tradicionais produtos de subsistência deixaram de ser produzidos.

Apesar da sua formação económica, obtida nos Estados Unidos, que lhe daria teoricamente mais conhecimentos para governar o país, as dúvidas quanto às intenções de Taylor de investir realmente no desenvolvimento do país não se dissiparam. A sua governação tem-se limitado à exploração de diamantes, produtos madeireiros, ferro e borracha, para benefício pessoal. A isto junta-se a conhecida ligação à RUF na Serra Leoa e o envolvimento directo na exportação de diamantes a partir das áreas controladas por esse movimento de guerrilha, o que pode vir a originar sanções por parte das Nações Unidas.

Os resultados das eleições reflectiram um forte desejo por uma paz efectiva, mais do que pelo desenvolvimento económico. No entanto, apesar de a situação não ter voltado a degenerar em conflito generalizado, o Presidente não conseguiu erradicar a violência intercomunal que anteriormente tinha desempenhado um papel importante na escalada do conflito. Por outro lado, a guerra parece ter deixado um legado de tensão étnica, que continuou a desestabilizar o interior do território. Por exemplo, em Março de 1999 várias pessoas foram mortas e edifícios incendiados na cidade de Zowudomai, num dos muitos embates entre membros das comunidades étnicas Lorma e Mandingo. No mês seguinte, registou-se um ataque à cidade de Voinjama por um grupo de homens armados, durante o qual vários civis, maioritariamente do grupo étnico Mandingo, foram mortos, alegadamente pelas forças de segurança liberianas. Cerca de 9 mil membros da etnia mandingo viram-se obrigados a fugir da Libéria, procurando refúgio na Guiné e noutros países vizinhos.

As autoridades liberianas acusaram Alhaji Kromah, candidato presidencial pelo All Liberia Coalition Party e antigo líder rebelde do ULIMO-K, por alguns dos ataques. Kromah tinha sido já considerado culpado de traição, enquanto responsável por uma alegada tentativa de golpe de Estado em Novembro de 1998. Charles Taylor acusou também a Guiné-Conakry de tentar deliberadamente desestabilizar a Libéria, ameaçando as frágeis relações regionais, nomeadamente pela existência de campos de treino para dissidentes do regime liberiano em solo guineense, e também por permitir que o seu território fosse usado como base para ataques à cidade de Kolahun e outras da região Lofa, na Libéria.

Em face da continuação das tensões étnicas e regionais, é provável que uma população que votou principalmente na paz se revele disposta a votar de novo em Taylor, nas próximas eleições presidenciais.

O CONFLITO NA GUINÉ-BISSAU

Contextualização e antecedentes

O Estado da Guiné-Bissau ocupa 36.125 km² e situa-se entre o Senegal e a Guiné-Conakri. Portugal, a antiga potência colonial, tomou contacto com o território em meados do século XV, tendo sido estabelecidos uma série de postos comerciais ao longo dos principais rios. Os escravos tornaram-se, nos quatro séculos que se seguiram, a principal mercadoria, sendo as comunidades muçulmanas *Mandinga* e *Fula* as principais responsáveis pela actividade comercial. O facto contribuiu grandemente para a expansão do Islão no território. Os escravos eram transportados desde o interior até aos postos comerciais, onde eram entregues a comerciantes portugueses, brasileiros ou afro-portugueses, sendo depois exportados para o continente americano via Cabo Verde. Com o declínio do comércio de escravos, registou-se uma expansão considerável das exportações agrícolas durante as últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX. Esta nova actividade de exportação, particularmente a cultura do caju, resultou no rápido crescimento de uma economia monetária, com Bissau a tornar-se o maior centro comercial da colónia.

Em 1879, os portugueses separaram a colónia das ilhas de Cabo Verde, mas os dois territórios mantiveram laços estreitos, fortalecidos pela migração de um número significativo de cabo-verdianos mestiços para a Guiné, para ocuparem postos na administração colonial. Registaram-se revoltas regulares das comunidades locais, principalmente dos grupos Palanta e Papel da região de Bissau, contra a governação portuguesa e os impostos coloniais (1891, 1894, 1908). O controlo do arquipélago dos Bijagós apenas foi assegurado em 1938. No interior, as autoridades coloniais praticavam uma forma de governação indirecta, permitindo que os chefes muçulmanos *Fula* mantivessem o controlo nas áreas tradicionalmente sob a sua autoridade.

Em 1952, a colónia da Guiné Portuguesa tornou-se oficialmente, através de uma emenda constitucional, uma província ultramarina de Portugal, embora o facto tenha tido poucos resultados na contenção da crescente oposição ao regime colonial. Neste contexto, foi fundado em 1956, por Amílcar Cabral e Raphael Barbosa, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), o qual encetou, a partir de 1961, acções de guerrilha contra o poder colonial. Ao contrário dos movimentos de libertação em Moçambique ou Angola, o PAIGC, bem organizado e relativamente unido, conseguiu importantes sucessos militares contra as tropas portuguesas, controlando grande parte do território por volta de 1968. O movimento contava com um forte apoio da população local,

apesar dos chefes *Fula* serem no geral contra a rebelião armada, em grande medida devido à posição favorável que ocupavam no contexto da administração colonial.

Foi na Guiné-Bissau que o General António de Spínola, governador e comandante militar de 1968 a 1973, admitiu que as tropas portuguesas estavam a travar uma guerra que não poderiam ganhar. No seu regresso a Lisboa, o General desempenhou um papel importante na formação do movimento que levou à Revolução de 25 de Abril e à independência das cinco colónias africanas. Em 24 de Setembro de 1973, o PAIGC tinha já declarado unilateralmente a independência, a qual foi reconhecida por Portugal cerca de um ano mais tarde, a 10 de Setembro de 1974. Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral (que veio a ser assassinado pela polícia secreta portuguesa em 1973), tornou-se no primeiro Presidente da Guiné-Bissau.

Uma vez no poder, o PAIGC estabeleceu um regime repressivo no qual toda a oposição era proibida. Em 1980, o primeiro-ministro João Bernardo «Nino» Vieira, um dos principais líderes da guerrilha durante a luta de libertação, derrubou o governo de Luís Cabral. O golpe representou o fim das aspirações do PAIGC de manter a unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. De Novembro de 1980 a Maio de 1984, Vieira conduziu um governo interino responsável pelo Conselho Revolucionário, o qual veio a ser substituído por uma Assembleia Popular Nacional de partido único em 1984. Os membros da Assembleia renovaram o mandato do Presidente Vieira e elegeram o Conselho de Estado, o novo órgão executivo. Todo o poder ficou, então, concentrado nas mãos de Nino Vieira – simultaneamente chefe de Estado, chefe de Governo, líder do PAIGC e comandante das forças armadas.

Durante a sua governação, a Guiné-Bissau permaneceu, em termos económicos, um dos países menos desenvolvidos do mundo, com uma enorme dívida externa, vivendo uma instabilidade política permanente provocada quer pelas lutas internas ao partido único, quer pelas numerosas tentativas de golpe de Estado. Por exemplo, em Março de 1984, o primeiro-ministro Victor Saúde Maria foi detido após ser acusado de planejar um golpe contra o Presidente. Também em Agosto de 1985, outra alegada tentativa de golpe de Estado resultou no despedimento ou detenção de cerca de 100 soldados e na execução de seis figuras proeminentes, incluindo o vice-presidente Paulo Correia.

Sob pressão da comunidade internacional, o Presidente anunciou em 1991 a implementação da democracia multipartidária no país, o que resultou na formação de doze partidos políticos legais em dois anos. Foi igualmente decidida a separação entre o PAIGC

e as forças armadas, bem como a introdução de liberdades fundamentais na Constituição, incluindo o direito de participar em partidos políticos, sindicatos, liberdade de imprensa e o direito a um julgamento justo. O Governo encetou também grandes reformas económicas, embora sem repercussões significativas na melhoria do nível de vida da população. Em Março de 1993, uma rebelião, causada em grande medida pelo descontentamento crescente de soldados mal pagos, resultou na prisão de João da Costa, um potencial candidato presidencial (que foi mais tarde absolvido), bem como de dezenas de soldados.

As primeiras eleições realizaram-se em 1994 sem grandes incidentes, resultando na recondução do Presidente Vieira na segunda volta das eleições presidenciais, com 52 por cento dos votos contra 48 do seu opositor, Kumba Ialá, antigo membro do PAIGC. A coligação que apoiava Kumba Yalá apressou-se a contestar os resultados eleitorais, apesar dos observadores internacionais relatarem poucas irregularidades. Nas eleições legislativas, o PAIGC conseguiu 62 dos 100 lugares da Assembleia Nacional.

Caracterização e Análise

A componente regional

A crise que emergiu na Guiné-Bissau em 1998 não pode ser dissociada da questão de Casamansa, no vizinho Senegal, que veio a constituir o pretexto para a deflagração do conflito armado.

A população desta região, separada do restante território senegalense pela Gâmbia, possui laços culturais estreitos com as comunidades étnicas no Norte da Guiné-Bissau. A principal etnia, os Diola, chegou ao território proveniente da unidade política pré-colonial do Mali no início do século XV, aproximadamente 50 anos antes da chegada dos portugueses e do estabelecimento do primeiro posto comercial na região, em 1645. Por volta de 1838, os comerciantes franceses começaram também a estabelecer-se em Casamansa, região que passou a ser controlada pela França em 1886, em troca de terras no Sul da colónia e de um suposto aval dos franceses às pretensões portuguesas na África Central. A comunidade Diola revoltou-se contra o regime colonial desde 1857, e continuou os seus ataques à dominação francesa até ao início do século XX.

O Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MDFC) tem lutado pela independência da região desde 1982, altura em que rebentou uma rebelião provocada pelos direitos de exploração de petróleo, apesar da escassez das reservas provavelmente existentes. O Governo senegalês acusou o exército guineense de fornecer armas ao grupo separatista, bem como de conivência com a presença de rebeldes entre os refugiados

casamansenses no norte da Guiné-Bissau, registando-se, partir de 1990, uma deterioração considerável das relações entre os dois Estados. As tropas senegalesas realizaram várias operações militares dentro de território guineense, incluindo ataques aéreos contra os rebeldes do MFDC. A guerra civil na Guiné-Bissau veio internacionalizar a questão do separatismo de Casamansa, com o Senegal a tirar partido do seu envolvimento militar no país vizinho para tentar eliminar as bases do movimento rebelde.

As operações militares decorreram simultaneamente com uma ofensiva diplomática do Presidente senegalês Abdou Diouf junto dos líderes do movimento casamansense. Em Janeiro de 1999, Diouf e o secretário-geral do MFDC, Augustin Diamacoune Senghor, encontraram-se pela primeira vez. Apesar de este ter anunciado, após a reunião, estar disposto a negociar com o governo de Dakar, muitos dos rebeldes continuavam a opor-se a negociações, escapando ao controlo do líder, em prisão domiciliária desde 1995. O conflito intensificou-se, agravado pelo facto de o Governo senegalês se recusar a discutir uma possível independência do território e continuar a optar pela regionalização como solução para o problema.

Para além do Senegal, regista-se ainda o envolvimento da Guiné-Conakri, país desestabilizado internamente por guerras civis prolongadas nos países vizinhos (Libéria, Serra Leoa), cuja participação no conflito guineense foi essencialmente motivada por relações pessoais e históricas com o PAIGC.

A componente interna

A face mais visível do conflito residiu na competição pelo poder entre dois antigos aliados, representando duas linhas distintas no seio do então partido dirigente. No entanto, os contextos e factores causais que podem eventualmente explicar a eclosão do conflito são bastante mais complexos, possuindo uma dimensão histórica e política essencial e estando em grande parte relacionados com as contradições e a natureza do regime de Nino Vieira.

A existência de uma elite que se apropriou do aparelho de Estado e que levou a cabo uma gestão inadequada e pouco transparente dos recursos públicos foi uma das causas fundamentais do conflito. Esta elite deixou a maioria das regiões entregues a actividades de subsistência e marginalizou os ex-combatentes da luta armada de libertação nacional (descontentes por não ter sido devidamente reconhecido o seu papel nesse período fundamental da história do país). Os sucessivos anos de má governação conduziram o país a uma crise económica profunda e a uma pauperização das estruturas de governação, acentuada pela fuga de quadros qualificados, a sua expulsão ou não inserção no sistema. As

eleições multipartidárias realizadas em 1994 são essencialmente o resultado das pressões internacionais e não vieram alterar substancialmente a natureza do regime, na medida em que a existência de um parlamento eleito coexistia com um poder de facto centrado nas mãos de um pequeno grupo, que continuou a praticar uma violação sistemática dos direitos humanos, associada à má gestão dos bens públicos e à existência de redes de corrupção e clientelismo. As eleições foram precedidas por perseguições evidentes a jornalistas independentes (apesar da existência formal de uma lei de liberdade de imprensa), por encenações de golpes de Estado e por estratégias várias destinadas à neutralização das forças da oposição.

Objectivamente, os grandes problemas políticos internos surgiram essencialmente no seguimento da decisão do Presidente Vieira de protelar as eleições, previstas para Julho de 1998, para Outubro do mesmo ano. O comandante das Forças Armadas, brigadeiro Ansumane Mané, foi dispensado em 12 de Janeiro de 1998, após acusações de negligência na prevenção do desvio de armamento, que era posteriormente vendido aos rebeldes casamansenses.

Ansumane Mané, do grupo étnico Mandinga, é originário da Gâmbia e aderiu ao PAIGC com dezassete anos para participar na luta anti-colonial na Guiné-Bissau. Foi-lhe concedida a nacionalidade guineense após a declaração unilateral de independência, tal como a muitos outros membros estrangeiros do movimento de libertação. A substituição de Mané pelo brigadeiro Humberto Gomes foi particularmente sensível para vários elementos do exército, dado o seu alegado envolvimento na execução de Paulo Correia, no seguimento da tentativa falhada de golpe em 1984. Em Abril de 1999, um inquérito parlamentar ao tráfico ilegal de armas realizado por uma comissão composta por quatro deputados do PAIGC e quatro da oposição, veio ilibar Ansumane Mané das acusações referidas. O resultado do inquérito veio aumentar as suspeitas de que Mané fora usado como bode expiatório pelo Governo, interessado em seguir uma política de melhoria das relações com o Governo senegalês. Com efeito, tem havido um estreitamento dos laços entre Bissau e Dakar desde que a Guiné-Bissau aderiu à União Monetária da África Ocidental e adoptou o Franco CFA, em Maio de 1997. Neste caso, é de considerar uma eventual pressão da França sobre o Presidente Vieira, no sentido de este tomar medidas contra o tráfico de armas.

A 7 de Junho de 1998, a tentativa de detenção do brigadeiro Mané tem como resultado um amotinamento dos soldados. A larga maioria das tropas adere à rebelião, frustrada com a deterioração progressiva das condições de trabalho e com a irregularidade nos pagamentos

de salários. As tropas de Mané ocuparam imediatamente os quartéis de Sta. Luzia e Brá, onde a maioria da artilharia pesada do exército se encontrava armazenada, bem como o aeroporto, a base aérea de Bissalanca e uma estação de rádio privada que utilizaram para comunicar as suas exigências.

Anunciando imediatamente que o seu objectivo não era substituir Nino Vieira, Ansumane Mané formou a *Junta Militar para a Consolidação da Paz, Democracia e Justiça*, a qual apelou à resignação do Presidente e do Governo, bem como à realização de eleições durante o mês de Julho. O movimento revoltoso exigiu também a formação de uma comissão de cidadãos, composta por diplomatas estrangeiros, representantes das organizações muçulmanas, católicas e protestantes, líderes parlamentares e jornalistas, para mediação entre as partes beligerantes. O Presidente Vieira recusou-se a ceder a estas exigências, afirmando que estaria aberto a negociações somente após a deposição das armas pelos rebeldes.

Grande parte da população e a maioria do exército, incluindo muitos dos veteranos da luta de libertação, apoiaram a Junta. O Presidente Vieira, que contava com a lealdade de menos de 10 por cento das forças armadas, viu-se forçado a apelar ao auxílio dos Estados vizinhos, o Senegal e a Guiné-Conakri. O Presidente Lansana Conté, da Guiné-Conakri, respondeu positivamente, devido à sua amizade com Nino Vieira mas também para desencorajar a oposição no seio do seu próprio exército. O envolvimento senegalês, por seu lado, esteve directamente ligado ao conflito casamansense e ao desejo de utilizar a intervenção militar na Guiné-Bissau para ocupar as bases do MFDC, de onde os rebeldes separatistas eram acusados de lançar *raids* em território senegalês. Apesar da intervenção senegalesa – a primeira desde a independência fora do quadro da ECOMOG – ter como pretexto um acordo bilateral assinado entre os dois Estados em 1975, os partidos da oposição expressaram fortes críticas a este envolvimento. Não se concretizaram, no entanto, as intenções do Presidente guineense de conseguir também o envolvimento directo dos franceses e dos nigerianos.

Ambos os países subestimaram a força dos revoltosos, e o envio de cerca de 2000 tropas senegalesas e 1500 tropas da Guiné-Conakri em apoio de Nino Vieira contribuiu apenas para o agravamento do conflito, na medida em que as tropas estrangeiras foram encaradas pela população local como uma força de ocupação, aumentando o ressentimento popular contra o Presidente Vieira.

Em 10 de Maio, o brigadeiro Mané aconselhou os civis a abandonarem a capital guineense, que ficou completamente vazia, sendo depois pilhada pelas tropas estrangeiras e parcialmente destruída em resultado dos combates com artilharia pesada. Durante os dois meses subsequentes, o conflito estendeu-se pelo país, com as tropas senegalesas a tentarem tomar a principal estrada entre Bissau e Gabú. Pelo menos quinhentos civis e soldados foram mortos e cerca de 300 mil pessoas deslocadas (numa população total de 1,2 milhões). Apesar das referidas intervenções externas, os rebeldes conseguiram ocupar com sucesso o Noroeste do país.

Esforços de paz

A reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada a 16 de Julho na cidade da Praia, Cabo Verde, decidiu criar um Grupo de Contacto para a promoção da paz, trabalhando em conjunto com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Os esforços realizados por estas duas organizações conduziram a uma trégua a 26 de Julho, e a um cessar-fogo um mês mais tarde. O início da estação das chuvas conferiu aos mediadores a oportunidade de elaborarem um acordo de paz, mas o processo registou recuos provocados pela emergência de divisões entre as duas organizações, uma vez que a CPLP e a CEDEAO (que tinham declarado o seu apoio às intervenções dos vizinhos francófonos) eram consideradas apoiantes respectivamente da Junta Militar e do Governo. Verificaram-se divergências acerca de quem deveria liderar as negociações e também acerca da natureza da força de manutenção da paz a ser enviada para o terreno. Os representantes da CPLP defendiam o envio de um contingente bastante menor do que aquele que os membros da CEDEAO propunham. Os esforços de mediação foram, para além disto, afectados pelo facto de o Senegal, directamente envolvido no conflito em apoio do lado governamental, ter expressado o seu interesse em contribuir com tropas para a força de manutenção da paz da CEDEAO.

No seguimento das vitórias militares da Junta no terreno (em meados de Outubro controlavam já todo o país, com excepção da capital e do arquipélago dos Bijagós), o Presidente Vieira e o brigadeiro Ansumane Mané encontraram-se no fim de Outubro em Banjul (na Gâmbia) e, depois, em Abuja (Nigéria), onde se realizava uma reunião da CEDEAO. O acordo de paz foi finalmente assinado a 1 de Novembro, prevendo a formação de um governo de unidade nacional, a organização de eleições num prazo máximo de seis meses e a retirada das tropas estrangeiras, bem como o envio de uma força de cerca de 600 militares ECOMOG, encarregue de manter a separação entre as partes beligerantes e de garantir a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o

Senegal. Posteriormente, foi instalado em Bissau um Comité Executivo Conjunto para supervisionar a implementação do Acordo de Abuja.

O acordo favorecia claramente os rebeldes, cabendo ao brigadeiro Mané nomear um primeiro-ministro. O cargo foi ocupado por Francisco Fadul, antigo membro do PAIGC e conselheiro de Nino Vieira durante quatro anos, até 1987, data em que divisões entre os dois levaram ao seu afastamento. O novo primeiro-ministro era um apoiante indiscutível da Junta Militar, pelo que a sua nomeação reflecte o decréscimo do poder político de Nino Vieira na Guiné-Bissau e no exterior. O Governo de Unidade Nacional liderado por Fadul tomou posse a 20 de Fevereiro de 1999, composto por ministros e vice-ministros nomeados por Vieira e por Ansumane Mané. No entanto, registaram-se ainda alguns combates em Bissau, entre 31 de Janeiro e 3 de Fevereiro.

Previstas para Março, as eleições não ocorreram na data acordada, dada a lentidão da retirada das tropas senegalesas (completada apenas em 23 de Março), e a sua substituição pela força da ECOMOG, composta de tropas de Gâmbia, Níger, Benim e Togo, que tinham já começado a chegar ao território em Janeiro. A decisão de Nino Vieira, em Dezembro de 1998, de recrutar e enviar 600 homens do seu grupo étnico (*Pepel*) e das ilhas Bijagós para o Senegal e para a Guiné-Conakri para receberem formação militar, acabou por conduzir à sua derrota final. Estes efectivos (conhecidos como *Aguentas*) foram integrados na Guarda Presidencial, o que levou a Junta a exigir a redução deste corpo para 30 efectivos (conforme previsto num protocolo do acordo de paz). A recusa de Nino Vieira fez com que Ansumane Mané exigisse o mesmo número de armas dos guardas presidenciais e conduziu a uma confrontação final, na qual morreram centenas de soldados e de civis. Registaram-se também fortes ataques ao Centro Cultural francês (usado como Embaixada Francesa), possivelmente provocados por rumores de que os militares franceses tinham fornecido assistência às tropas leais ao Presidente Vieira.

As tropas de Nino Vieira renderam-se em menos de 24 horas, levando ao seu total isolamento. Nesta altura, o PAIGC já se tinha distanciado do Presidente, pressionando desde o início do conflito em favor de uma solução negociada da guerra civil. Após uma tentativa falhada de obter protecção da embaixada francesa, o antigo Presidente apelou ao Governo português, que lhe concedeu asilo político. A 7 de Junho, Vieira partiu para Portugal alegadamente para sujeitar-se a tratamentos médicos, na condição de voltar à Guiné-Bissau para ser julgado por traição.

O Governo de Unidade Nacional continuou o seu programa de preparação para eleições presidenciais e legislativas. O Presidente da Assembleia Nacional, Malam Bacai Sanhá, tomou posse como Presidente em exercício. A força da ECOMOG deixou o território guineense no início de Junho de 1999. Fadul optou por não se candidatar à presidência, justificando a decisão em nome da estabilidade política, embora se admita que a sua desistência se deveu ao receio de que a sua ascendência libanesa-guineense pudesse ser usada contra si por outros candidatos.

As eleições, que tiveram lugar em 28 de Novembro desse ano, decorreram sem incidentes ou sérias irregularidades, de acordo com os observadores internacionais, apesar dos atrasos na publicação dos resultados. Houve, no entanto, algumas questões polémicas que importa referir, como o caso da circulação da «Magna Carta», um documento não assinado que apareceu pouco antes do acto eleitoral e que previa a possibilidade da manutenção da Junta Militar por mais dez anos. Contudo, Francisco Fadul declarou imediatamente que a Junta não era responsável pelo documento, enquanto o brigadeiro Ansumane Mané expressou sinais de pretender criar um clima de reconciliação.

A campanha eleitoral foi também marcada pelas rivalidades étnicas e religiosas. Apesar do seu tamanho, a população guineense regista uma grande diversidade de religiões e etnias. As maiores comunidades são os Balanta (27%) e os Papel (10%), que habitam predominantemente no Sul e nas regiões costeiras, os Fulas muçulmanos (22%) e os Mandingas (12%), no Norte e Nordeste, e os Nianjacos (11%), que vivem tradicionalmente nas áreas costeiras do Norte e centro. Apesar de, até à data, não terem existido tensões étnicas ou religiosas, as eleições foram palco de trocas acusações sobre o eventual recurso de alguns candidatos à manipulação étnica com o objectivo de ganhar votos. Kumba Yalá, balanta e católico, foi acusado de orientar a sua campanha em favor da sua etnia, maioritária na Guiné-Bissau, enquanto ele próprio acusou o candidato do PAIGC, beafada e muçulmano, de tentar manipular a identidade étnica por forma a granjear apoio das três comunidades muçulmanas (que incluem os grupos étnicos Mandinga, Fula e os próprios Beafada).

Kumba Ialá foi o vencedor da primeira volta das eleições presidenciais, com 38,81 por cento dos votos, enquanto o candidato do PAIGC e Presidente interino, Malam Bacai Sanhá, recebeu apenas 23,27 por cento dos votos. Os restantes dez candidatos receberam entre 8 e 1 por cento dos votos. O Partido da Renovação Social (PRS) de Kumba Yalá venceu as eleições parlamentares, que se realizaram em simultâneo, conquistando 38 lugares do total de 102 na nova Assembleia. A Resistência da Guiné-Bissau – Movimento

Bafatá (RGB) conseguiu 28 deputados e o PAIGC aparece apenas em terceiro, com 24 deputados. A derrota do PAIGC era já previsível, uma vez que todas as crises internas, a usura de várias décadas de exercício do poder e a consequente crise de legitimidade, tornavam pouco provável outro resultado. O conflito armado actuou, neste âmbito, também como catalisador do processo de diabolização, decadência e destituição do PAIGC.

A segunda volta das eleições presidenciais teve lugar em 16 de Janeiro de 2000, contando Kumba Ialá com o apoio de vários candidatos derrotados na primeira volta, incluindo Faustino Imbali, Fernando Gomes, Salvador Tchongo e Bubacar Djalo. A decisão dos eleitores pela opção da mudança foi ainda mais clara, já que Yalá conseguiu 72 por cento dos votos, alcançando a maioria em todas as regiões.

A realização de eleições multipartidárias não apagou, no entanto, as fortes rivalidades que têm impedido a normalização e consolidação da vida política guineense, como o demonstra a precariedade da aliança entre os dois partidos da coligação que actualmente governa o país.

Conclusão

Apesar de o novo governo da Guiné-Bissau representar, para o povo guineense, uma ruptura com o passado, terá de enfrentar inúmeros problemas internos e externos, herdados da governação anterior ou resultantes de novas exigências.

Uma das questões mais difíceis será, sem dúvida, o papel dos militares na sociedade e na vida política guineense. As manifestações de soldados, antes e imediatamente a seguir às eleições, em protesto pelo incumprimento no pagamento de salários, ilustra a existência de um problema sério. A posição dúbia da Junta Militar, bem como do seu comandante supremo, que continua a gozar de um estatuto idêntico ao do Presidente da República, constituem assuntos polémicos ainda não totalmente esclarecidos.

Também a questão da representação equitativa e da satisfação dos diversos grupos étnico-religiosos assume actualmente uma importância renovada, devido ao desequilíbrio crescente que se verifica na composição do novo governo e das forças armadas.

Para além disto, é cada vez mais urgente a definição de um projecto coerente de reconstrução económica e social, em que os benefícios do desenvolvimento económico sejam compartilhados de forma mais equitativa pela população.

Quanto à política externa, terá que ser feito um esforço no sentido de restabelecer boas relações com o Senegal e a Guiné-Conakri, os dois Estados francófonos com os quais a Guiné-Bissau tem fronteiras. Registavam-se já disputas fronteiriças com a Guiné-Conakri antes da guerra civil, devido à possível existência de reservas de petróleo *offshore*, que a intervenção militar em apoio do Presidente Vieira não ajudou em nada a atenuar. A permanência no Noroeste da Guiné-Conakri de muitos dos jovens que o ex-Presidente Vieira recrutou entre 1998 e 1999 para o ajudarem a combater a rebelião da Junta Militar pode também vir a constituir um factor de desestabilização.

O novo Governo terá que formular uma política coerente relativamente ao problema do movimento separatista de Casamansa. A desconfiança que se instalou entre os dois Estados a propósito da aliança informal entre os rebeldes do MDFC e a Junta Militar de Ansumane Mané terá que ser ultrapassada, se a política interna da Guiné-Bissau quiser permanecer independente da guerra no país vizinho.

Conflitos na África Austral

O CONFLITO EM ANGOLA

Contextualização e antecedentes

As origens do conflito angolano remontam à década de 60, altura em que surgiram os três movimentos armados contra o regime colonial português: o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), com apoio principalmente na capital e na região circundante, essencialmente Kinbundo; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que construiu a sua base de apoio entre a população Ovimbundo do planalto central; e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), formada fundamentalmente pela população Bakongo do Norte. As divergências entre os movimentos impediram existência de uma frente armada, devidamente coordenada, contra o poder colonial e originaram uma luta violenta entre os próprios movimentos. A rivalidade tinha por base uma combinação de factores, desde a incapacidade de estender a base de poder para além das suas regiões à existência de diferenças ideológicas significativas (com o MPLA a recorrer a ideias socialistas, a UNITA à doutrina maoista e posteriormente a uma atitude pró-ocidental, e a anti-marxista FNLA a apoiar a iniciativa privada), não esquecendo as ambições pessoais dos respectivos líderes.

No seguimento do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas que favorecia o fim das guerras coloniais, as autoridades portuguesas assinaram um acordo com os três movimentos angolanos, prevendo a independência de Angola e a criação de um governo de unidade nacional. Os portugueses retiraram, reconhecendo a soberania angolana, mas sem entregar o poder aos movimentos. O MPLA infligiu à FNLA uma derrota militar em Luanda, proclamando a independência a 11 de Novembro de 1975, e estabeleceu um regime político socialista, de partido único. A extinção da FNLA não significou o fim do conflito, que prosseguiu entre os outros dois movimentos, agravado pelo apoio militar cubano ao regime do MPLA e pela entrada das forças armadas sul-africanas em auxílio da UNITA. A guerra civil angolana passou a ser palco do confronto leste-oeste, através da assistência militar e financeira da União Soviética e dos Estados Unidos.

No final dos anos 80, grandes mudanças na cena internacional, nomeadamente a alteração das relações entre as duas superpotências, assinalaram o início do fim da intervenção directa externa no conflito angolano. A retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia, no seguimento de um acordo assinado em Dezembro de 1988, constituíram momentos de viragem fundamentais. No entanto, o conflito entre o MPLA de José Eduardo dos Santos e a UNITA de Jonas Malheiro Savimbi prosseguiu, com o fracasso completo das negociações directas organizadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul em Gbadolite, em 1991. As duas partes voltaram à mesa das negociações sob mediação portuguesa e um acordo de paz foi finalmente assinado em Maio de 1991 – os Acordos de Bicesse –, nos quais se previam medidas para a formação de um exército nacional unificado, um fim para o conflito armado, a realização de eleições multipartidárias e a supervisão internacional do cessar-fogo.

A 29 e 30 de Setembro de 1992, realizaram-se as eleições legislativas e presidenciais. Nas primeiras, o MPLA recebeu 53,7 por cento dos votos contra 34,1 da UNITA; nas presidenciais, José Eduardo dos Santos conseguiu 49,5 por cento dos votos, enquanto Jonas Savimbi obteve 40,07. Apesar de José Eduardo dos Santos ser obrigado por estes resultados a disputar uma segunda volta, a UNITA contestou as eleições com base em acusações de fraude, não corroboradas pelos observadores internacionais. Um mês mais tarde a guerra voltou ao país, desta vez centrada principalmente no controlo de cidades e vilas, provocando cerca de meio milhão de vítimas mortais.

Em 1994 verificou-se uma nova tentativa de diálogo, que resultou no Protocolo de Lusaka, o qual veio reafirmar aquilo que tinha sido já acordado em Bicesse, estabelecendo um

cessar-fogo, a realização da segunda volta das eleições presidenciais, a desmilitarização, desarmamento e formação de um exército unificado, bem como de uma força policial ao nível nacional sob verificação das Nações Unidas. Em resultado deste acordo, foi também criada uma Comissão Conjunta envolvendo as Nações Unidas, o Governo angolano e representantes da UNITA, para além da participação da *troika* (Estados Unidos, Portugal e Rússia) enquanto observadora.

O Governo de Reconciliação e Unidade Nacional foi estabelecido em Abril de 1997, com os membros da UNITA a assumirem quatro ministérios e sete funções vice-ministeriais, conforme estipulado em Lusaka. A UNITA declarou também em Março de 1998 que todas as suas tropas haviam sido desmilitarizadas. No entanto, os atrasos no processo de paz continuaram a constituir um foco de tensão constante, em particular devido à recusa de Savimbi em entregar todo o território controlado pelo seu movimento. Em Junho de 1998, o enviado especial das Nações Unidas para Angola, Alioune Blondin Beye, morre num acidente de avião e é substituído por Issa Diallo, que pouco pôde fazer para reverter uma situação progressivamente deteriorada.

Frustrado por não ter conseguido estender a administração estatal a todo o território e pela recusa da liderança da UNITA em instalar-se na capital angolana, o Presidente José Eduardo dos Santos rompe, em Setembro desse ano, todos os laços entre o Governo de Luanda e o Movimento do Galo Negro. Numa tentativa de isolar Savimbi ao nível interno e internacional, o Governo reconhece também um movimento dissidente, a UNITA-Renovada, liderada por Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola, como os únicos representantes legítimos da UNITA na implementação do Protocolo de Lusaka. Apesar do programa de desmobilização de 18 meses supervisionado pelas Nações Unidas, o acordo de paz estava condenado ao fracasso, como demonstra a passagem de combates esporádicos para uma guerra sem limites em Novembro de 1998. Tornou-se claro que a UNITA não tinha desmobilizado as suas tropas profissionais. A maior parte das armas que entregou à missão de verificação das Nações Unidas eram obsoletas e apenas uma parte ínfima da totalidade da artilharia pesada e do equipamento de telecomunicações existente foi entregue.

A queda de dois aviões das Nações Unidas, cuja responsabilidade foi totalmente negada pela UNITA, pareceu lançar um sinal a esta organização de que a sua presença já não era útil nem desejada no território. Com efeito, em Janeiro de 1999, o Presidente angolano solicitou ao Secretário-Geral da ONU que não recomendasse a extensão da missão de

observação das Nações Unidas. Kofi Annan declarou então que o processo de paz tinha chegado ao fim e as tropas da ONU foram retiradas do território.

Caracterização e análise

O conflito angolano envolve uma série de questões que contribuem para a sua perpetuação: os interesses económicos envolvidos e explorados pelas partes beligerantes, a existência de rivalidades etno-regionais e de um défice democrático ao nível do poder central, e a influência de factores externos na evolução militar e política do conflito.

Interesses económicos

Angola possui um vasto potencial económico e o controlo dos recursos minerais, particularmente das reservas de petróleo e dos diamantes, constitui uma questão central no conflito angolano.

Angola é actualmente o segundo produtor de petróleo na África Subsaariana, com as exportações a representar 90 por cento das exportações totais e mais de 80 por cento das receitas governamentais e ganhos cambiais (incluindo os empréstimos externos garantidos pela produção petrolífera). As recentes descobertas *off-shore*, feitas principalmente por companhias norte-americanas e francesas, têm encorajado o crescimento do investimento externo no país. Com a expansão constante da produção, espera-se que o valor actual de 780.000 barris por dia chegue a 1.6 milhões no ano de 2006, número que poderia significar a ultrapassagem da Nigéria neste sector. Mesmo quando se verifica uma queda no preço do petróleo, como de facto aconteceu no primeiro semestre de 1999, o Governo angolano continua a poder obter receitas significativas através da venda de licenças de prospecção.

O aumento significativo do preço do crude no segundo semestre de 1999 permitiu ao Governo angolano comprar novo armamento e equipamento militar com o objectivo de lançar uma grande ofensiva em Setembro, o que ilustra bem a ligação entre o petróleo e o esforço de guerra. Esta correlação levou a que um dos objectivos estratégicos da UNITA fosse inicialmente a desestabilização do principal bem económico do país. Com efeito, a primeira capital de província ocupada pela UNITA em Fevereiro de 1999 foi M'Banza Congo no Noroeste, a 125 milhas de Soyo, a maior região produtora de petróleo *on-shore*. No entanto, a capacidade da UNITA atacar verdadeiramente as actividades de exploração petrolífera é bastante reduzida, uma vez que a maioria se realiza *off-shore*. Além disso,

duvida-se que a UNITA esteja disposta a arriscar um ataque às instalações de companhias norte-americanas, levando o seu antigo aliado a tomar medidas de retaliação⁶⁸.

Quanto à produção de diamantes, Angola ocupa a quarta posição em termos de valor, possuindo 11 por cento das reservas actualmente conhecidas e produzindo pedras de alta qualidade. O controlo das áreas produtoras de diamantes tem sido uma fonte primordial de fundos para o esforço de guerra da UNITA, representando entre 2.5 e 3 mil milhões de dólares americanos desde 1992⁶⁹. Na altura em que Savimbi ordenou a retirada voluntária das maiores áreas produtoras de diamantes (particularmente o Rio Cuango em Dezembro de 1998, de onde a UNITA recebia a maior parte das receitas), as vendas no mercado negro provenientes das minas controladas pelo movimento tinham já contribuído para aumentar significativamente a sua capacidade militar, fornecendo aos rebeldes os meios para conduzir uma guerra convencional em substituição da tradicional actividade de guerrilha.

Também as numerosas companhias mineiras estrangeiras têm responsabilidade no rearmamento da UNITA, já que, por exemplo, o grupo britânico-sul-africano De Beers tem gasto uma média de 520 milhões de dólares por ano na compra de cerca de ??? dos diamantes angolanos (muitos dos quais provenientes de áreas controladas pelos rebeldes), numa batalha para impedir a compra de pedras de alta qualidade pelos seus concorrentes⁷⁰.

Em resposta ao incumprimento do Protocolo de Lusaka pela UNITA, o Conselho de Segurança proibiu a venda de diamantes sem um certificado de origem emitido pelo Governo. No entanto, o impacto deste tipo de medidas é limitado, com também tem sido o das intervenções angolanas em Estados vizinhos. Um dos objectivos do apoio prestado à revolta de Kabila em 1996/1997, bem como ao actual governo na República Democrática do Congo, é de impedir a utilização pela UNITA da tradicional rota de exportação diamantífera para a província do Kasai Oriental e Kinshasa. A invasão do Congo-Brazaville pelas Forças Armadas angolanas tinha igualmente como objectivo cortar o acesso dos rebeldes a uma base na qual os diamantes pudessem ser trocados por armas e abastecimento logístico. Apesar disto, as pedras do mercado negro continuam a ser exportadas por via aérea através da Zâmbia, por exemplo, para escritórios no Ruanda e no Uganda.

⁶⁸ Angola é actualmente o 6º maior fornecedor de crude e 7º de petróleo aos EUA.

⁶⁹ "Illegal diamonds sales funding UNITA war effort", *Africanews online*, 1 de Abril de 1999.

⁷⁰ "Angolan diamonds – On the rocks", *The Economist*, 14 de Setembro de 1996.

Impasse democrático

O MPLA abandonou o regime de partido único, centralizado e de orientação marxista-leninista, introduzindo uma democracia multipartidária em 1990 e esperando assim terminar com a principal justificação da UNITA para continuar a guerra. A implementação de um sistema político democrático constituía uma peça central do acordo de paz de Bicesse, mas a recusa de Jonas Savimbi em aceitar os resultados das eleições de 1992 pôs fim às esperanças de que Angola seguiria a tendência geral para a democracia, verificada no início dos anos 90 na África Austral.

Existiam poucas evidências que corroborassem as alegações de fraude alargada e sistemática, uma vez que as eleições foram consideradas livres e justas pelo enviado especial do Secretário-Geral, responsável pela UNAVEM II, que supervisionava o processo eleitoral, bem como pelas comissões de investigação estabelecidas pelo Conselho Eleitoral Nacional. Para além disto, a UNITA nunca evocou os registos oficiais das estações de voto, onde estão registados o número de votos por cada partido e que foram verificados por representantes da UNITA, para confirmar as acusações de fraude. Torna-se claro que o líder do movimento acordou em participar no processo eleitoral com a convicção (partilhada por muitos especialistas) de que iria conseguir uma vitória considerável.

Apesar dos indícios de que Jonas Savimbi não tinha qualquer intenção de respeitar as regras democráticas, o Protocolo de Lusaka previa a retoma do interrompido processo eleitoral, através da realização da segunda volta das eleições presidenciais, baseando-se nos princípios de «aceitar a vontade do povo, expressa por eleições livres e justas, e o direito à oposição». O rearmamento das tropas da UNITA durante o processo de desmobilização das Nações Unidas, que permitiu ao movimento lançar uma grande ofensiva em Dezembro de 1998, veio confirmar que Savimbi tinha pouco interesse em participar em eleições democráticas.

Mas, é possível questionar se o Governo de Luanda estaria preparado para aceitar uma eventual derrota nas urnas e a consequente perda de autoridade, já que não seriam apenas os altos escalões do MPLA a ter de enfrentar o dilema de entregar o poder e todos os benefícios financeiros que lhe estão associados. A perda do poder pelo MPLA iria também afectar um número significativo de funcionários da administração, bem como várias empresas locais ligadas ao aparelho estatal. A corrupção em larga escala, presente entre os funcionários que têm acesso às lucrativas receitas provenientes do petróleo, sustenta uma rede clientelista considerável, da qual muitos angolanos das áreas urbanas são dependentes. Estes partilham, portanto, o interesse em manter o controlo do MPLA sobre este recurso e

pretendem evitar a sua substituição por uma rede clientelista da UNITA no seio da máquina estatal.

Apesar da atribuição de várias funções governamentais aos membros do Movimento do Galo Negro, prevista no Protocolo de Lusaka enquanto passo decisivo no sentido de uma partilha de poder efectiva, o MPLA continuou a monopolizar a autoridade real em Angola.

A vontade de José Eduardo dos Santos de abandonar o poder em face de uma hipotética derrota eleitoral permanece por testar, mas existem indicações claras de que o MPLA não está preparado para aceitar a existência e acção de uma oposição política independente. A criação do movimento da UNITA Renovada, em Agosto de 1998, foi planeada e organizada pelo Governo de Luanda, tendo o efeito desejado de enfraquecer a oposição da UNITA através da divisão, e da luta de poder entre os 70 deputados do movimento eleitos em 1992 para a Assembleia Nacional. Para além disto, a detenção subsequente de cinco deputados da UNITA foi interpretada como um sinal de intolerância governamental face àqueles que se recusavam a aceitar a «nova UNITA».

O MPLA continua, portanto, a dominar a cena política na capital, domínio esse reforçado pela incapacidade de mobilização de um apoio efectivo por parte dos restantes partidos políticos.

Partindo do princípio geral de que a emergência e consolidação de uma sociedade civil forte constitui um pré-requisito fundamental para a existência de um sistema democrático efectivo, podemos considerar que se registaram até agora poucos desenvolvimentos nesta área. A ausência de associações e organizações independentes em Angola deve-se parcialmente às restrições de liberdade de expressão, como ilustra a existência de um número substancial de detenções e ameaças a jornalistas, sindicalistas e representantes religiosos⁷¹. A televisão e a maioria dos jornais e estações de rádio encontram-se sob controlo governamental e são frequentemente utilizadas para conduzir campanhas de propaganda, enquanto a imprensa independente é levada a praticar auto-censura devido às pressões constantes. Tem também havido pouco incentivo entre os angolanos para se organizarem e influenciarem o processo de tomada de decisões, dado a falta de confiança da população no processo de paz. A ameaça permanente de uma nova ofensiva da UNITA tem desempenhado um papel preponderante em evitar a explosão do protesto popular nas zonas controladas pelo Governo, relativamente à corrupção, à incompetência e à

⁷¹ *Angola Human Rights – The Gateway to Peace*, Amnesty International Report, AFR, Fevereiro de .1999.

incapacidade geral do Estado em resolver os graves problemas sociais que afectam a grande maioria da população urbana.

Apesar de todas estas limitações, existem organizações que lutam pelo direito a uma voz cada vez mais activa na sociedade angolana, como é o caso das igrejas, que possuem em conjunto uma base de apoio maior do que qualquer outra organização do país.

Rivalidades etno-regionais

Em termos étnicos, a população angolana divide-se em três grandes grupos: os Ovimbundu, (que constituem aproximadamente 37% da população), os Kimbundu (cerca de 25%) e os Bakongo (13%). Para além de numerosos grupos étnicos mais reduzidos, existe também uma população urbana mestiça (de origem mista – europeia e africana) que não ultrapassa os 2 por cento. O MPLA tem as suas raízes na população Kimbundu da região Norte e Centro e, tradicionalmente, muitos dos seus líderes eram mestiços, enquanto a principal base de apoio da UNITA é Ovimbundu.

Apesar desta divisão, a etnicidade não é uma questão proeminente na sociedade angolana, existindo uma forte consciência nacional que ultrapassa a divisão étnica. Não constitui também um factor significativo no conflito, embora Savimbi tenha tentado em diversas ocasiões explorar as diferenças entre as comunidades Ovimbundu e Kimbundu, por forma a aumentar o seu apoio no seio do maior grupo étnico angolano.

O facto de, em três décadas de conflito, a secessão da região Ovimbundu nunca ter sido considerada por Savimbi como uma opção (apesar das tentativas continuamente falhadas de ocupar a capital), constitui uma prova de que a filiação no MPLA ou na UNITA é bastante mais significativa em termos de segmentação social e política do que de divisão étnica. Embora os especialistas descrevam frequentemente a vaga de assassinatos de Outubro de 1992 em Luanda como tendo uma motivação étnica (na medida em que a maioria das vítimas eram Ovimbundu), estes ataques foram perpetrados contra indivíduos suspeitos de apoiarem a UNITA.

Muito mais importantes em Angola são as diferenças entre população urbana e rural, das quais Savimbi tem tirado partido, apresentando-se como um líder do campesinato negro contra um MPLA essencialmente urbano. A longo prazo, esta opção pode ter efeitos negativos para o movimento, dado o fluxo constante e maciço de angolanos do campo para as cidades (acelerado pelo conflito armado), com Luanda a abrigar actualmente quase 1/3 da população angolana.

Factores externos ao conflito

Angola tem fronteiras, entre outros, com a República Democrática do Congo (RDC) e com o Congo-Brazzaville, dois países em situação instável e que, por isso, constituem um factor desestabilizador. Estes dois conflitos levaram o Governo angolano a assumir uma política regional intervencionista e expansionista, dando origem a um cenário paradoxal: Luanda aumenta a sua zona de influência para além das suas fronteiras mas, simultaneamente, controla apenas cerca de metade do seu próprio território. A intervenção nestes dois países insere-se numa estratégia de neutralização dos eventuais canais de abastecimento e bases externas da UNITA.

No Congo-Brazzaville, o conflito armado eclodiu em Junho de 1997, entre as milícias do Presidente democraticamente eleito, Pascal Lissouba, e o seu predecessor, Denis Sassou Nguesso, resultando em mais de 10.000 mortos e levando à redução da capital a um monte de ruínas. A intervenção das Forças Armadas angolanas foi determinante para trazer de volta ao poder o aliado tradicional de José Eduardo dos Santos, tendo como objectivos principais impedir que o movimento independentista de Cabinda, a FLEC, e a UNITA pudessem usar o país como base de apoio, como tinham feito no anterior governo de Brazzaville. No entanto, não foram tomadas medidas para desarmar as milícias do ex-Presidente Lissouba e o ex-primeiro ministro, Bernard Kolelas, apoiado pela UNITA, intensificou o conflito através de ataques à capital, em Dezembro de 1998. Mais uma vez, o Presidente Nguesso teve que confiar nas tropas angolanas para defender Brazzaville, num conflito que tinha já conduzido ao desalojamento de 10 por cento da população total, em Abril de 1999⁷². Vendo-se obrigado a combater a UNITA no seu próprio território, o Governo angolano tem tido de enfrentar o dilema de manter as suas tropas no Congo-Brazzaville para defender Nguesso da nova revolta ou retirar do país, o que iria inevitavelmente favorecer a milícia de Lissouba e ameaçar os objectivos da anterior operação.

Também a situação militar na República Democrática do Congo é actualmente de grande importância para o conflito em Angola. O governo de José Eduardo dos Santos tinha já desempenhado um papel crucial na rebelião de 1997 contra o Presidente Mobutu Sese Seko, fornecendo tropas e apoio logístico a Laurent Kabila, enquanto a UNITA combatia ao lado do Governo de Kinshasa. Por seu lado, Mobutu tinha sido um aliado importante

⁷² "Dual to Death", *The Economist*, 10 de Abril de 1999.

de Savimbi durante a Guerra Fria e, tal como Lissouba, tinha consentido no uso do seu território enquanto base de apoio aos rebeldes angolanos.

Com o surgimento de uma nova rebelião apoiada pelo Ruanda e pelo Uganda contra Kabila, a UNITA aliou-se aos novos opositores do regime congolês, enquanto o Governo angolano, apesar da evidente incapacidade de Kinshasa em controlar o vasto território e impedir a sua utilização como base para as incursões de Savimbi, optou por auxiliar Kabila. A aterragem de tropas ruandesas em Kitona foi certamente encarada como uma provocação grave, uma vez que se situa numa zona considerada de influência angolana. Mesmo a oferta feita ao Governo de Luanda pelo Presidente ugandês, Yoweri Museveni de neutralizar as operações da UNITA a partir de território congolês se as Forças Armadas angolanas (FAA) deixassem de apoiar Kabila, foi firmemente recusada⁷³.

Tal como os seus aliados, Zimbabwe e Namíbia, Angola possui também interesses económicos na RDC, como ilustra o acordo com a Sonangol, a empresa nacional angolana de petróleo, pelo qual lhe é atribuída a concessão de exploração em algumas áreas. No entanto, as relações entre os dois governos permanecem pouco estáveis e as divergências têm sido evidentes em várias ocasiões, em parte devido à falta de habilidade diplomática de Kabila. Exemplos disto são o apoio a Pascal Lissouba, a ligação com a Sudan's National Islamic Front no Sudão, ou a assinatura do acordo de Sirte com Museveni do Uganda sem qualquer consulta a Luanda.

Apesar de a presença de tropas angolanas envolvidas no conflito congolês ter vindo a diminuir, uma retirada total das zonas junto à fronteira continua a ser improvável, uma vez que permitiria à UNITA reposicionar os seus efectivos a norte de Maquela do Zombo, um território que se situa perigosamente próximo dos recursos petrolíferos de Cabinda e Soyo.

Para além destas intervenções externas, também a relação com outros países vizinhos, como a Zâmbia, tem desempenhado um papel importante na evolução do conflito. Apesar do Presidente zambiano Frederick Chiluba ter permanecido relativamente neutral no conflito congolês (como ilustra o facto de ter recusado a passagem de tropas do Zimbabwe pelo seu território ou a sua nomeação para mediador no âmbito da Southern African Development Community – SADC), o mesmo não tem acontecido relativamente ao conflito angolano. Vários membros do Governo, incluindo o vice-presidente Christian Tembo, têm sido acusados por Luanda de trocarem armas por diamantes com a UNITA. O Presidente Chiluba tem negado as acusações, mas a Zâmbia é actualmente o único país

⁷³ “Uganda’s Angolan key to Congo”, *Mail & Guardian*, 11 de Setembro de 1998.

vizinho que não tem permitido ao exército angolano perseguir os rebeldes dentro e a partir do seu território. As relações entre os dois países passaram por uma fase complicada no início de 1999, no seguimento de vários ataques bombistas na capital zambiana, um dos quais dirigido à embaixada angolana e resultando na prisão de um cidadão angolano pela polícia daquele país. Também a decisão de atribuir uma verba acrescida para a modernização do exército da Zâmbia pode ter sido influenciada pela ameaça potencial de retaliação militar das FAA contra um exército zambiano pequeno e mal equipado. Apesar da tensão, há progressos nas relações entre os dois países, como demonstra a assinatura, em Abril de 1999, de um *Memorando de Entendimento*, mediado pelo governo da Swazilândia.

Esforços de paz

A improbabilidade de uma solução militar

As duas forças militares em conflito em Angola são consideradas das mais profissionais e bem equipadas do continente africano. As FAA possuem um poder aéreo considerável e um número superior de efectivos (cerca de 100.000). No entanto, o envolvimento militar em várias frentes, com a intervenção nos dois Congos e o conflito interno, dificulta a sua eficiência e contribui para dispersar os recursos disponíveis. As FAA têm recorrido sem sucesso ao recrutamento forçado de jovens das áreas urbanas, o que obviamente afecta também o moral das tropas.

A situação militar no terreno foi, na primeira metade de 1999, desfavorável para as tropas governamentais, que se concentraram essencialmente na defesa das principais cidades do interior e das zonas de produção diamantífera sob controlo do Governo.

O reequipamento das tropas no início do segundo semestre com artilharia pesada, veículos blindados e aviões Mig e Sukhoi, permitiu a realização de uma grande ofensiva a partir de Setembro, a qual pouco tempo depois tinha já conseguido capturar o Andulo e Bailundo, os quartéis-generais do Movimento do Galo Negro. Depois desta captura, com carácter largamente simbólico, a acção das tropas governamentais passou a dirigir-se especialmente para as zonas produtoras de diamantes controladas pela UNITA, no Nordeste do território. No final da estação das chuvas, ou seja, no início de Maio, foi lançada uma nova ofensiva, essencialmente na parte leste do território (Moxico e Lunda Sul). Em resultado de todas estas acções, o governo afirma controlar actualmente 92 por cento dos municípios.

Torna-se difícil dizer qual a dimensão das tropas sob comando da UNITA, mas um número vulgarmente citado ronda os 30.000 efectivos. Em Maio de 1999, o ministro da

Defesa angolano avançou com o número de 60.000 rebeldes, provavelmente exagerando para justificar internamente as recentes derrotas militares das FAA.

Até à grande ofensiva de Setembro, os rebeldes encontravam-se concentrados no planalto central perto do Huambo e Kuíto, em volta da cidade de Malange, na região produtora de diamantes da Lunda Norte e a norte de Maquela do Zombo, ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo. O movimento rebelde enfrenta regularmente vários problemas logísticos, como a falta de peças sobressalentes e combustível, o que impediu a ocupação de cidades nas áreas montanhosas do interior. Existiram mesmo ocasiões em que as forças da UNITA tiveram de destruir tanques e várias peças de artilharia para evitar que caíssem nas mãos das FAA, já que não possuíam combustível para as mover. Até à recente ofensiva militar das tropas governamentais, a estratégia da UNITA parecia ser a de isolar as cidades do interior, mais do que ocupá-las, possivelmente para não ter que assumir a responsabilidade de alimentar a população civil. Apesar de Savimbi possuir, de facto, a capacidade de ocupar grande parte do interior, sempre foi improvável que conseguisse tomar as maiores cidades costeiras – Luanda, Lobito e Benguela – cujas populações se opõem fortemente à UNITA.

Apesar da grande ofensiva militar que obrigou a UNITA, no final de 1999 e princípio de 2000, a recuar nas suas posições, a maior parte dos especialistas considera que nenhuma das partes beligerantes tem capacidade para uma vitória militar total, dado as características do terreno, das forças em combate e do próprio conflito em si. Mesmo derrotando a UNITA em termos de guerra convencional, esta continua a ter margem de manobra para se reorganizar, podendo refugiar-se na tradicional táctica de guerrilha. Um exemplo das acções que o movimento tem vindo a desenvolver para demonstrar a sua capacidade de desestabilização foi o ataque a algumas povoações muito perto de Luanda, durante o mês de Agosto. Os rebeldes continuam também particularmente activos nas regiões do Uíge e Zaire, atacando as instalações de petróleo *on-shore* no Soyo.

A nível político Movimento do Galo Negro está cada vez mais isolado internacionalmente, tendo inclusivamente sido já responsabilizado pela perpetuação do conflito, nomeadamente no quadro da União Europeia e das Nações Unidas.

A necessidade de uma solução negociada

Em 1999 não houve qualquer tentativa negociada para terminar com o conflito armado, que se desenrolou primeiro com a ofensiva militar da UNITA, em Dezembro de 1998, e depois com a resposta das tropas governamentais, a partir de Setembro de 1999.

Uma das principais dificuldades em terminar com o ciclo de conflito reside na existência de fortes rivalidades pessoais entre os líderes angolanos. Este factor é normalmente ignorado ou subestimado em favor de outros aspectos como o acesso aos abundantes e valiosos recursos naturais ou ainda (durante a Guerra Fria) a existência de diferenças ideológicas entre o MPLA e a UNITA. No entanto, as divergências pessoais têm que ser referidas como parte das tentativas de explicação das causas e natureza deste conflito. A rigidez de personalidade de Jonas Savimbi está intimamente ligada ao facto de ter passado 33 anos lutando de forma infrutífera no mato para realizar a sua ambição pessoal de se tornar Presidente de Angola – um cargo a que se considera com direito. Neste contexto, não constitui uma surpresa ter recusado a atribuição da posição de vice-presidente, em Agosto de 1996, conforme estipulado no Protocolo de Lusaka. Esta rigidez aumentou desde a substituição, em 1978, de Agostinho Neto por José Eduardo dos Santos, na altura bastante jovem e considerado de fraco carisma, em oposição a um Savimbi carismático e já com bastante experiência, habituado a ser tratado como um «chefe de Estado africano» por muitos líderes da África francófona.

Ao contrário do MPLA, o Movimento do Galo Negro sempre foi dominado por uma personalidade, que utiliza a falta de confiança e animosidade relativamente ao MPLA como guia e catalizadores do movimento. Com efeito, a intensidade com que a existência e acções da UNITA giram em torno do seu fundador, leva-nos a questionar até que ponto o movimento pode sobreviver sem Savimbi. Apesar de existirem indubitavelmente diversas pessoas no seio da UNITA dispostas a tomar a liderança, é actualmente óbvio que o movimento seria substancialmente enfraquecido sem Savimbi. A sua intransigência e controlo pessoal sobre a UNITA, bem como a história recente dos processos de paz realizados, parecem indicar que o movimento rebelde irá continuar a tentar obter uma vitória militar, utilizando as propostas de negociações de paz principalmente em ocasiões de desvantagem, apenas como forma de poder reorganizar-se.

Por outro lado, o Presidente José Eduardo dos Santos parece estar interessado apenas numa rendição incondicional da UNITA em termos militares e veria claramente como uma humilhação a terceira tentativa de negociações, após incumprimentos sucessivos. Depois do falhanço de Bicesse e de Lusaka, a confiança entre as partes encontra-se bastante deteriorada. As dificuldades de negociação manifestam-se, desde logo, na discussão de problemas básicos como a abertura de corredores humanitários em conjunto, para permitir a chegada dos alimentos a cidades mais isoladas, pelo que é difícil imaginar uma renegociação do Protocolo de Lusaka. Para além disso, o facto de ter classificado Jonas

Savimbi como um criminoso de guerra significa, em teoria, que Eduardo dos Santos nunca voltará a negociar com o líder rebelde.

Apesar de Issa Diallo, responsável pela missão das Nações Unidas (MONUA) ter declarado, após a sua partida, que a ONU tinha ainda um papel importante a desempenhar na questão angolana e que Kofi Annan estava pessoalmente envolvido em contactos discretos para abrir caminho a uma nova solução política para o conflito, a realidade é que os resultados são escassos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas limitou-se a enviar representantes do seu Comité de Sanções para Angola com o objectivo de investigarem as causas da ineficácia das sanções impostas à UNITA⁷⁴.

Com efeito, é actualmente muito questionável se a comunidade internacional estaria preparada para contribuir novamente para uma missão de manutenção da paz em Angola, quer devido aos elevados montantes já dispendidos (900 milhões de dólares nos últimos quatro anos), quer tendo em conta os resultados limitados das anteriores missões. Por outro lado, não se vislumbra de que forma uma presença desta organização no terreno poderia ser útil para chegar a uma solução negociada, quando as próprias partes em conflito não mostram um interesse forte e genuíno em prosseguir essa via.

A Organização de Unidade Africana (OUA) tem adoptado uma posição bastante passiva durante o conflito actual. Uma proposta para a realização de uma reunião de «conciliação» organizada por esta organização acabou por ser cancelada no seguimento da sugestão de convidar Savimbi, feita pelo Presidente do Burkina Faso e da OUA, Blaise Compaoré, mal recebida pelo Governo de Luanda. O enviado especial da União Europeia, Aldo Ajello,

⁷⁴ O embargo de armas e petróleo decretado em 1993 à UNITA foi o primeiro deste tipo aplicado a um actor não-estatal. No entanto, a UNITA continuou a receber armamento e combustível, apesar da proibição da ONU, da assinatura de um acordo de paz com o governo angolano e da presença de uma força de paz das Nações Unidas. Referindo que a UNITA constituía a causa principal da crise em Angola, o Conselho de Segurança decidiu impôr sanções adicionais em Outubro de 1997 e Junho de 1998. Em Janeiro de 1999, o Embaixador canadiano Robert Fowler foi nomeado presidente do revitalizado Comité de Sanções, com o mandato de investigar violações do regime de sanções: a venda e entrega de armamento e equipamento militar aos rebeldes, o fornecimento de produtos petrolíferos, a compra de diamantes extraídos de áreas controladas pela UNITA, a manutenção de contas bancárias e outros bens financeiros, bem como das delegações no exterior, e as viagens dos membros proeminentes do Movimento. Em 1999, o Embaixador Fowler elaborou dois relatórios com recomendações detalhadas e em 28 de Fevereiro de 2000 o relatório do painel de peritos foi submetido ao Conselho de Segurança. O relatório afirma que os rebeldes adquirem armas na Bulgária e transportam-nas para Angola através de vários países africanos, alguns dos quais permitem também carregamentos de combustível. Denuncia também a falta de controlo belga sobre as importações, permitindo à UNITA financiar o seu esforço de guerra através do transacção de pedras preciosas neste grande centro do comércio diamantífero mundial. Neste âmbito, regista-se que o painel teve uma atitude pioneira ao nomear vários presidentes em exercício e outros indivíduos como violadores das sanções. Para além do embargo de armas, as suas 39 recomendações incluem a confiscação de diamantes cuja origem não possa ser provada, a oferta de uma recompensa por informação sobre bens não revelados da UNITA e a publicação de uma «lista negra» dos violadores das sanções. Apesar do incumprimento por parte de vários países, a publicidade internacional acerca desse incumprimento tem servido para tornar mais difícil, e mais caro, à UNITA comprar armas e vender diamantes.

tentou organizar uma reunião entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, João Miranda, e o secretário-geral da UNITA, Paulo Lukumba Gato, mas também sem sucesso.

Quanto à SADC, é improvável que consiga desempenhar qualquer papel neutral de mediação em Angola, se tivermos em consideração a Declaração Conjunta assinada nas Maurícias pelos seus 14 membros. A declaração responsabiliza pessoalmente Jonas Savimbi pelo reacender do conflito, considera-o um criminoso de guerra e reconhece o grupo dissidente da UNITA-Renovada. Não existe, além disso, qualquer consenso entre os membros da organização relativamente a que tipo de medidas devem ser tomadas para pôr fim à guerra. Enquanto o Zimbabwe, por exemplo, apelou a uma intervenção militar dos países da SADC em Angola, a África do Sul tem sido mais cautelosa e continua a pedir uma solução diplomática.

É também improvável, pelo menos por agora, que os Estados Unidos, Portugal ou a Rússia, a *troika* de mediadores que acompanhou o processo de paz, tentem novamente mediar entre as duas partes beligerantes. A perspectiva norte-americana considera que a implementação do Protocolo de Lusaka pelo Governo do Presidente José Eduardo dos Santos não foi perfeita, mas aponta Jonas Savimbi como o principal responsável pelo falhanço do processo. Os três Estados parecem, na realidade, mais interessados em fortalecer os laços económicos com Angola, favorecendo por isso as boas relações com o Governo de Luanda. A organização de uma primeira Comissão Bilateral de Consulta em Washington, realizada pelo Departamento de Estado em Setembro de 1999, ilustra esta política. A Rússia continua a fornecer equipamento militar às Forças Armadas angolanas, enquanto Portugal concordou em treinar comandantes das FAA, o que significa o apoio a uma derrota militar da UNITA.

A mais recente tentativa de retomar a via negocial veio da sociedade civil angolana, mais especificamente da Igreja Católica, que se espera vir a ter um papel central numa futura mediação. Foi convocado um Congresso pelo Movimento Pro-Pace, uma instituição criada pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e presidida pelo Bispo do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca, tendo como título geral «a democracia e a paz». O Congresso conseguiu reunir, de 18 a 21 de Julho de 2000, mais de 200 delegados da sociedade civil, representantes do poder e das oposições partidárias, em torno de uma agenda temática diversificada, dirigida para a promoção da reconciliação entre os angolanos. A iniciativa apresentou vários apelos nas suas conclusões: à cessação imediata das hostilidades; à declaração oficial de perdão mútuo, com amnistia extensiva a todos os militares e políticos; à definição de uma agenda com assuntos concretos e essenciais para a negociação entre os

beligerantes; à criação de condições para a realização de eleições; e à descentralização do poder. Apesar da iniciativa não ter suscitado grandes reacções das duas partes em conflito, a sua realização alerta para a emergência de uma voz que exige um novo quadro negocial e a participação efectiva do povo na gestão do futuro do país. Este é um avanço significativo, uma vez que até agora qualquer menção à paz através do diálogo era encarada como um desafio directo às políticas do Governo angolano, apostado na vitória militar.

Estas acções, juntamente com outras como a realização das primeiras jornadas parlamentares da oposição⁷⁵ no início de Agosto, ou a formação da Frente Unida para a Mudança (com a participação de 17 partidos políticos), revelam um maior dinamismo da sociedade angolana face à necessidade de encontrar um caminho para a paz e de criar uma oposição forte e credível como parte integrante de um processo de democratização progressiva da vida política.

Conclusão

Angola é hoje uma sociedade marcada por décadas de conflito, com graves consequências a nível económico, político e social. Os interesses económicos têm constituído um factor importante para a perpetuação do conflito, já que os abundantes recursos naturais, nomeadamente o petróleo (relativamente às forças governamentais) e os diamantes (para a UNITA) continuam a financiar o esforço de guerra dos beligerantes.

No entanto, apesar da existência de factores que propiciam a continuação das hostilidades e que justificam, de certa forma, o falhanço de todos os acordos de paz até agora assinados, existem actualmente novos sinais de procura da paz. Um deles é, sem dúvida, o exaurir dos contendores e o cansaço de uma população martirizada pela guerra. Este sentimento manifesta-se nos apelos e acções pela paz que as Igrejas católica e protestante, a comunicação social independente, muitos partidos da oposição e uma ampla faixa da sociedade civil, têm levado a cabo, exigindo repetidamente o cessar-fogo imediato e o retomar das negociações. As pesadas derrotas militares e o crescente isolamento internacional de Jonas Savimbi, por um lado, bem como a perda progressiva de popularidade do governo de Eduardo do Santos, cada vez mais envolvido em acusações de corrupção e desrespeito pelos direitos humanos, por outro, podem contribuir para trazer novamente os beligerantes à mesa das negociações. Em última análise, porém, o sucesso de

⁷⁵ Nestas jornadas participaram o Partido da Renovação Social, a FNLA, o Partido Liberal Democrático, o Partido Democrático para o Progresso – Aliança Nacional Angolana, Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses, e a Frente para a Democracia.

qualquer eventual processo de paz dependerá sempre da vontade política das partes envolvidas, que parecem continuar empenhadas numa luta interna pelo poder.

A reconstrução da confiança entre as partes e entre os angolanos em geral, fortemente abalada pela sucessão de acordos falhados, assume-se como um factor fundamental para a reconciliação. No entanto, este é um processo longo e difícil, que exigirá um esforço não só ao nível interno, mas também uma actuação mais firme e coerente da comunidade internacional e dos países vizinhos.

O CONFLITO NO ZIMBABWE

Contextualização e antecedentes

Quando o Zimbabwe se tornou independente, em Abril de 1980, todo o processo de transição que permitiu à maioria negra tomar o poder foi considerado um grande sucesso, numa região marcada pela instabilidade (Angola e Moçambique) ou pela existência de regime repressivos baseados na discriminação racial (África do Sul e Namíbia). A independência da então Rodésia do Sul foi conseguida através de negociações, culminando nos acordos de Lancaster House, assinados entre o primeiro ministro branco Ian Smith e as duas guerrilhas negras lideradas por Robert Mugabe e Joshua Nkomo.

Estes acordos privilegiaram a estabilidade económica e social, conferindo à minoria branca sete anos de representação parlamentar e garantias constitucionais, nomeadamente no que diz respeito à posse da terra.

Nas eleições de 1980, os movimentos de libertação, que ao longo da luta se tinham tornado progressivamente antagónicos e de base étnica (um muito ligado à etnia maioritária – Shona – e outro à comunidade Ndebele), apresentaram-se como candidatos distintos. A motivação étnica do voto deu a vitória esmagadora à Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF) de Mugabe, relegando para segundo plano a Zimbabwe African People's Union-Patriotic Front (ZAPU-PF), liderada por Joshua Nkomo.

O descontentamento pela exclusão do poder político e pela discriminação levada a cabo pelo Governo central conduziu a uma revolta social e política nas áreas a oeste e a sul do país, conhecidas por Matabeleland, que se arrastou desde 1981 a 1987, com o apoio do regime sul-africano. O governo de Mugabe, possivelmente motivado pelo receio de uma intervenção sul-africana, tentou esmagar a revolta da forma mais rápida possível, o que

originou grandes massacres da população desta zona, perpetrados por uma unidade especial do exército zimbabweano (a 5ª Brigada), em 1983 e 1984.

Na base deste conflito interno estava a tentativa da ZANU-PF para estabelecer no país um sistema político de partido único. A ZAPU-PF acabou por sucumbir e estas pressões em Dezembro de 1987, quando a sua liderança concordou em juntar-se ao partido no poder. O chamado Acordo de Unidade veio conceder ao líder da ZAPU-PF o lugar de vice-presidente e vários cargos ministeriais para outros membros da direcção do partido dissolvido.

Apesar do sistema de partido único ter sido abandonada em 1990, com a nova vaga de multipartidarismo no continente, a elite no poder continuou a actuar como se o partido, o governo e o Estado fossem sinónimos. A partir de 1987 (ano em que Mugabe abandona o cargo de primeiro-ministro e se torna Presidente), a Lei Fundamental foi sendo gradualmente modificada, no sentido de abolir os privilégios da minoria branca, de estender os poderes do Presidente (e de anular qualquer possibilidade de controlo da sua actuação), e de limitar os princípios e direitos democráticos. Uma poderosa rede de clientelismo assegurava o controlo da administração, de várias áreas da economia e até de partes significativas da sociedade civil.

A liberalização económica dos anos 90 permitiu à elite governante, ela própria também empresária, tirar inúmeros benefícios, como a concessão privilegiada de projectos e de linhas de crédito, participações na privatização de empresas estatais, ou a usurpação de terras que estariam destinadas à instalação dos camponeses sem terra. Com efeito, a reforma agrária, que tinha sido elaborada na altura da independência, continuou por realizar até que, em Fevereiro de 1992, o Parlamento adoptou uma lei que concedia ao Governo o direito de se apropriar de qualquer propriedade agrícola por um preço por si fixado unilateralmente. Esta lei acabou por ser revogada devido às pressões da Commercial Farmers Union (CFU), a associação de agricultores maioritariamente constituída por brancos, e da comunidade internacional de doadores. No entanto, quando a primeira fase do programa de redistribuição de terras começou, em 1993, as 70 fazendas foram entregues, não aos camponeses sem terra, mas sim a ministros e outros membros da elite governantes.

É também na primeira metade da década de 90 que surgem alguns indícios importantes de enfraquecimento da liderança e do poder centralizado da ZANU-PF, como a aplicação de um programa de ajustamento estrutural que exigia a aplicação de medidas impopulares, a

emergência de novos grupos de pressão com uma voz mais activa e crítica das acções governamentais, bem como de candidatos independentes nas eleições municipais e nacionais em oposição ao Governo.

A partir de 1995, o descontentamento da população face à situação económica do país traduziu-se em greves e manifestações de várias classes profissionais e organizações da sociedade civil. Apesar de ter sido reeleito pela terceira vez nas eleições de Março de 1996, a fraca afluência às urnas (31,7%) revelava o cansaço e descrédito em relação a Robert Mugabe.

Em 1997, trabalhadores agrícolas exigiram um aumento dos salários e os veteranos de guerra começaram desenvolver protestos sobre a apropriação das compensações financeiras que lhes eram devidas por membros da elite governante. A descoberta destas irregularidades virou os antigos combatentes da luta de libertação, até então um dos grupos mais importantes no seio do regime de Mugabe e da ZANU-PF, contra o poder central.

A visibilidade pública deste grupo, que bloqueou estradas durante uma importante conferência com investidores norte-americanos e desenvolveu durante um mês vários protestos violentos, obrigou Mugabe a anunciar medidas excepcionais, prometendo indemnizações, pensões mensais e uma série de subsídios para serviços sociais destinados aos veteranos. Isto veio agravar ainda mais os protestos dos sindicatos, já que estas promessas seriam cumpridas à custa de um aumento no imposto de vendas e de cobranças especiais nos salários da generalidade da população.

Muitas das decisões económicas e políticas passaram então a ser ditadas pela mera necessidade de preservação do poder. Por exemplo, a decisão de nacionalizar 1500 das 4200 fazendas de proprietários brancos existentes no país (em Novembro de 1997) durante uma crise monetária, ou a intervenção no conflito congolês numa altura em que o défice orçamental parecia estar controlado (em Agosto de 1998), constituem ilustrações dessa irracionalidade.

A onda de protestos facilitou também a emergência em 1999, com base no movimento sindical, do primeiro partido de oposição genuína à governação da ZANU-PF, o Movement for Democratic Change (MDC), liderado por Morgan Tsvangirai, Secretário-Geral do Zimbabwe Congress of Trade Unions.

Em meados de Fevereiro de 2000, uma proposta de revisão constitucional que previa, entre outras modificações, a possibilidade de expropriação de terras sem qualquer compensação (a não ser que o Governo britânico suportasse integralmente os custos), foi chumbado pela

população em referendo, por uma margem de 55-45 por cento, representando a primeira derrota de Mugabe nas urnas.

Com eleições previstas para Maio, o Presidente encetou uma verdadeira campanha para impedir a vitória da oposição, aproveitando nomeadamente o apoio que ainda tem nas zonas rurais.

A questão da redistribuição da terra, em relação à qual nunca tinha sido mostrada qualquer vontade política de resolução, tornou-se subitamente num elemento central. Mugabe conseguiu que o Parlamento adoptasse uma emenda constitucional sobre a expropriação de terras (contradizendo a vontade popular expressa no referendo) e apoiou activamente esse movimento. As ocupações forçadas de fazendas pelos veteranos de guerra, liderados por Chenjerai «Hitler» Hunzve e apoiantes da ZANU-PF, semearam a instabilidade nas zonas rurais e instalaram um clima de medo entre a comunidade branca, bem como entre os membros do MDC (trabalhadores agrícolas, professores, etc.), acusados de cumplicidade com os «racistas brancos». A intimidação aos apoiantes da oposição chegou ao assassinato de alguns proprietários brancos cujas opções políticas eram bem conhecidas.

O regime levou a cabo várias acções de auto-promoção, desde as sessões de «reeducação política» às manifestações públicas contra o MDC, e a manobras formais de subversão do sistema eleitoral (por exemplo, a exclusão de milhares de brancos da possibilidade de votar por não terem provado que não possuíam uma segunda nacionalidade), etc. A decisão, tomada à última hora, de excluir todos os observadores eleitorais internacionais não-governamentais apenas deixou 305 observadores externos no terreno (a maior parte da União Europeia e da Commonwealth) para supervisionarem mais de 4 mil postos eleitorais.

Apesar da condenação internacional ao movimento de ocupação das fazendas e das consequências económicas desastrosas que provocou⁷⁶, o objectivo político de ganhar as eleições através do medo e da intimidação foi plenamente conseguido. Estas foram proteladas para 24 e 25 de Junho de 2000, mas o resultado era já previsível: vários meses de violência política tinham dado a Mugabe a certeza da vitória, embora com uma margem de manobra consideravelmente reduzida. O MDC conseguiu 57 dos 120 lugares em disputa

⁷⁶ As exportações no fundamental sector do tabaco desceram de 700 milhões de dólares em 1997 para uma previsão de 300 milhões de dólares em 2000, de acordo com os resultados nas colheitas. Na actividade agrícola em geral a CFU prevê uma contracção de pelo menos 30%. É provável que a ocupação de terras origine até, paradoxalmente, um maior desemprego entre os trabalhadores rurais negros, já que existem 350.000 a trabalhar nas fazendas de proprietários brancos. A instabilidade levou também a resultados negativos noutros sectores, como é o caso da indústria alimentar ou do turismo, para além da quebra de confiança nos investidores internacionais. No final de Maio de 2000 o Banco Mundial viu-se obrigado a suspender a ajuda ao Zimbabwe, devido ao incumprimento no pagamento de um empréstimo.

nas eleições, enquanto a ZANU-PF obteve 62, ao que se juntam mais 30 lugares adicionais que são designados pelo próprio Presidente. Esta maioria não permite à ZANU-PF aprovar quaisquer alterações constitucionais sem o apoio do MDC, uma vez que é necessário o voto favorável de 2/3 da Assembleia.

Caracterização e análise

Se, durante algum tempo, o Zimbabwe foi apontado como um exemplo para a região – um país pacífico, politicamente estável e num processo de desenvolvimento económico progressivo – , os múltiplos conflitos internos existentes originaram uma mudança de reputação, passando a fazer parte do grupo de países marcados pela crise económica e instabilidade política

Os actuais problemas do Zimbabwe derivam, em primeiro lugar, da existência de tensões sócio-económicas profundas. O declínio acentuado e contínuo do nível de vida, a redução dos serviços sociais, o falhanço na aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural, os aumentos de preços em resultado de uma política económica planeada e implementada de forma deficiente, bem como a conhecida corrupção da elite governante (em especial da família presidencial), são factores que têm causado várias manifestações de protesto, patrocinadas quer pelo movimento sindicalista, quer por grupos específicos de *lobby* como a associação de veteranos de guerra.

A estes conflitos sócio-económicos juntam-se tensões políticas importantes, ligadas à tentativa de conservação do poder a todo o custo pela ZANU-PF, ao equilíbrio étnico precário em que se baseia o poder do partido (com uma variedade de facções Shona e Ndebeles, grupos étnicos com uma animosidade histórica bem conhecida) e também às lutas no seu interior para a sucessão de Mugabe.

A discriminação continuada das províncias Matabeleland por um governo largamente dominado pela etnia Shona, revela também um elemento acrescido de tensão, neste caso regional e étnica, difícil de gerir. Por um lado, os shona, que perfazem aproximadamente 80 por cento da população zimbabweana, consideram-se vítimas da etnia Ndebele durante o último século (etnia esta favorecida pelos britânicos, mas que representa apenas 18% da população). Por outro lado, os Ndebele não esquecem os massacres de 1983-85, a subjugação do partido Ndebele ZAPU-PF de Joshua Nkomo à ZANU-PF, ou a perseguição aos líderes políticos da sua etnia entre 1981 e 1987. Apesar do Acordo de Unidade assinado em 1987 ter devolvido a paz às províncias Matabeleland, a recusa do

Presidente Mugabe em admitir os massacres e em apresentar desculpas publicamente tem impedido uma reconciliação real entre os Ndebele e o Governo.

A posição cada vez mais frágil do regime, com o surgimento de várias organizações e coligações da sociedade civil exigindo uma democratização da Constituição e das próprias estruturas políticas, levou Mugabe a procurar formas de desviar a atenção e granjear mais apoios.

A intervenção unilateral no conflito da República Democrática do Congo, em auxílio de Kabila, é um bom exemplo desta estratégia, embora com efeitos contraproducentes, na medida em que agravou as relações com a África do Sul e aumentou as reservas dos doadores e investidores internacionais. No plano interno, teve consequências económicas desastrosas (passou a constituir um fardo muito pesado no orçamento e fez aumentar o preço dos combustíveis), para além de intensificar as críticas e os protestos. Em Novembro de 1998, violentas manifestações em Harare conduziram a uma intervenção do exército em algumas zonas da capital.

A tentativa de manutenção do poder a todo o custo passou também por uma instrumentalização de conflitos em grande parte artificialmente criados, como sejam o conflito racial, o conflito com o colonizador, ou o conflito sobre a distribuição de terras entre proprietários maioritariamente brancos e camponeses negros. A minoria branca⁷⁷ serviu como bode expiatório de todas as políticas económicas falhadas, sendo apontada como responsável pela situação do país, quer devido ao passado colonial, quer actualmente em virtude de um domínio, considerado inaceitável, sobre a agricultura e a posse da terra⁷⁸.

A questão da redistribuição das terras, com fortes raízes históricas e actualmente um factor de divisão do país, poderia ter sido resolvida através de uma reforma agrária transparente, racional e implementada eficazmente no terreno. Imediatamente após a independência, e pretendendo consolidar o apoio do eleitorado negro, o governo da ZANU-PF reinstalou cerca de 50 mil famílias em terras de propriedade governamental ou adquiridas a agricultores brancos que pretendiam vender os seus terrenos. No entanto, estes e outros esquemas de reinstalação, que beneficiaram até 1990 cerca de 70 mil famílias, não foram bem sucedidos, na medida em que o Governo foi incapaz de fornecer aos camponeses um apoio adequado em infraestruturas, serviços de transporte ou acesso ao crédito, com a agravante de não ter sido conferido o título formal de propriedade das terras às famílias

⁷⁷ A comunidade branca no Zimbabué é de 80.000 cidadãos num país com cerca de 11 milhões de habitantes.

⁷⁸ No Zimbabué cerca de 4.000 a 4.500 fazendeiros brancos possuem 1/3 das terras aráveis do país, enquanto aproximadamente 700.000 famílias de camponeses negros partilham o restante nas chamadas «terras comunais».

beneficiárias. Durante os anos 80 e 90, o Governo adquiriu várias quintas (que hoje atingem cerca de 3 milhões de hectares), mas poucos esforços foram efectuados no sentido de reinstalar os camponeses sem terra. Com o referendo de Fevereiro, a questão da terra voltou a ter actualidade, não para suscitar medidas de resolução, mas sim para ser tratada como uma questão eminentemente política. Foram então dados sinais claros de incentivo à violência e à expulsão dos latifundiários brancos das suas terras, amplificando claramente um conflito que tinha, até então, uma importância menor na sociedade zimbabweana.

Esta atitude faz parte de uma forma de gerir e resolver os problemas segundo uma perspectiva muito particular da sociedade e das estruturas políticas e económicas. Todas as políticas económicas são encaradas como um instrumento político, em que a sobrevivência das elites governantes depende da neutralização de todos os grupos sociais estratégicos eventualmente opositores, através da concessão de benefícios e redes de clientelismo. O pagamento de compensações aos veteranos de guerra⁷⁹ ou a distribuição de terras por membros da ZANU-PF são exemplos a referir.

O discurso de reconciliação proferido por Robert Mugabe, então primeiro-ministro, imediatamente após a independência, apelando ao início de uma nova fase na vida do país sem qualquer discriminação racial, parece hoje bem distante. A questão do conflito com a comunidade branca surgiu novamente a partir de 1993-94, quando a alegada monopolização da economia por parte dessa minoria resultou no surgimento de grupos de *black empowerment*, apoiados de forma expressa ou tácita pelo Governo. Estes grupos, como o Affirmative Action Group (AAG) ou o War Veterans Association (WVA) foram ganhando progressivamente mais força, à medida que se consolidava a ideia de conspiração branca para afastar a população negra do controlo da economia. No entanto, este conflito de natureza racial não tem grandes apoios na população zimbabweana, tendo surgido essencialmente devido a razões de oportunismo político e económico, e em associação com a deterioração das condições de vida e a desigualdade na distribuição da riqueza.

O próprio Presidente Robert Mugabe desempenha um papel central neste conflito, através do seu estilo pessoal de governação (a personalização do poder), da sua escala pessoal de prioridades (uma vez que privilegia os ganhos políticos de curto prazo em detrimento da estabilidade económica e social do país), da utilização política que tem feito dos recursos económicos e da incapacidade de admitir a necessidade de realizar reformas económicas mesmo com custos políticos e sociais.

⁷⁹ Os veteranos de guerra são um grupo de grande importância no Zimbabwe, uma vez que ocupam 60% dos lugares no Exército Nacional e pelo menos 40% da *Zimbabwe Republic Police* (ZRP).

A crise económica e social no Zimbabwe não é, portanto, apenas fruto da descida nos preços de produtos de exportação no mercado internacional ou da diminuição drástica nos fluxos da ajuda; é também, e principalmente, o resultado de uma acção governativa corrupta e de decisões políticas desastrosas. Os números relativos aos exemplos já referidos são bem elucidativos: os benefícios especiais concedidos pelo Presidente aos antigos combatentes custaram, só em 1998, 200 milhões de dólares; o esforço de guerra no conflito da República Democrática do Congo custa a Harare entre 300.000 a 1 milhão de dólares por dia.

As recentes eleições, apesar de conferirem a vitória à ZANU-PF, vieram revelar a emergência de uma oposição credível, o surgimento de novas lógicas democráticas e também o crescente descontentamento da população urbana e jovem face às políticas governativas de Mugabe. Os temas da sua campanha eleitoral, apelando à nostalgia da guerra de libertação, à questão da terra como o último elemento não resolvido dessa guerra, ao ódio racial e à existência de um inimigo externo que alegadamente pretenderia uma recolonização do Zimbabwe, conjugados com a lealdade ao partido e com as acções de violência e intimidação apoiadas pelo Governo, determinaram ainda uma vitória nas zonas rurais. O facto de o MDC ser um partido recente, com poucas infraestruturas e candidatos pouco conhecidos, teve igualmente alguma influência nas decisões de voto. A mensagem de mudança e a promessa de boa governação transmitida pelo MDC teve, contudo, mais impacto junto do eleitorado urbano, que sofre especialmente com a deterioração das condições económicas e o aumento do desemprego.

Esforços de paz

Com o início da ocupação forçada de terras, a intervenção na República Democrática do Congo e a visível corrupção do regime, o Presidente Mugabe foi ficando gradualmente mais isolado na cena internacional.

À Grã-Bretanha pouco lhe restava fazer senão condenar publicamente as ocupações, garantir a evacuação e assistir com inquietação à violência que se abatia sobre os fazendeiros brancos, já que qualquer intervenção directa no conflito era considerada uma interferência nos assuntos internos do Zimbabwe. Mugabe acusava a Grã-Bretanha de ser responsável pelo actual problema, já que a questão da terra é uma «questão colonial não resolvida», o que significa, segundo esta perspectiva, que deve ser esta a pagar as indemnizações aos fazendeiros brancos cujas fazendas sejam expropriadas.

O endurecimento das relações com a antiga potência colonial levou a Grã-Bretanha a impor um embargo de armas ao Zimbabwe (Maio de 2000) e a reafirmar a intenção de contribuir financeiramente para a reforma agrária apenas se os financiamentos forem utilizados em benefício dos pobres e se forem implementadas medidas macroeconómicas de fundo pelo Presidente zimbabweano.

Ao nível regional, a situação no Zimbabwe, tendo implicações directas nos Estados vizinhos (particularmente no que respeita à confiança dos investidores, ao turismo, taxas de câmbio e aos eventuais fluxos de refugiados), suscitou preocupações por parte dos países da África Austral. A África do Sul, prevendo perdas comerciais consideráveis e principalmente preocupada com um possível alastramento do conflito ao seu território, desenvolveu uma intensa actividade diplomática junto de Mugabe e recorreu a pressões económicas (uma vez que o Zimbabwe depende da África do Sul para fornecimento de combustível e electricidade), sem conseguir, todavia, quaisquer resultados práticos.

Os primeiros esforços relativamente bem sucedidos de mediação vieram da própria sociedade civil zimbabwena, mais especificamente da Igreja Católica que, no início de Maio, conseguiu reunir o Presidente Mugabe com a Commercial Farmers Union (CFU), representante dos proprietários agrícolas brancos, e a Associação dos Veteranos de Guerra. Todas as partes concordaram na necessidade de uma reforma das terras, mas não houve qualquer acordo sobre a sua realização concreta. Em Setembro de 1998, tinha já sido realizada uma *Land Donors Conference*, com o patrocínio do PNUD, da qual tinha saído um compromisso entre as partes interessadas e os doadores internacionais relativamente aos princípios de um plano bienal para resolver a questão, mas que nunca chegaria a ser implementado.

A 12 de Maio de 2000, o Governo anunciou a criação de uma Comissão de Terras, com o objectivo de resolver a situação das cerca de 1500 fazendas ocupadas por grupos liderados pelos veteranos de guerra.

Após a vitória nas eleições, o Presidente Mugabe parece ter invertido o seu discurso, comprometendo-se a acelerar o programa de distribuição pacífica de terras aos camponeses negros e a empenhar-se na recuperação da economia, mas as medidas concretas tardam em chegar.

O programa de redistribuição das terras elaborado pelo Governo, apesar de bastante polémico, acabou por receber apoio dos países da região, reunidos no quadro da SADC, no início de Agosto. Os chefes de Estado consideraram que as eleições (marcadas pelo

assassinato de vários líderes e apoiantes da oposição) foram realizadas num clima de transparência, paz, liberdade e justiça, de acordo com os princípios democráticos. Foi também feito um apelo para que a Grã-Bretanha contribua para o plano de redistribuição.

Conclusão

Se é um facto que a estratégia de medo e intimidação levada a cabo por Mugabe teve os seus frutos no curto prazo, estão ainda por definir quais as suas consequências, não só para a economia zimbabwena, mas também para a própria sobrevivência política do Presidente.

Por um lado, os resultados eleitorais revelaram uma divisão económica e política entre o país rural e urbano, bem como (principalmente nas cidades) uma diferente percepção da vida política por parte da população mais instruída, informada e jovem, pouco influenciável pela mensagem de Mugabe. Por outro lado, existe um descontentamento crescente da população face às desastrosas políticas económicas governativas, as quais têm expressão muito concreta, por exemplo, no aumento do desemprego e na subida geral dos preços. Por agora, a oposição parece apostar em tentativas pacíficas para derrubar o Presidente, nomeadamente através da convocação de greves e de manifestações, ou do despoletar de um processo legal de impugnação de Mugabe, com base em acusações de corrupção. No entanto, existe um perigo real de que os protestos urbanos, cada vez mais frequentes e brutalmente reprimidos pelo exército, possam vir a escapar ao controlo do MDC e a degenerar numa onda de violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de referência

"*Conflicts en Afrique: Analyse des Crises et Pistes pour une Prévention*", Rapport de la commission "Régions Africaines en Crise", n.º 215-217, Publications du GRIP (Institut européen de recherche et d'information sur la paix et la sécurité), 1997

KUMAR, Krishna; "*Rebuilding Societies after Civil War: Critical roles for International Assistance*". Library of Congress, Lynne Rienner Publishers: 1997.

"*Prevention and Management of Violent Conflicts: an International Directo*", European Platform for Conflict Prevention and Transformation, 1998

Etiópia- Eritreia

BBC NEWS, *Border a geographer's nightmare*, 12 de Maio de 2000

BEURDEN, Jos Van, *Eritria vs Ethiopia: Border Conflict between former friends*, European Centre for Conflict Prevention

Economist Intelligence Unit, *Ethiopia Country Profile*, The Economist Intelligence Unit Limited, 1998-1999

PENINO, Jean-Louis, "Ethiopia-Eritrea, an absurd war". *Le Monde Diplomatique*, julho de 1998

PRUNIER, Gerard, *The Ethio-Eritrean Conflict: An Essay in Interpretation*, Writenet Country Papers, Novembro de 1998

Somália

Economist Intelligence Unit, *Somalia Country Profile*. The Economist Intelligence Unit Limited, 1999 European Platform for Conflict Prevention and Transformation, *Somalia: In a State of Permanent Conflict*, European Centre for Conflict Prevention, 1999.

GILKES, Patrick, "Somalia: Recent History", *Africa South of the Sahara*, 1996.

GURDON, Charles, *The Horn of Africa*, The SOAS/GRC Geopolitics Series, no. 3, School of Oriental and African Studies, University of London. UCL Press, 1994.

HIRSCH, John e OAKLEY, Robert, *Somalia and Operation Restore Hope: Reflections on Peacemaking and Peacekeeping*, U.S. Institute of Peace, Washington, 1995.

Library of Congress, *Somalia: a Country Study*, Federal Research Division, 1998.

PRUNIER, Gerard, *Somalia: Civil War, Intervention and Withdrawal 1990-1995*. Writenet Country Papers, julho 1995.

_; "Somalia re-invents itself", *Le Monde Diplomatique*, Abril 2000.

Sudão

"Sudan's Chance for Peace", *The Economist*, 22 de janeiro de 2000

"War and paper peace in Sudan", *The Economist*, 6 de Setembro de 1997

CHAND, David D., "The Sudan's Civil War: Is a Negotiated Solution Possible?", *Africa Today*, 3º e 4º Trimestres, 1989

DENG, Francis, "Dilemmas of Foreign Assistance: Lessons from Sudan", *The Brown journal of World Affairs*, Vol. IV, Issue 2, 1997.

_, "War of Visions for the Nation", *Middle East journal*, Vol. 44, no. 4, Outono 1990.

- FLINT, Julie, "Sudan: The Unwinnable War", *Africa Report*, Novembro/Dezembro 1993.
- GUEYRAS, Jean, "Guerre au Sud, Répression au Nord: Au Soudan le pouvoir islamiste se consolide", *Le Monde Diplomatique*, julho de 1994.
- MAYOTTE, Judy, "Civil War in Sudan: The Paradox of Human Rights and National sovereignty", *Journal of International Affairs*, 47, no.2, Inverno, 1994.
- PRUNIER, Gerard, *Sudan: The Dangers of a Tactical Peace*, Writenet Country Papers, Maio ,1998.
- _; "Le Soudan au centre d'une guerre régionale". *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro 1997.
- SALIH, Kamal Osman, "The Sudan, 1985-9: The Fading Democracy", *The Journal of Modern African Studies*, 28, 2, 1990.
- VEEN, Hans van de, *Sudan: Who has the will for Peace?* European Centre for Conflict Prevention, 1999.
- VIORST, Milton; "Fundamentalism in Power: Sudan's Islamic Experiment", *Foreign Affairs*, Maio/Junho 1995.
- WALLER, Robert; "Sudanese Security: Rogue State in Crisis" *Jane's Intelligence Review*, Julho 1996.
- WAMA, Barnabas, "Prolonged Wars: The war in Sudan", Research Paper, Air Command and Staff College, Março 1997.
- WARBURG; Gabriel R., "Sudan: Diversity and Conflict in an Unstable State", *Middle Eastern Studies*, Vo1.29, no.2. Abril 1993.
- WOODWARD, Peter; "Sudan: a new political character?", in GURDON, Charles, *The Horn of Africa*, The SOAS/GRC Geopolitics Series 3, School of Oriental and African Studies, UCL Press. Londres, 1994.

República Democrática do Congo

- "Congo and Rwanda: Get out of our country", *The Economist*, 26 de Fevereiro de 2000.
- "Uganda and Rwanda: Old friends, new war", *The Economist*, 21 de Agosto de 1999.
- "Congo's Fractured War", *The Economist*, 26 de Junho de 1999.
- "Congo-Kinshasa: The Wages of War", *Africa Confidential*, vo1.39, no.23, 20 de Novembro de 1998.
- "Congo-Kinshasa: Entrenched and Overstretched", *Africa Confidential*, vo1.39, no.20, 9 de Outubro de 1998.
- BRAECKMAN, Colette, "Carve-up in the Congo", *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 1999.
- _; "Comment le Zaïre fut libéré", *Le Monde Diplomatique*, Julho de 1997.
- _; "Comment s'est imposée la logique de guerre", *Le Courrier International*, 14 de Novembro de 1996.
- EVANS, Glynne, *Responding to Crises in the African Great Lakes*, Adelphi Paper 311, International Institute for Strategic Studies, 1997
- FERREIRA, Patricia Magalhães, *O Conflito na Região dos Grandes Lagos*. ISCSP. Lisboa: 1998
- General Secretariat of the Council, *Conflicts in Africa: Discussion Paper on the crisis in the Great Lakes Region*. Paper prepared by the EU Special Representative for the Great Lakes Region,

the Policy Unit and DG E, Bruxelas, 15 de Março de 2000.

HEITOR, Jorge, «-Ex-Zaire já se encontra dividido em quatro» *Público*, 9 de Novembro de 1999.

International Crisis Group, *the Agreement on a Cease-Fire in the Democratic Republic of Congo: An Analysis of the Agreement and Prospects for Peace*. ICG Congo Report no.5, Agosto de 1999.

—, *How Kabila lost his way: the performance of Laurent Désiré Kabila 's Government*. ICG Congo Report no.3, Maio de 1999.

—, *Congo at War.' a Briefing on the Infernal and External Players in the Central African Conflict*. ICG Congo Report no.2, Novembro de 1998.

LEYMARIE, Philip, "Sous le Choc de la Revolution Congolaise", *Le Monde Diplomatique*, julho de 1997.

—, "Fin de Regne au Zaire", *Le Monde Diplomatique*, Abril de 1997

MASSEY, Simon, "Operation Assurance: The Greatest Intervention that never happened" *journal of Humanitarian Assistance*, 15 de Fevereiro de 1998.

MEDITZ, Sandra W e MERRILL, Tim, *Zaire, a Country Study*, Federal Research Division, Library of Congress, Dezembro de 1993.

NEZAN, Kendal, "Power Struggle in Kivu: Congolese Flashpoint", *Le Monde Diplomatique*, Julho de 1998.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges, *A Zairean Analysis of the Conflict in Eastern Zaire*, Africa Policy Information Center. Dezembro de 1996.

REYNTJENS, Filip, *L 'Afrique des Grallds Lacs en Crise*, Paris, Karthala, 1994.

SHEARER, David, "The Conflict in Central Africa", *Survival*, The IISS Quarterly. International Institute for Strategic Studies, Verão de 1999.

SOLOMON, Hussein, "From Zaire to the Democratic Republic of the Congo: Towards post-Mobutuism", *Africa Insight*, South African Institute of International Affairs, Vo1.27 no.2, 1997.

UN Security Council; *Report of the Secretary-General on the UN Mission in DR Congo*. S/2000/30, 17 de janeiro de 2000.

Serra Leoa

"Waking from Sierra Leone's long nightmare, *The Economist*, 3 de Julho de 1999

"Out of Control", *The Economist*, 6 de Maio de 2000

"Sierra Leone's agony", *The Economist*, 13 de Maio de 2000

BLUNT, Elizabeth, "Fragile Peace for Sierra Leone", *Le Monde Diplomatique*, Dezembro de 1999.

CARDOSO, Fernando Jorge, "A Propósito da Serra Leoa", *O Mundo em Português*, Ano 1, no.9, Junho de 2000.

CARVER, Richard, *From Cease-Fire to Lasting Peace?* Writenet Country Paper, Janeiro de 1997.

FLESHMAN, Michael, "Sierra Leone: peacekeeping under fire", *Africa Recovery*, Julho de 2000.

KAMARA, Tom, *Sierra Leone: A Search for Peace against the Odds*, Writenet Paper

no.21, Janeiro de 2000.

LORD, David Ced.), "Paying The Price: The Sierra Leone Peace Process", *Conciliation Resources ACCORD: An International Review of Peace Initiatives*, no.9, 2000.

PEREZ, Andrés, "Sierra Leone's diamond wars", *Le Monde Diplomatique*, Junho de 2000.

POSTHUMUS, Bram, *Sierra Leone seeks a way out of the abyss*, European Platform for Conflict Prevention and Transformation, 1999.

POWER, Jonathan, *In Sierra Leone The UN is Battling for Itself*, The Transnational Foundation for Peace and Future Research, Maio de 2000.

Libéria

Accord, *The Liberian Peace Process 1990-1996*, Conciliation Resources ACCORD: An International Review of Peace Initiatives, no.1, Outubro de 1996.

HUBAND, M, *The Liberian Civil War*, Frank Cass, Londres, 1998.

KAMARA, Tom, *Liberia: Can Peace be Consolidated?* Writenet Paper no.13, Julho de 1999.

POSTHUMUS, Bram, *After the Devastation, Liberia 's Chance to Reinvet Itself*. European Platform for Conflict Prevention and Transformation, 1999.

Guiné-Bissau

MANLEY, Andrew, *Guinea Bissau/Senegal: Civil war and the Casamance question*. Writenet Country Papers, Novembro de 1998.

MEKENKAMP, Monique, *Guinea-Bissau: Democracy restored by a Military Coup?* European Platform for Conflict Prevention and Transformation, 1999.

Angola

"Pursuit Eastwards", *The Economist*, 27 de Maio de 2000.

"A New Crusade", *The Economist*, 8 de Julho de 2000.

Action for Southern Africa, *Waiting on Empty Promises: The human cost of international inaction on Angola sanctions*, ACTSA, Abril de 2000.

Global Witness, *A Crude Awakening*, Londres, Dezembro 1999.

Human Rights Watch, *Angola Explicada: Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka*, Dezembro de 1999.

Library of Congress, *Angola: a Country Study*, Federal Research Division, 1997.

National Society for Human Rights, *Ending the Angolan Conflict: Our Time has to be Heard*, NSHR, Namíbia, Julho de 2000

NETO, João Ferreira da Costa, *A Guerra em Angola: Uma Abordagem Sumária*. Documento de Trabalho da VILA,

Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares, Instituto Piaget, Janeiro de 2000.

MAIER, Karl, *Angola: Peace at Last?*, Writenet Country Papers, Maio de 1997.

PRENDERGAST, John, *Angola's deadly war: dealing with Savimbi s Hell on Earth*, USIP Special Report, Outubro de 1999.

VINES, Alex, *Angola: 40 Years of War*, Track Two, Occasional Paper, Vol 9, no.2, Centre for Conflict Resolution, Cidade do Cabo, Junho 2000.

Zimbabwe

CHAMPIN, Christophe, "Zimbabwe in the grips of strife and uncertainty", *Le Monde Diplomatique*, Maio de 2000.

International Crisis Group, *Zimbabwe: At the Crossroads*, ICG Africa Report no. 22, Harare/Bruxelas, Julho de 2000.

MENDES, Pedro Rosa, "Mugabe Vota na Intimidação", *O Mundo em Português*, Ano I, no.9, Junho de 2000.

Stiftung Wissenschaft und Politik, *Zimbabwe: A Conflict Study of a Country Without Direction*, SWP-CPN Briefing Paper, Dezembro de 1998.